



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NAS VEREDAS DO CÁRCERE: O  
ETERNO SERTÃO DE GRACILIANO RAMOS

Naitan Moreira Liao

Rio de Janeiro  
2020

NAITAN MOREIRA LIAO

A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NAS VEREDAS DO CÁRCERE: O  
ETERNO SERTÃO DE GRACILIANO RAMOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro  
2020

M693      Moreira Liao, Naitan  
            A construção de memórias nas veredas do cárcere: o  
            eterno sertão de Graciliano / Naitan Moreira Liao. -  
            - Rio de Janeiro, 2020.  
            150

            Orientador: Francisco Ramos de Farias.  
            Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do  
            Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
            em Memória Social, 2020.

            1. Memória. 2. Resistência. 3. Subjetividade. 4.  
            Prisão. 5. Cárcere. I. Ramos de Farias, Francisco,  
            orient. II. Título.

NAITAN MOREIRA LIAO

A construção de memórias nas veredas do cárcere: o eterno sertão de Graciliano Ramos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Banca Examinadora

---

Francisco Ramos de Farias (Orientador) – UNIRIO

---

Diana de Souza Pinto – UNIRIO

---

Branca Falabella Fabrício - UFRJ

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## DEDICATÓRIA

Aos amores da minha vida:  
Manu  
Dentinho

## AGRADECIMENTOS

Considero-me, tanto quanto Graciliano Ramos, uma rabiscadora provinciana, de forma que é preciso agradecer a todos que encontrei nos caminhos percorridos durante a trajetória de escrita dessa dissertação, pois certamente são parte fundamental dela.

Assim, agradeço, primeiramente, ao meu estimado orientador Francisco, que não só me auxiliou de todas as maneiras possíveis, como me manteve sã durante todos os momentos em que dei meus faniquitos. Além de ser o professor e orientador mais dedicado que eu poderia ter, é também companhia agradabilíssima para as ceias vegetarianas, sem contar a eterna amizade que descobri nas veredas de nossas reflexões..

Agradeço também, imensamente, à banca de mulheres maravilhosas que aceitaram ler e contribuir de maneira imensurável na tessitura desse trabalho. Dessa maneira, às professoras Diana e Branca: muito obrigada por toda a dedicação e carinho com que sempre me receberam.

Não poderia deixar de agradecer ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, por ter gentilmente viabilizado, para consulta, o arquivo do prontuário de Graciliano Ramos, o qual muito contribuiu para entender determinados aspectos da obra de Graciliano Ramos, bem como me serviu como um guia de orientação em minhas considerações.

Agradeço também ao professor Eliezer Pires da Silva, pelo seu empenho em colaborar incondicionalmente na interlocução com a diretoria do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de viabilizar o acesso ao referido prontuário.

Sem dúvidas, agradeço ao meu amado João, para quem não tenho nem palavras para agradecer por sempre ter estado ao meu lado, me apoiando, comemorando todas as conquistas e compartilhando do seu amor. *Je t'aime!*

Agradeço especialmente aos meus amados pai, mãe e irmã, ouro de mina, por quem tenho amor imensurável e que me ensinaram que a maior herança que eu poderia ter era o estudo. É por essa razão e por eles que cheguei até aqui e dedico todo o meu amor e conquista.

Aos anjos que fazem parte da minha vida, tornando meus dias mais felizes: Manu, Sorriso, Aya, Lion, Mel, Serena, Ventania, Lola, Lulinha, Marley, Bazooka, Zoe e Cristal.

Aos meus amigos queridos:

Vinícius e Raquel, presentes que encontrei nos caminhos das minhas construções de memória, que estiveram ao meu lado em momentos importantes e felizes e que espero que continuem por toda a vida.

À Thaísa, amiga (praticamente gêmea) que me aturou por semanas infindáveis contando e lendo sobre minhas inquietações e inspirações na escrita, compartilhando abraços todas as vezes em que eu achei que não ia dar conta e festejando todas as vezes em que eu consegui dar conta.

À Aninha, pela amizade, por estar sempre presente, de alguma maneira, compartilhando todos os momentos; Ao Dani, pelo companheirismo de sempre, ainda que (infelizmente) distantes; À Drisana, filha do sol que ilumina e alegra nossos dias; Ao Iuri, pela amizade e exemplo de coragem; À Nath, pela referência e pelo interesse compartilhado pela literatura; Ao Renan pela saudade que aquece o coração e me cativa no falar; À Sabris, pelo amor e pela simplicidade, pelo companheirismo e bondade. Nossos caminhos continuam por rumos diferentes, mas nossa amizade continua pela eternidade!

À Tayene, amiga que sempre separa um pouco do seu tempo para me ouvir, conversar, rir e compartilhar tantas questões.

À Quezia, ami querida que todos os dias me inspira pela força e sorrisos infinitos, tornando meus dias mais leves e felizes.

E, por fim, à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade de permitir que eu continuasse a estudar em ensino público, de extrema qualidade, e, dessa maneira, ter permitido que eu construísse, junto com Graciliano Ramos, memórias coletivas que podem ser lidas, ao mesmo tempo, com simplicidade e sofisticação por leitores que se sintam acolhidos e envolvidos pela experiência que só a arte e, portanto, a literatura podem nos proporcionar.

A todos, muito obrigada!

I've paid my dues  
Time after time  
I've done my sentence  
But comitted no crime  
And bad mistakes  
I've had a few  
I've had my share of sand kicked in my face  
But I've come through

*Freddie Mercury*

## RESUMO

Nesse estudo, temos como objetivo analisar a escrita de uma subjetividade a partir da circunscrição de um lugar: o cárcere. Para tanto, tomamos como base a obra intitulada *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e tencionamos, através da investigação de certos rastros evidenciados em passagens da narrativa, compreender até que ponto a escrita retrata o sofrimento referido à experiência de custódia em uma instituição prisional. Para isso, buscamos analisar como se dá a produção de memória no processo de escrita, bem como buscamos investigar como as memórias produzidas por Graciliano Ramos dialogam com um cenário mais amplo, de um país. Conclui-se que *Memórias do cárcere* pode ser considerado não somente uma obra primorosa da literatura brasileira, mas também uma prática de resistência - na concepção foucaultiana de resistência como criação. Pensar a resistência, dessa maneira, não seria compreendê-la como uma luta contra a existência de um poder vertical, exercido de cima para baixo, mas sim a afirmação de uma diferença em um período em que pensar diferente - durante a ditadura de Getúlio Vargas - e exercer suas práticas de saber ao ir contra o governo e demonstrar suas ideias, em seus escritos, acarreta em sua punição: criminalização e reclusão por crime ideológico, sem previsão penal. Dessa forma, apresentamos um sentido produzido dentre os vários possíveis, nas interpretações dos fragmentos da obra. Além disso, concluímos que foi preciso escrever, para Graciliano Ramos, a fim de continuar existindo diante das mortificações que persistem em indivíduos que passam pela experiência do encarceramento, de modo que a viagem realizada pela escrita dessas páginas possui um endereçamento aos interessados em saber sobre sua experiência, já que ao escrevê-la o autor direta ou indiretamente quis compartilhar suas amargas memórias, deixando um legado e um alerta sobre condições de injustiça, arbitrariedade, atrocidades e horrores vividos e presenciados no sistema prisional.

**Palavras-chave:** Memória, Resistência, Subjetividade, Prisão, Cárcere.

## ABSTRACT

Our main objective in this paper is to analyze the writing of a subjectivity from the circumscription of a place: jail. In order to do this, we base our analysis on Graciliano Ramos' book *Memórias do cárcere*, as well as we intend, through the investigation of certain traces evidenced in passages of the narrative, to understand to what extent the writing portrays the suffering referred to the custody experience in a prison institution. In order to do that, we aimed at analyzing how the memories are produced in the writing process, as well as we intended to analyze how the memories produced by Graciliano Ramos dialogue with a bigger scenario. We concluded that *Memórias do cárcere* can be considered not only an exquisite book of Brazilian literature, but also a practice of resistance - in Foucault's conception of resistance as creation. Thus, to think of resistance, in this way, is not considered as a struggle against the existence of a vertical power, but is considered as an assertion of a difference in a period in which thinking differently - during the dictatorship of Getúlio Vargas - entails in a punishment: criminalization and reclusion to an ideological crime, without criminal provision. In this way, we presented one possible meaning among many others when interpreting the book. Furthermore, we concluded that Graciliano Ramos needed to write as a way to continue to exist in spite of the mortifications that every person that experiences being in jail has, so it is possible to say that the journey made by writing these pages has an address to those interested in knowing about his experience, since the writer directly or indirectly wanted to share his bitter memories, leaving us a legacy and a warning regarding the injustice, arbitrariness and the awfulness of the prison system.

**Keywords:** Memory, Resistance, Subjectivity, Prison, Jail.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 .....	37
Figura 2 .....	39
Figura 3 .....	41
Figura 4 .....	53
Figura 5 .....	54
Figura 6 .....	62
Figura 7 .....	63
Figura 8 .....	67
Figura 9 .....	68
Figura 10 .....	69
Figura 11 .....	70
Figura 12 .....	71
Figura 13 .....	72
Figura 14 .....	95

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 O PRELÚDIO DE TEMPOS CONDENÁVEIS</b> .....	26
2.1 As marcas de uma trajetória .....	31
2.2 Descortinando as Memórias do cárcere.....	39
<b>3 A ESCRITA, A PRISÃO, A MEMÓRIA</b> .....	43
3.1 A escrita e o texto .....	43
3.2 Nas entrelinhas da prisão de Graciliano Ramos .....	50
3.3 A tentativa de nomear o indizível .....	62
3.4 Narrar a si: a escrita das memórias .....	69
<b>4 NARRATIVAS DE UMA ALMA APRISIONADA</b> .....	87
4.1 A prisão e o cárcere .....	91
4.2 A escrita como resistência .....	101
4.3 Incertezas, ambiguidades e recalcitrâncias .....	110
4.4. Relações com as pessoas .....	118
4.5 A corporalidade da memória .....	128
4.6 Memórias de uma morte .....	130
<b>5 CONSIDERAÇÕES</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146

## 1 INTRODUÇÃO

Graciliano Ramos, insigne autor da Literatura Brasileira, escreveu diversas obras ao longo de sua vida, sendo alguns de seus escritos considerados modelos literários para as produções nacionais. Tendo exercido papel não só de escritor, mas também de figura pública e política, seus textos estão intrinsecamente ligados à cultura e à política nacionais.

Não obstante ter sido figura consagrada da Literatura Brasileira, justamente pelos seus escritos, em 1936, durante o - e devido ao - regime ditatorial da Era Vargas, foi levado preso e passou, a partir daí, por diversas situações ameaçadoras e limítrofes à vida, pelo período decorrente de quase um ano de reclusão e encarceramento. A partir do período em que esteve sob custódia do Estado brasileiro, o autor cria uma de suas maiores obras, nosso objeto de estudo: *Memórias do cárcere*, o qual contém a história de sequelas subjetivas de um ser que, tendo sido preso por uma imposição de autoridades governamentais, produziu um traçado de lembranças e imagens atormentadoras. Essas lembranças o inquietaram porque, mesmo após a libertação dos muros prisionais, Graciliano Ramos ainda continuou subjetivamente aprisionado nesse lugar pela vivacidade e pregnância mortais de suas recordações.

À medida em que se empenhava na tarefa de escrever, provavelmente premido pela necessidade de encontrar uma liberação para a permanência do estado de aprisionamento e aliviar-se da angústia avassaladora devido às circunstâncias do ato de prisão e do encarceramento, cada palavra que tomava corpo em suas anotações trazia a vívida lembrança das instituições de seu percurso prisional, ao mesmo tempo em que evocava, um a um, os personagens que direta ou indiretamente são coparticipes desse enredo: prisioneiros, carcereiros, diretores de prisões, médicos e autoridades do Poder Judiciário.

É certo que o encarceramento deixa marcas indeléveis, muitas das quais acompanharão a pessoa que foi liberta da prisão por muito tempo, justamente por serem da ordem do indizível e, tratando-se do autor em estudo, da ordem do incompreensível, pois em seus dias de vida jamais encontrou uma justificativa para sua prisão. De certo, o caráter inefável da experiência vivida constituiu-se em uma via que impediu a utilização de recursos para traduzir os sentimentos e sensações decorrentes das restrições e coações peculiares às condições de reclusão e confinamento em instituições nas quais as pessoas

passam por um processo de perda em várias etapas e que, com o passar do tempo, conformam-se ou não com a situação, como se fosse um desígnio divino.

No primeiro caso, tem-se a aceitação das condições prisionais como pertinentes à vida e no segundo, tem-se mecanismos que se expressam em formas de resistência contra as estratégias utilizadas nas prisões as quais, em pouco tempo, transformam vidas pulsantes em meros espectros ambulantes meio mortos, meio vivos.

O autor objeto dessa reflexão provavelmente se enquadrou na segunda dessas alternativas, visto que, apesar de sua resiliência, jamais se acomodou às determinações e condições da vida em cárcere, nos brindando com inúmeras páginas que nos fazem refletir sobre os horrores e os tormentos de quem passa um período da vida na prisão.

Obviamente, Graciliano Ramos era um escritor de romances cujos enredos faziam ressonâncias a duras situações da vida, mas a escrita dessa obra somente pode ser analisada no contexto do infortúnio que lhe aconteceu pela prisão. Desse modo, a experiência de encarceramento é uma das possíveis motivações que contribuiu para dar corpo às imagens longínquas e também tão próximas dos dias e noites vividos no cárcere, sendo forçado a conhecer um lugar que retrata um dos lados mais sombrios da condição humana.

A violência que se presentifica no choque em decorrência da decretação de prisão e encarceramento de Graciliano Ramos assume contornos da experiência traumática que produzem um estado de imobilização, mas que, paradoxalmente, precipitaram uma escrita que teve início no interior das prisões. Podemos, de certo modo, admitir que o indizível da situação traumática se edificou no projeto de escrita, mesmo considerando todas as ressalvas possíveis da obra *Memórias do cárcere*, pois como afirma Tellier (1998, p. 84, tradução do autor), “o acontecimento traumático cumpre uma função que pode ser descrita como uma pressão para escrever”<sup>1</sup>. Sendo assim, o sobrevivente de uma experiência traumática e, nesse sentido, consideramos que a prisão e encarceramento de Graciliano Ramos se enquadra nessa rubrica, pode adotar a postura de recorrer a diferentes estratégias no sentido de produzir tessituras acerca de suas vivências e, desse modo, indicar um posicionamento subjetivo no que concerne à situação traumática, de modo que tentar produzir sentido pode significar suplantando o distanciamento em relação aos recursos de sobrevivência em função do choque. Quer dizer, o choque abre uma fenda

---

<sup>1</sup> L'événement traumatique remplit un rôle qu'on peut qualifier de pousse-à-écrire.

que concorre para que a pessoa traumatizada abandone projetos de vida em função da permanência da dor e da pregnância do sofrimento.

Se entendermos esse livro no âmbito da literatura, teríamos de seguir por alguns caminhos a fim de elucidar nuances propostas e expostas no difícil na difícil trajetória de um ser humano premido pela injustiça de ser acusado de um crime jamais cometido. Por outro lado, se tomarmos essa obra puramente como um enredo ficcional de uma impotência e sofrimento, seríamos levados a nos direcionar sobre nuances subjetivas de um escritor que se notabilizou pela criação de personagens marcantes. De fato, o que pode distinguir a narrativa literária da narrativa ficcional é sua expressividade, seu poder de dizer devido à imaginação do escritor e seu domínio da escrita (RIGNEY, 2008). Dessa maneira, conjecturamos que, em *Memórias do cárcere*, teríamos ainda um outro encaminhamento a considerar: o autor, diante da situação em que se encontrava, isso é, preso por uma ação que, em seu modo de entender, não teria qualquer nuance criminosa, passa por diferentes e terríveis lugares dos quais traduz em palavras, mesmo que forma fragmentária, os sentimentos que marcaram o cotidiano de cerca de um ano atrás das grades, com mudança de Estados e de instituições prisionais.

Literatura, ficção ou simplesmente a enunciação de resistência em uma travessia na qual o insuportável adentra por todos os lados e em todos os momentos: dificilmente poderíamos fazer uma escolha única em relação a qual caminho essa obra nos guia, visto que suas nuances são repletas de vários apontamentos. Não obstante, diante dos efeitos relativos à concretude da violência presente no ato de prisão e no encarceramento, essa escrita pode ser indicativa de caminhos em relação aos quais afloram aspectos da singularidade do seu autor, seja na condição de criador de enredos fictionais na montagem de seus romances, ou na condição de quem presenciou e vivenciou nuances do lado mais sombrio da existência humana, geradoras de tensão e sofrimento.

A escrita dessa obra, pelas suas próprias características, lança ecos ao infinito acerca de um incompreensível caminho que se abriu no árido sertão ao qual Graciliano Ramos foi confinado, pela prisão, especialmente diante das justificativas das autoridades brasileiras para prendê-lo e mantê-lo em reclusão com drásticas rupturas de laços sociais.

Nesse momento, julgamos de certa importância explicar ao leitor o sentido da palavra sertão, que delinea o presente estudo desde seu título. Gostaríamos, inicialmente, de destacar que a palavra é polissêmica e encontra-se em contexto polissêmico, podendo ser considerada, em um primeiro lançar de olhares, um local distante, árido, seco, em que a vida é difícil pela escassez de recursos, fazendo uma ligação com os caminhos

percorridos por Graciliano Ramos nesse estudo. Além disso, se considerarmos o verbo ser e o advérbio tão, somos levados a pensar que a palavra sertão, nesse desdobramento, pode sugerir ser tão resiliente, sobrevivente e cômico de suas próprias condições, como foi o autor da referida escrita. Conjecturamos, ainda, que a prisão pode ser tomada metaforicamente como o seu sertão particular e, não tendo conseguido se desvencilhar das lembranças da prisão, esse seria seu eterno sertão.

As acepções da palavra sertão consideradas acima se alinham aos possíveis significados da prisão: lugar árido e insólito, de restrições, geralmente afastado do movimento dos centros urbanos, cujo dístico principal é a sinalização da morte, significado bem conhecido pelos sertanejos em relação aos períodos de estiagem que leva à morte de animais, à miséria e, por extensão, à morte de pessoas. Enfim, o enlaçamento metafórico do sertão com a prisão alinha-se pela morte.

A esse respeito, remetemo-nos às conhecidas linhas traçadas por Euclides da Cunha (1998, p. 61), que nos traz, por um outro ângulo, uma acepção adversa, mostrando o poder de transformação do sertão diante de fenômenos da natureza:

Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior.

Os vales secos fazem-se rios. Insulam-se os cômodos escaldados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos de blocos disjuntivos -de sorte que as chapadas grandes, entremeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a secura anormal dos ares. Novos tons na paisagem: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes da forma e da cor.

Dilatam-se os horizontes. O firmamento, sem o azul carregado dos desertos, alteia-se, mais profundo, ante o expandir revivescente da terra. E o sertão é um vale fértil.

Do teor da escrita Euclidiana, depreende-se uma vertente do sertão como lugar próspero, um lugar que muda de cenário quando a seca é interrompida, dando a entender que as chuvas têm perspectiva de salvação. Esse também é o sertão de Graciliano Ramos, que mesmo diante de toda a dificuldade imposta pelas circunstâncias na qual se encontrava, ainda manteve a chama da esperança acesa aguardando o sobrevir da justiça e da liberdade.

Ainda, não podemos deixar de mencionar a semia encontrada no homem sertanejo, e sendo Graciliano Ramos um filho do sertão, a descrição seguinte, também feita por Euclides da Cunha, não poderia ser mais característica (1998, p.112):

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente [...].

É o homem permanentemente fatigado.

[...] Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-lo desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.

Essas são as conotações impressas na palavra sertão e essas foram as nossas intenções ao utilizá-la: mostrar que apesar da aridez nos caminhos percorridos pela prisão, Graciliano Ramos se manteve o titã acobreado e potente que era, com força extraordinária para resistir às injustiças a que fora submetido.

Não obstante, não podemos deixar de considerar que as prisões, igualmente a outros espaços de reclusão, produzem efeitos subjetivos indeléveis, motivo em si suficiente para se refletir acuradamente antes da decisão de autoridades em decretar uma prisão ou um encarceramento, visto que, de acordo com Fassin (2017, p. 43, tradução da autora):

A prisão parece ser a sentença emblemática, aquela que melhor expressa a mudança histórica na concepção penal de uma ação no corpo para uma suspensão da liberdade, e que concentra as ambiguidades do

significado de dor, constantemente oscilando entre vingança, reparo, prevenção e reabilitação.<sup>2</sup>

Historicamente, as instituições prisionais interferem diretamente na subjetividade pela coerção e restrição de liberdade com vistas a limitar a expressão do pensamento, docilizando e adestrando corpos e sequestrando almas (FOUCAULT, 2008). Contudo, mesmo sendo possível, em termos técnicos, estagnar, eliminar ou destruir os movimentos de um corpo, jamais se consegue enjaular completamente o ser falante em razão de sua condição de pensar, ou seja, por mais que sejam niveladas as suas diferenças, ainda assim consegue conservar nuances ínfimas de seu percurso histórico e das trocas estabelecidas na vida anterior à prisão.

Em certo sentido, o poder se capilariza e possibilita, aos submetidos, resistir, sendo a resistência uma dobra de memória. Esse entendimento se coaduna com o pensamento de Foucault (1995, p. 248), para quem

Se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e finalmente a se confundir.

A prisão entendida, segundo Bento (2010, p. 172), “como lugar de exclusão, de separação dos liames que a une a outros espaços”, em *Memórias do cárcere*, será considerada, nessa reflexão, como um local de ligação de Graciliano Ramos com outros textos (como o livro *Angústia*) e outros seres humanos. Assim, a narrativa que corporifica essa obra, em seus diferentes traçados, pode ser considerada um recurso para fazer inverter a proposta e função da prisão: eternizar estigmas indelévels. Não que seja possível para a pessoa em liberdade livrar-se completamente das marcas deixadas pela passagem em uma instituição prisional, principalmente naquilo que as mesmas conservam da ordem do inominável.

Ao passo que a prisão, de um modo geral, intenta refrear a liberdade de movimento, no caso particular de Graciliano Ramos, ao lhe impor essas marcas

---

<sup>2</sup> L'enfermement apparait cependant comme la sentence emblématique, celle qui exprime le mieux le basculement historique de la conception pénal, passant d'une action sur le corps à une suspension de la liberté, et celle qui concentre le plus les ambiguïtés du sens de la peine, oscillant en permanence entre vengeance, réparation, prévention et réhabilitation.

indelévels, possibilitou a produção de uma escrita, último recurso utilizado para resistir aos infortúnios a que submetem um ser: Graciliano Ramos utilizou-se da escrita como um recurso que pode ser compreendido como um recurso para suportar a dolorosa travessia que realizou pelas instituições prisionais. Dificilmente um ser humano passa incólume diante das pressões, dos grilhões de uma prisão e, ainda mais, quando se é preso sem saber o motivo e sem condenação. A escrita representa, então, entre outros sentidos, um tipo de elaboração com potencialidades para marcar o distanciamento de uma vivência angustiante, na medida do possível.

Contudo, não podemos deixar de sinalizar o dilema que se encontra quem traz, na sua história de vida, a passagem por uma instituição prisional, de modo geral, e em particular considerando as circunstâncias que levaram Graciliano Ramos ao cárcere. Por mais que o sujeito se force a esquecer os dias e noites de sofrimento vividos na prisão, o relato dos fatos, vividos ou imaginados, tem a força para tornar presentes todos os sentimentos dolorosos em função da vivacidade das lembranças e imagens atormentadoras que se edificam pela escrita.

Valemo-nos da singularidade da escrita de Graciliano Ramos acerca do seu cotidiano confinado em instituições prisionais vivendo um grande paradoxo: encontrava-se preso, porém pessoalmente jamais reconheceu que suas ações fossem criminosas. Sendo assim, sua prisão e reclusão não passaram, em suas próprias palavras, de um grande equívoco e reflexo de um sistema autoritário e impiedoso. O que Graciliano Ramos retrata sobre o cárcere em seus escritos tem a ver com uma visão de prisão em função da injustiça, evidenciada no ato de seu encarceramento. Com a escrita, o autor deixou um documento para a posterioridade que pode ser lido como uma espécie simbólica de testamento que evidencia suas marcas de nuances subjetivas. Na verdade, poderíamos pensar que a escrita funcionou para Graciliano Ramos em analogia àquilo que pontua Bataille (2017, p. 21): “o que me obriga a escrever, imagino, é o medo de ficar louco”. Na esteira dessa indicação, podemos dizer que Graciliano Ramos escreveu para sobreviver, para suportar as intempéries do cotidiano prisional.

É nesse sentido que a escrita é um endereçamento àqueles que tem um transcurso de suas vidas marcado pela segregação em instituições prisionais, criminosos ou não, pois uma ação considerada criminosa em uma época pode não ser em outra. Nesse sentido, Graciliano Ramos marcou definitivamente, com as *Memórias do cárcere*, as pegadas de sua imortalidade, ainda que tenha sido uma obra póstuma.

As linhas produzidas nessa escrita se traduzem pela reapropriação, da parte de seu autor, de pegadas de sua história pessoal depois da ruptura em sua vida decorrente da prisão, lugar que o confrontou com pessoas de outros universos e que tinham outras referências na vida. Quer dizer, pelo fato de a prisão representar uma perda, aquilo que foi objetiva e subjetivamente perdido somente pode ser reencontrado pela vertente elaborativa da escrita, pois o exercício da escrita, em circunstâncias de dor e sofrimento, oferece uma via de libertação, mesmo para quem já se encontra fora dos aterrorizadores muros das prisões, bem como de qualquer instituição de confinamento compulsório.

Seguindo essas premissas, a presente dissertação intenta analisar a escrita de Graciliano Ramos no livro em questão não nos baseando intrinsecamente em uma análise literária, visto que levantamos a questão da escrita como meio de produção de memória relacionado ao cárcere, entendendo, dessa forma, a escrita do autor como forma de resistência criativa ao poder. Certamente, o que impulsionou o autor a escrever essa obra não foi somente o fruto de sua capacidade imaginativa na produção de romances, pois o ato de sua prisão e o tempo de custódia têm um peso fundamental.

Por esse motivo, entendemos que a obra decorre de uma necessidade subjetiva de dar sentido aos diferentes momentos de sua vida mergulhados em total escuridão, ou seja, Graciliano Ramos precisou afirmar para o mundo o que significa uma caminhada que pode muito bem ser retratada pelos versos de Virgílio em Eneida (1981, Livro VI, verso 878): *Flectere si nequeo superos, Acheronta Movebo*. Podemos transportar essa passagem para o ambiente subjetivo de Graciliano Ramos da seguinte maneira: se não posso, em face da impotência em que me encontro, vencer os céus (leia-se demonstrar o absurdo de sua prisão às autoridades), então me cabe mover os infernos, ou seja, reunir os últimos esforços para me manter vivo e resistir.

Sujeito a determinações do Estado em regime autoritário, com tentáculos de vigilância e controle da sociedade, Graciliano Ramos, por uma imposição externa, submeteu-se a determinadas circunstâncias com o intuito de negociar condições mínimas de sobrevivência, além de buscar forças para provar a injustiça imposta pelo aparelho estatal ditatorial vigente à época. Dessa maneira, objetivamos: a) analisar como se dá a produção de memória no processo de escrita e b) como as memórias produzidas por um ser humano conversam com um panorama mais amplo de um país, ou seja, a escrita considerada como uma prática social de um país, referida a um dado momento histórico.

Para alcançar tais objetivos, buscaremos, no primeiro capítulo, situar o homem Graciliano Ramos no tempo e espaço da História Brasileira, durante o regime ditatorial

da Era Vargas, a fim de entendermos os passos que o levaram ao cárcere, salientando que foi por meio da violência que esse período político deu origem, no Brasil, a diversas “ocorrências”, visto que as pessoas não tinham o direito de se manifestar sobre assuntos relacionados ao governo.

No capítulo seguinte tencionamos levantar arcabouços teóricos acerca dos temas que delineiam esse estudo, dentre a escrita em condições específicas de pessoas que foram encarceradas, além de memória e prisão, visto que julgamos necessário esse levantamento para a tessitura da dissertação.

Nesse sentido, traçamos um distanciamento do contexto que compreende a escrita como fruto de uma criação de um autor em termos da produção de enredos ficcionais para nos aproximarmos da escrita de pessoas como Graciliano Ramos, Gramsci e Dostoiévski, grandes pensadores, entre outros que, em razão do teor de suas ideias, consideradas ameaçadoras, amargaram dias trancafiados em instituições prisionais, mas que resolveram ir ao encontro da escrita como um recurso subjetivo.

Em seguida, pretendemos situar o autor, narrador, personagem e leitor Graciliano Ramos e a escrita de *Memórias do cárcere* ao fazermos recortes do texto, quebrando-o em pequenas, mas importantes partes. Ainda, julgamos necessário situar o texto em termos da sua particularidade, já que essa obra em especial não contém um enredo particular (a prisão) criado pela mente de Graciliano Ramos, sendo os personagens circunstanciados nesse mesmo contexto. Desse modo, somos levados a pensar tratar-se de uma ótica em que podemos depreender por um lado as memórias construídas por um personagem e, por outro, uma dimensão subjetiva própria do escritor.

Insta ainda mencionar que essa proposta de dissertação se constituiu de alguns eixos fundamentais.

Inicialmente, uma inquietação pessoal sempre me acompanhou por fazer parte de uma família que teve como antecedente um ser humano de nacionalidade diversa, que veio por ventura instalar-se em moradia no Brasil por ter feito parte de um episódio bastante peculiar da história. Meu avô, de nacionalidade Chinesa, pelo fato de ter participado da guerra da Coreia do Norte contra a Coreia do Sul, foi vítima de um atentado por parte das tropas inimigas, sofreu um golpe devido aos estilhaços da explosão de uma bomba e, ainda sem consciência, foi levado sob custódia. Um incidente dessa natureza provoca mudanças com abertura de caminhos que por vezes são irreversíveis a qualquer tentativa de retorno, seja pela morte, seja em razão de conflitos.

Ao acordar, ainda bastante debilitado pelos efeitos decorrentes da explosão ocorrida na trincheira em que estava, percebeu infelizmente que se encontrava aprisionado. Nesse momento, o exército inimigo formalizou uma proposta. Ele poderia decidir ante uma trágica escolha: sua própria execução. A alegação para um destino funesto seria a sua condenação por fazer parte dos combatentes comunistas e, portanto, subversivos. A outra alternativa que lhe fora apresentada consistiu na possibilidade de continuidade de vida, sob a imposição de impressão, em sua própria pele, de símbolos anticomunistas. Duas trilhas igualmente problemáticas: o caminho para a morte ou carregar em seu corpo esses símbolos. A segunda alternativa que lhe permitiu viver verteu-se em um grande dilema: ao conceber em seu corpo tatuagens anticomunistas, sabia que jamais poderia regressar ao seu país, à época liderado por um chefe comunista, pois seria acusado de traição e, portanto, acabaria cumprindo o oráculo da primeira profecia: seria executado. Ao constatar que se encontrava em um beco sem saída, preferiu o caminho da vida, tendo seu corpo marcado com as insígnias que selariam para sempre qualquer esperança de retorno ao leito natal, mesmo após a morte. Viveu, ciente de que a China fora o território que deixou para trás, sem nunca mais poder reavê-lo, tendo que apagar para sempre qualquer vestígio de saudade, marcado a ferro e a fogo, das dores lancinantes nas experiências de violência e cárcere jamais esquecidos.

Dessa maneira, nasceu meu interesse em estudos baseados em temas relacionados à exposição de pessoas a situações extremas que imperiosamente impõem-lhes subjulgamentos, aviltamentos, encarceramento e mortificação em função do teor de suas ideias, consideradas perniciosas segundo um contexto político determinado.

Com base nas considerações tecidas acima, julgo relevante explicar que conheci o renomado autor da Literatura Brasileira Graciliano Ramos durante a graduação na Faculdade de Letras e, mesmo não tendo intimidade com as análises literárias, o encanto por esse “eminente criador de ideias” foi como “amor à primeira lida”. Dessa maneira, como uma eterna estudante das Letras, tenho como eixo norteador uma grande estima às obras de Graciliano Ramos, que acredito, têm o poder de suscitar uma reflexão crítica sobre a sociedade brasileira e as questões sociais que permeiam sua realidade, tais como a miséria, a injustiça, a violência e a prisão.

Ainda, julgamos de extrema importância, dada a conjuntura brasileira atual, estudar e disseminar fatos históricos dessa envergadura, ocorridos durante um regime político ditatorial, para que de alguma maneira memórias como essas sejam evitadas em almas futuras, pois como bem adverte Santayana (2011, p. 172) aqueles que não

conseguem lembrar o passado, estão condenados a repeti-los<sup>3</sup>. Desse modo, trazemos a lume a escrita de Graciliano Ramos para servir de alerta a aqueles que lançam na obscuridade fatos passados pelo silêncio, omissão ou descaso, sendo essa prática um campo fértil para a repetição, cada vez mais voraz, dos mesmos.

Além das justificativas expostas, consideramos que o estudo das obras e, em particular, dessa obra, contribui para ampliar os estudos da memória social na medida em que apresenta uma escrita de um brasileiro que construiu um passado de quase um ano sob as pressões de fortes grilhões e muros intransponíveis das prisões. A ampliação consiste em endereçar o sentido produzido sobre os fatos narrados, bem como as ficções construídas a destinatários para reflexão.

Dado esse parêntese, anunciamos que o método de análise consistirá na tomada da escrita do autor acerca do cotidiano de sua prisão que, em suas memórias, possibilitou-nos conhecer certas nuances, até então invisíveis, de forma a deixar claras as pegadas que marcaram uma trajetória em razão de sua inconformidade, resistência e denúncia em ser obrigado ao confinamento pelos seus ideais e seu modo de pensar. Assim, examinaremos quais os discursos hegemônicos no período em questão, a Era Vargas, em relação às condições de produção da obra já que, conforma salienta Ginzburg (2013, p. 35), “a violência é construída no tempo e no espaço” e o trabalho de análise deve levar em consideração as relações entre os atores sociais e os processos presentes na época.

O método de análise consistiu na tomada da escrita do autor acerca de sua passagem pela prisão, por meio de suas memórias, seguidas pela interpretação dessas passagens por meio do método da hermenêutica. Assim, baseando-nos em uma abordagem qualitativa, procederemos em uma seleção e cotejamento de fragmentos memoriais do livro considerando a versão disponível construída pelo narrador, mesmo sabendo que por trás da composição dos personagens, há sempre um autor. Foi o autor em pessoa viva que teve uma passagem pela prisão e, a partir da seleção de pequenos excertos dos trechos narrados, empreenderemos uma análise visando construir um entendimento da travessia de um ser humano em uma instituição prisional.

São essas estratégias de ação pelas quais enveredamos para produção de um sentido dentre os múltiplos possíveis sobre a travessia de quem, por noites a fio, testemunhou o viver em situação de cárcere. Além disso, as tessituras decorrentes de nossa análise

---

<sup>3</sup> Those who cannot remember the past are condemned to repeat it.

margeiam não apenas uma relação da eterna estudante de Letras com o texto, como a compreensão nas tortuosas linhas de uma experiência em estado de aprisionamento.

A escrita que percorremos consiste na composição de detalhes referidos a várias nuances da vida de um homem encarcerado, sem motivo nem condenação nas teias de um forte regime ditatorial, no qual as suspeitas não seriam averiguadas, mas simplesmente tomadas como a condição de um veredicto do poder.

## 2 O PRELÚDIO DE TEMPOS CONDENÁVEIS

*O real não está na saída nem na chegada:  
ele se dispõe para a gente  
é no meio da travessia.  
Guimarães Rosa*

É de popular conhecimento que a História do Brasil tem sido marcada, desde sua origem, por atos de violência, carnificinas, desejos de controle e diferentes modalidades do exercício do poder, os quais são conhecidos, pelos rastros produzidos através da escrita, desde os primórdios da colonização europeia. Para ilustrar tais ações, existem inúmeros exemplos: o massacre dos povos indígenas, a escravidão, a exploração devido à colonização, as práticas de extermínio executadas pelos jagunços em pessoas pobres ordenadas por grandes latifundiários, o cangaço, os regimes de exceção, as facções criminosas e, ultimamente, as milícias. Entretanto, faremos um recorte em uma época da nossa história, precisamente a partir de 1930, quando se iniciou a Era Vargas, a qual marcou o fim da Primeira República, já que foi nesse período que ocorreu a prisão de Graciliano Ramos.

É interessante notar que nesse período o continente europeu ainda tentava se recuperar, por um lado, dos estragos da Primeira Grande Guerra, e por outro, se preparava para a montagem da grande carnificina que começou ainda nessa década, sob os auspícios das descobertas científicas na produção das usinas da morte. Nesse entreguerras, especialmente na década de 1930, o Brasil era um país sensível às promessas de transformação do mundo propostas pelo líder alemão que se encontrava no poder, cujas ideias ressoavam positivamente no homem que encerrava duas facetas: um líder político ditador e uma figura controvertida que, em função de vários apelos, ficou conhecida, no Brasil, na rubrica dos historiadores, como “o pai dos pobres”, expressão utilizada por Levine (2001).

Assim, podemos dizer que Getúlio Vargas deslizava em um espectro em que, em um extremo, situamos a tirania e, no outro, a suposta proteção como apelo político de uma prática conhecida como populismo. De caráter vigoroso, Getúlio Vargas não media consequências quando pretendia atingir seus fins, especialmente na perseguição às pessoas consideradas, à época, indesejáveis. Não obstante, não desconhecemos o fato de

que muitas das diretrizes de seu governo se reverteram em benefícios para o país, mas às custas de derramamento de sangue.

A fim de entendermos um pouco mais esse período, é necessário fazermos uma viagem no tempo, para o ponto inicial, o ano de 1930, quando, pela deposição de um presidente, houve a tomada do poder. Cabe salientar que o cenário brasileiro nessa época era afetado pelas profundas transformações decorrentes da crise de 1929, sendo esse provavelmente o principal estopim para a consolidação da Era Vargas, o que provocou reflexos consideráveis na sociedade brasileira não só na área política, mas também economicamente e socialmente. A partir de então, o Brasil conheceu uma nova forma de governo completamente diferente das anteriores (Monárquica e Republicana), visto se encontrar em um regime de exceção que culmina, ainda na década de 1930, com a implantação do Estado Novo.

A crise econômica que ocorreu no ano de 1929 teve reflexos no mundo todo, mas no Brasil, notamos mudanças principalmente no que diz respeito ao âmbito político quando uma chapa do partido da Aliança Liberal foi criada para concorrer às eleições. De acordo com Tota (1994), o objetivo dessa chapa visava às eleições presidenciais, sendo Getúlio Vargas o nome escolhido para o pleito como uma forte candidatura que pretendia minar os partidos de oposição, tendo saído vitorioso e fortalecido.

Assim, a partir de 1930, tem início no Brasil a chamada Era Vargas, cuja proposta progressista consistia em aniquilar as questões políticas e sociais herdadas do período anterior. Segundo Levine (2001, p. 17),

O regime Vargas pôs fim à cultura política do período oligárquico da Primeira República (ou República Velha, 1889-1930), que se caracterizava por ser um sistema federativo sob o qual os estados mais ricos – todos no Centro-Sul – dirigiam o país, deixando apenas migalhas para as unidades mais pobres da federação. Uma minoria diminuta de brasileiros vivia confortavelmente. A imensa maioria vivia na pobreza. Havia milhões de brasileiros que não podiam comprar sapatos. Mas, embora Vargas soubesse disso, sua era dizia respeito a política e economia, e não à condição humana.

Assim, esse período ditatorial se estruturou em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. No primeiro momento de sua gestão, a preocupação era reerguer a cafeicultura, desvalorizada na crise de 1929, mas que continuava sendo o núcleo fundamental da economia, enquanto o Governo Constitucional ocupou-se de organizar uma nova constituinte para o país. Já o Estado Novo teve início

com o golpe de 1937, com a campanha presidencial para as eleições que ocorreriam no ano seguinte, mas esse fato não pareceu incomodar Getúlio Vargas, que aparentando preocupar-se com a política econômica, ao desenvolver indústrias e empresas no país, na verdade se concentrava no ato que consolidaria sua permanência no poder.

Durante o tempo em que esteve no poder, Vargas consolidou suas ideias, sustentando uma posição benevolente de proteção e apoio que tinha marcantes ressonâncias e crédito entre os trabalhadores iludidos pelo discurso tingido de populismo. No entanto, o seu governo estava economicamente focado nos interesses vislumbrados pela classe burguesa, dando continuidade às políticas higienistas recém-implantadas no país. Ao criar um conjunto de práticas políticas com forte apelo popular, o governo restringia as lutas sindicais de forma que as reivindicações eram reprimidas pelos aparatos policiais que serviam ao governo de Getúlio. De acordo com Tota (1994, p. 39), todos os anos, no dia 1º de maio, Getúlio Vargas comparecia a um estádio de futebol para pronunciar

eloquentes e enaltecedores discursos sobre o papel histórico e patriótico desempenhado pelos trabalhadores (...). E em todas as ocasiões Getúlio Vargas anunciava uma inovação no conjunto das chamadas leis trabalhistas, no melhor estilo de pronunciamento: o impacto.

De fato, segundo Fausto (2012), Getúlio Vargas lançou mão de iniciativas que visavam benefícios para o povo trabalhador, visando atingir grande popularidade. No entanto, suas medidas estavam sempre tingidas de características autoritárias e oportunistas, além de visarem interesses econômicos. Nas palavras de Primo Levi (2004, p.24), “a pressão que um Estado totalitário pode exercer sobre o indivíduo é tremenda. Suas armas são substancialmente três: a propaganda direta ou dissimulada (...) pela cultura popular; o impedimento oposto ao pluralismo das informações; o terror”. Nesse sentido, a defesa dos pobres e trabalhadores era um artifício sedutor para ocultar os benefícios que eram destinados para a elite social dominante. Em discursos proferidos por Getúlio Vargas, a figura do chefe de Estado confundia-se com o próprio Estado, reforçando-se uma construção verbal de cunho paternalista, afetivo e, ironicamente, defensor dos pobres (TOTA, 1994).

Suas medidas de restrição incidiram igualmente no setor cultural, pois a produção cultural no país durante a Era Vargas foi caracterizada também por atos de controle e repressão: havia uma seleção prévia de obras, roteiros de peças teatrais e enredos de musicais no sentido de proibir conteúdos considerados inadequados ao cenário político.

Essas medidas representaram o fim prematuro da liberdade de expressão, pois segundo Sodré (2004, p. 627), “a fase de liberdade, sempre relativa naturalmente, inaugurada nos fins de 1930, é encerrada em fins de 1935, quando se abre uma fase de repressão política”.

Ou seja, enquanto o Estado deveria zelar pelos direitos dos cidadãos, deu-se lugar a uma política autoritária e controladora que buscava cercear e limitar a sociedade por meio da privação de suas ideias, considerando que durante seu governo foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinha como objetivo, entre outros, centralizar a propaganda nacional e servir como ferramenta auxiliar de informação de entidades públicas e privadas na parte que cabia à propaganda nacional (TOTA, 1994). Segundo o que rezava o item c do artigo 1º do decreto de criação do Departamento, temos, literalmente, a oficialização da censura: “c) fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da rádio difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta ordem forem cominadas as penalidades previstas pela lei;” (TOTA, 1994, p. 34).

Valendo-se da fama de ser o pai dos pobres e lançando mão da artimanha de ser um defensor do país das investidas comunistas, Vargas mantinha a sociedade sob seu controle, inclusive com o apoio das forças armadas. Dessa maneira, reprimia, drasticamente, as manifestações contrárias ao seu governo com prisões, exílios e até encomenda de execução, conforme insinua Lira Neto (2014), em que foi encomendada a execução cujo alvo era Carlos Lacerda, porém o projétil atingiu o oficial Rubens Vaz. Esse acontecimento foi um grande escândalo na história do Brasil, que contribuiu decisivamente para a morte de Getúlio Vargas, criando um mito popular que até hoje povoa positivamente o imaginário da população brasileira, a que se agarra a imagem de um grande salvador da pátria, esquecendo-se a sua outra face: o grande ditador.

Para ilustrar essa constatação, era uma prática bastante comum dos aparatos estatais reprimir, com medidas eficazes, homens e mulheres que possuíssem opiniões divergentes dos ideais do governo, alguns inclusive tiveram sua liberdade ameaçada e cerceada por meio do encarceramento (CORTI, 2005), em um regime que conhecemos como perseguição política, principalmente aos adeptos e seguidores da Intentona Comunista que foram severamente expostos à violência e, em alguns casos, dizimados. À época, espriava-se pelo território nacional uma ideologia de que os adeptos do comunismo eram seres perniciosos revestidos de uma grande ganância, capazes de realizar grandes confiscos. Essa má fama foi em si suficiente para alertar a população no sentido de evitar qualquer contato com pessoas que se alinhavam a esses ideais e

defenderem arduamente os princípios repressores do governo Vargas, sendo seus agentes em potencial.

O presidente Getúlio Vargas estava tão seguro do apoio popular que não poupou esforços para dirigir restrições a cidadãos comuns, artistas, políticos e escritores brasileiros que sofreram repressão do sistema ditatorial do Estado Novo, cabendo aqui destacar Graciliano Ramos que, sob as alegações de ser simpatizante e de ter participação no movimento comunista, foi levado preso e assim permaneceu pelo período de quase um ano.

É interessante notar que havia um controle severo no tocante à transmissão de *modus vivendi* considerados aceitos, visto fazerem parte do arsenal de condutas da classe burguesa, como também o governo mantinha aparatos vigilantes à espreita para coibir a divulgação de ideias consideradas contrárias ao seu pensamento, configurando um verdadeiro cenário de imposição de costumes, perseguição política e aprisionamento de almas inquietas repletas de ideias que não se coadunavam *ipsis literis* com o contexto imputado pelo governo. Sobre essa questão, Moraes (2012, p. 106) afirma que

A repressão aos comunistas seria feroz. Com respaldo no Exército de Góis Monteiro e de Eurico Gaspar Dutra, Vargas decretaria estado de sítio, suspendendo as garantias constitucionais. As perseguições se disseminariam por toda parte, superlotando as prisões com parlamentares, professores universitários, sindicalistas, militares, jornalistas, intelectuais e quem pudesse ser alcançado pela pecha de subversivo. Só em Recife foram para a cadeia três mil pessoas. No Rio, o pavão *Pedro I* se transformaria em prisão flutuante para abrigar os excedentes da Casa de Detenção. A tortura seria institucionalizada nos porões da Polícia Política.

Assim, nesse filão de cidadãos brasileiros, encontravam-se escritores e artistas que, pelas suas criações, de certa forma representavam um desafio à ordem vigente; não como uma espécie de provocação, mas sim em função do direito de expressar suas ideias fora de determinadas amarras, ou seja, muitos escritores não abriam mão da liberdade de pensar, nem mesmo com a prisão, como aconteceu com o personagem que será considerado nessa reflexão.

Como podemos depreender, Graciliano Ramos, mesmo enfraquecido e atormentado, não cedeu completamente aos grilhões da prisão para se tornar uma pessoa dócil e alinhada ao sistema, apesar de ter sido fortemente admoestado física e psiquicamente: resistiu e sobreviveu para deixar um legado de uma escrita viva marcada de lágrimas. Tanto seu corpo como sua mente foram marcados de forma indelével pelas

injustiças e atrocidades do sistema penal brasileiro, cuja pretensão consistiu em destinar uma alma ao silêncio, de forma atroz e inumana, mediante a adoção de estratégias e táticas que resultam em limitações no âmbito dos movimentos corpóreos, seja pela vigília constante que controlava as ações permitidas como expressão do corpo, seja em relação às moléstias, tão frequentes no universo prisional, que o acometeram.

De uma maneira ou de outra, os agentes que representam os aparatos estatais nas prisões têm familiaridade com o processo que aniquila uma pessoa em função do enfraquecimento, destroçamento e transformação do corpo como um lugar apenas depositário da dor, sem quaisquer possibilidades de prazer, até mesmo com relação à satisfação das necessidades vitais, como comer e dormir. Não apenas no tocante à qualidade da alimentação, tampouco em relação aos espaços de alojamento, mas tão somente em função da necessidade contínua de cada um estar em estado de alerta ante as constantes ameaças à vida, em primeiro plano, e, secundariamente, aos valiosos pertences, como as anotações produzidas no ambiente carcerário.

Entretanto, antes de enveredarmos pelos caminhos tortuosos das condições que levaram à prisão do escritor, gostaríamos de apresentar uma breve sinopse sobre o brasileiro Graciliano Ramos, que como outras personagens importantes da nossa história, amargaram dias e noites sombrias trancafiados em instituições prisionais, sendo que algumas dessas vidas ainda foram brutalmente ceifadas, em razão de suas ideias, a exemplo de Nise da Silveira e Geraldo Vandré (presos políticos), Vladimir Herzog, Rubens Paiva, Carlos Marighella, Stuart Angel (considerados subversivos e dizimados pelo regime ditatorial), Olga Benário (a quem pesou duplamente a condição de judia e esposa de Carlos Prestes) e, recentemente, Marielle Franco (figura de pulso forte na luta contra as ações devastadoras dos milicianos), entre tantos outros. É importante salientar que por caminhos diferentes essas pessoas tiveram algo em comum, à exceção de Marielle Franco: algumas foram presas e outras conheceram, sob tortura, o fim de suas vidas.

## 2.1 As marcas de uma trajetória

*A culpa foi minha, ou antes,  
a culpa foi dessa vida agreste,  
que me deu uma alma agreste  
Graciliano Ramos*

O escritor Graciliano Ramos de Oliveira foi e sem dúvida ainda é um homem de uma história singular, não apenas no contexto da produção literária, mas como quem abriu

um pórtico para dar a ver a infindável teia de tormentos, dores e, sobretudo, lampejos de criatividade. Com destreza e intelecto, destacou-se como escritor, produzindo inúmeras ficções que, lidas cuidadosamente, aludem ao cenário no país de vidas marcadas pelo sofrimento, com poucas forças e chances para sobreviver, além de figura política notável em âmbito nacional. O reflexo dessas ocupações provavelmente o impulsionou a tecer uma minuciosa e complexa trama que, até a atualidade, mantém-se à espera de que sejam produzidos novos sentidos.

Nascido em Quebrângulo, no Estado de Alagoas, em 1892, viveu em solo brasileiro onde reinava ainda resquícios da escravidão de pessoas negras, já que a abolição ocorrera apenas quatro anos antes de seu nascimento. Porém, essa nuance da população brasileira já era objeto de observação pelo autor. Sem dúvida, é preciso refletir que o ato de abolição da escravidão não eliminou de pronto a condição de pessoas escravas, aspecto que deve ser considerado na análise de suas obras, das quais podemos destacar um posicionamento em relação à discriminação e utilização do ser humano em condições adversas e inferiorizadas.

A esse respeito, vale mencionar um fato extraído dos recônditos de sua memória. Certa vez, relata Graciliano Ramos, seu pai adotou dois jovens negros, um dos quais bem próximo afetivamente, o que lhe valeu um capítulo de seu livro *Infância* (RAMOS, 1995). Todavia, a recorrência a esse traço de memória teve como fundamento o fato de Graciliano Ramos explicitar o aprendizado de uma grande lição: o adotado de nome José era um jovem treloso e, curiosamente, sempre negava a sua responsabilidade, até que em uma situação não houve argumentos para assumir a isenção de culpa. Nesse ínterim, o pai de Graciliano Ramos investiu-se da condição de educador para corrigir o malfeito e então imobilizou o jovem para aplicar-lhe chibatadas, tal qual se fazia com os escravos. Ao presenciar a situação, Graciliano Ramos, ainda jovem, relata que teve ímpeto de também espancar o jovem, apropriando-se de um pedaço de madeira. Na iminência de aplicar um golpe, foi surpreendido pelo seu pai, que fez a reversão da situação, dirigindo o castigo para Graciliano Ramos, dor que ele jamais esqueceu.

Como se evidencia nas palavras do autor, era filho de Sebastião Ramos de Oliveira, homem “sério, de testa larga, uma das mais belas testas que já vi, dentes fortes, queixo rijo, fala tremenda” (RAMOS, 1995, p. 13) e Maria Amélia Ramos, mulher “enfezada, agressiva, ranzinza, sempre a mexer-se (...), boca má, olhos maus que em momentos de cólera se inflamavam com um brilho de loucura” (RAMOS, 1995, p. 13). Eis a idealização de Graciliano Ramos de suas figuras parentais em uma glorificação da

figura paterna revestida de poder ao passo que a figura materna fora degradada com traços maléficos, entremeados com lampejos de loucura.

Em sua tenra infância, Graciliano Ramos demonstrava um sentimento complexo pelo universo da escrita, visto que suas primeiras experiências foram bastante difíceis, especialmente pelo fato de o pai ter dado início a sua alfabetização. Considerando não haver logrado muito êxito, o pai de Graciliano Ramos decide então colocá-lo na escola. Nas palavras do autor (RAMOS, 1995, p. 104):

A notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. [...] A escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar para onde se enviavam as crianças rebeldes. Eu me comportava direito: encolhido e morno, deslizava como sombra. [...] E nem me afoitava a incomodar as pessoas grandes com perguntas. [...] Considerei a resolução de meus pais uma injustiça. Procurei na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras.

É digno de nota que, até uma certa época, em contextos de famílias paradoxalmente abastadas, havia no Brasil escolas em modalidades de internatos para jovens cujo funcionamento pelo rigor e disciplina em muito se aproximava aos modelos das prisões. No imaginário popular, os pais se valiam desse tipo de ameaça na tentativa de moldar seus filhos rebeldes.

Ao entrar na escola, entretanto, Graciliano Ramos deparou-se com uma professora completamente diferente do que esperava. D. Maria, embora uma alma modesta e com tantas dúvidas quanto os próprios alunos, fez com que Graciliano Ramos perdesse um pouco do medo das temidas cartilhas que continham o abecedário. Dessa maneira, Graciliano Ramos foi de alguma forma evoluindo em seus estudos, de forma que quando D. Maria mandou para casa um bilhete solicitando um segundo livro, os pais de Graciliano Ramos tenham ficado tão satisfeitos que ofereceram ao menino, em suas próprias exortações,

[...] um carretel de linha, mandaram-me comprar uma folha de papel vermelho na loja de seu Filipe Benício, obtive uma tesoura [...] e fabriquei um papagaio que não voou. No jantar deram-me toicinho. E exibiram-me a preciosidade que exteriorizava o meu progresso: volume feio, com um retrato barbudo e antipático (RAMOS, 1995, p. 114).

Passaram-se alguns anos, Graciliano Ramos foi mudando de residência, trocando de escola, mas o fato é que aos nove anos ainda era quase analfabeto. Entretanto, por uma predestinação ou quem sabe apenas por questões da vida, Graciliano Ramos, em

determinado momento, foi instigado a ler um livro por ordem do pai. A aquela altura, gaguejava, mastigava as palavras até conseguir alcançar o fim da página. Mas, para sua surpresa, não houve gritos nem repreensões. O pai na verdade indagou se estava compreendendo o que lia, explicando que se tratava de uma história, com personagens. Para a surpresa de Graciliano Ramos menino, as explicações do pai acenderam uma luz nas trevas de sua alma.

Graciliano Ramos ainda nos informa de suas experiências com as palavras, tendo por si só superado muitas de suas supostas dificuldades ao afirmar que leu “a biblioteca de Jerônimo Barreto. Mudei hábitos e linguagem” (RAMOS, 1995, p. 216). Nota-se, assim, que as dificuldades aventadas provinham sobretudo não de um déficit de sua parte, mas sim do encontro tenso de um pai idealizado como forte e sério com um filho e de uma escola que se utilizava da palmatória para corrigir os meninos preguiçosos que não queriam aprender a ler.

E assim foi o percurso trilhado por Graciliano Ramos no mundo das letras, até concluir, nas últimas linhas de suas memórias de infância, que abriu a estante, exumou “o *Cortiço*, desempacavirei-o, restitui-o à convivência dos outros romances. (...) Já não era objeto de aversão. (...) A figura que me perseguia à noite serenou e fugiu” (RAMOS, 1995, p. 247).

Passados alguns anos, em sua caminhada pelo mundo adulto, de acordo com Bosi (1994), acabou por fixar residência no Rio de Janeiro, por volta de 1914. Durante seu período na cidade, trabalhou como escritor de crônicas em alguns jornais. Suas crônicas, além de retratarem aspectos da vida cotidiana, eram repletas de opiniões quanto aos estilos de vida e a forma com que os órgãos estatais exerciam seus poderes.

Em um de seus escritos, publicado no *Jornal de Alagoas*, Graciliano Ramos já demonstrava sua opinião, de forma bastante acurada e crítica, acerca das questões políticas que atravessavam sua época:

A constituição da república tem um buraco. É possível que tenha muitos, mas sou pouco exigente e satisfaço-me com referir-me a um só. Possuímos, segundo dizem os entendidos, três poderes – o executivo, que é o dono da casa, o legislativo e o judiciário, moços de recados, gente assalariada para o patrão fazer figura e deitar empáfia diante das visitas. [...] Todos eles são mais ou menos chefes. Não se sabe bem de que, mas é certo que o são. [...] São os grossos batráquios da lagoa republicana.

Muito menos volumosos, coaxam pelos cantos chefitos incolores, numerosos, em chusma, minúsculas pererecas de poças d’água... São, a um tempo, intendentos ou prefeitos, juízes, promotores, advogados e

jurados, conselheiros municipais, comissários de polícia e inspetores de quartelão. Realizam a pluralidade na unidade! E ainda há quem duvide do mistério da Santíssima Trindade... (RAMOS, 1915, p.9)

É de se esperar que um criador de ideias dessa natureza não tivesse passado incólume pelas engrenagens repressoras do Estado que consideraram suas observações em termos provocativos e ameaçadores, uma vez que não correspondiam e nem deviam corresponder aos preceitos vigentes defendidos pela elite burguesa.

Entretanto, uma triste notícia modificou os rumos de seus projetos: ao saber que três de seus irmãos haviam morrido de peste bubônica, Graciliano Ramos ficou extremamente abalado e decidiu, segundo Bosi (1994), retornar a Palmeira dos Índios. Foi nessa época que conheceu a mulher que se tornou sua primeira esposa. Entretanto, ainda perseguido pelos presságios da morte, desta feita, esse acontecimento fatal incidiu em sua esposa durante o nascimento do quarto filho.

Em sua viuvez, com quatro filhos e condoído pela perda de sua amada, conheceu Heloísa, jovem com quem se casa e vem a literalmente passar sua vida na saúde e na doença, na riqueza e na pobreza. Depois desse casamento, sua vida tomou novos rumos, vindo a se candidatar ao cargo de prefeito de Palmeira dos Índios (MORAES, 2012), tendo tido sucesso no pleito. Porém, poucos dias exercendo o ofício político, ao conhecer de perto o emaranhado do poder, percebeu que a empreitada teria mais pedras no meio do caminho do que imaginara, sendo esse um momento de reticência e reflexão.

Durante o tempo em que foi prefeito da cidade, Graciliano Ramos escreveu ao governador de Alagoas alguns relatórios burocráticos prestando contas de seus atos políticos e administrativos, ficando famoso pelo seu modo de escrever, fato que impressionou a autoridade máxima do Estado alagoano. Tendo chamado atenção nacional, sua escrita chegou aos conhecimentos de Augusto Schmidt, editor que lhe propôs alguns negócios e que viera, tempos depois, resultar na publicação de seu primeiro livro: *Caetés* (MORAES, 2012). Passados dois anos e três meses de exercício do cargo de prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos fez a opção de renúncia. Contudo, sua notável reputação como administrador do município fez com que o governador Álvaro Paes o convidasse para ocupar o cargo de direção da Imprensa Oficial do Estado de Alagoas: cargo em função do qual evidenciou suas ideias, sendo esse um passo decisivo na construção das armadilhas para sua prisão.

Cabe destacar que ao longo de sua vida Graciliano Ramos exerceu alguns ofícios: professor, servidor público, prefeito, escritor e, ironicamente, por conta da Justiça Brasileira na época de um governo ditatorial, foi, injustamente, presidiário, moldando-se até certo ponto às rotinas da prisão, lugar onde viveu por quase um ano, tempo em que elaborou vários rascunhos na tentativa de explicar o imponderável da prisão que lhe fora imputada. E foi com a escrita que o homem saído do interior de Alagoas se armou para lutar contra os reveses da vida, especialmente na *via crucis* pelos diferentes espaços prisionais dos estados de Alagoas e Rio de Janeiro.

De acordo com Candido (2006, p. 146), em seu trabalho com a escrita, Graciliano Ramos consegue “ressaltar a humanidade dos que estão nos níveis sociais e culturais mais humildes mostrando a condição humana intangível e presente na criatura mais embrutecida”. Podemos assim dizer que Graciliano Ramos traz pelo avesso, com sua escrita, os aspectos sombrios e temidos de um universo que confina pessoas ao mais cruel destino: submissão, obediência, restrições em limites de movimentos corpóreos, sob o comando de agentes que, frequentemente, seguem, às cegas, as diretrizes estabelecidas. Nesse sentido, a sua escrita sobre o cárcere traz um lado sombrio da vida daqueles que conheceram uma das dimensões mais trágicas da existência: o crime. Curiosamente, Graciliano Ramos foi preso sem ter, de acordo com a lei vigente à época, praticado nenhum crime, o que não o impediu de conhecer o lado sombrio que resulta do encarceramento de pessoas em espaços exíguos, condições insalubres, perda de referências, ruptura de contatos e desenraizamento geográfico.

Ou seja, de maneira maestral, Graciliano Ramos foi capaz de dar luz à escuridão na qual seres humanos deixados de lado pelo poder público se encontravam, em amontoados, vivendo sob péssimas condições, inclusive desumanas. Sendo assim, conheceu uma faceta da condição humana que põe em xeque os vínculos de solidariedade: a relação dos agentes prisionais com os encarcerados. Quer dizer, a prisão é uma situação extrema mediante a qual seres humanos se encontram na mira da ameaça de outros, sendo obrigados a nutrir o sentimento de desconfiança como condição necessária para a preservação da sobrevivência que, a cada momento, encontra-se na iminência de aniquilar-se. De certo modo, dormir e acordar vivo no dia seguinte em uma prisão representa uma grande conquista, uma vez que nesses lugares a morte confunde-se com o sono, motivo pelo qual dormir pode se afigurar um grande tormento, evidenciando várias incursões em *nuits blanches*.

Esse estado de viglância acompanhou Graciliano Ramos por muitas noites que o reportavam as inquietações vividas por sua alma. Premido pela dor e ferimentos que limitaram contundentemente o seu corpo, conheceu de perto as restrições que o ambiente prisional produziu em sua alma, mas fracassaram por não terem conseguido levá-lo à completa prostração e resignação absoluta.

Em seus escritos, o autor trabalhou com nuances e sutilezas da instituição onde se encontrava pois por experiência aprendeu na pele o que era a opressão, tema recorrente em várias de suas obras. Graciliano Ramos sempre deixou clara a sua posição em relação as agruras pelas quais as vidas humanas mais esquecidas tendem a passar. Homem conciso, criticava o governo e detestava a posição de tirania e autoritarismo daqueles que exerciam poder sobre as outras classes, mencionando inclusive que “ambicionara com fúria ver a desgraça do capitalismo” (RAMOS, 2011, p.25).

E justamente pelos seus escritos que, em 1936, Graciliano Ramos foi preso de dentro de sua própria residência, acontecimento esse que provavelmente repercutiu para a criação de uma de suas mais imponentes obras, na qual a violência é tema norteador de cada palavra de suas *Memórias do cárcere*: uma vez preso, foi levado a diferentes instituições prisionais e amargou nos últimos meses em que esteve na prisão momentos difíceis em razão de uma doença que se agravava. Encontramos nas linhas de sua escrita descrições sobre difíceis momentos em que caminhou de forma claudicante.

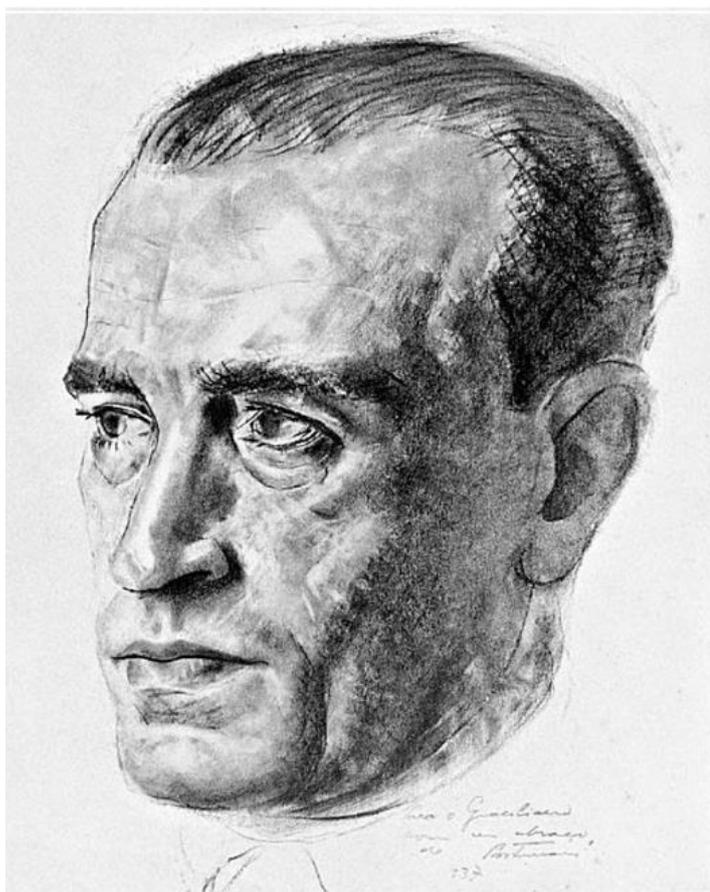
Premido pelas diferentes pressões comuns a uma prisão, lançou mão, dentre as alternativas possíveis, da escrita como meio de sobreviver, de não sucumbir diretamente aos grilhões da prisão. A escrita verteu-se em uma contundente arma com a qual lutou, com mãos, dedos, canetas e ideias contra seus algozes. Certamente, com esse instrumental de luta se destacou daqueles com quem conviveu por quase um ano, considerando que a grande massa carcerária de criminosos era praticamente analfabeta, à exceção dos indesejáveis do sistema: almas inquietas que refletiam sobre a vida ao invés de cometerem crimes.

Em 20 de março de 1953, na cidade do Rio de Janeiro, o grande homem que foi Graciliano Ramos morreu devido a um câncer que tomou seu pulmão (MORAES, 2012). Esse infortúnio silenciou para sempre uma grande voz, a qual não se apagou se considerarmos a vivacidade de seus escritos. Contudo, consideramos que nem a morte foi capaz de decretar um fim definitivo e extinguir para sempre o pensamento de uma mente que por meio de seus personagens – sejam eles fictícios ou não – fez ressoar no mundo recônditos da existência de seres humanos em condições extremas, especialmente quando

se dispôs a narrar, mesmo de forma incompleta, a *via crucis* traçada por um destino que jamais escolheu.

Por fim, a título de ilustração, apresentamos Graciliano Ramos pelas mãos de Cândido Portinari, amigo pessoal do autor em questão. O desenho, feito a carvão e crayon sobre papel, foi encomendado para a revista acadêmica em 1937, três meses após a saída de Graciliano da prisão, e rendeu o seguinte comentário de Graciliano Ramos à esposa: “Não sei se já lhe disse que Portinari me fez um retrato maravilhoso. Bandeira me disse há dias que muita gente anda com dor-de-corno por causa desse retrato. É formidável” (MORAES, 2012, p. 156):

**Figura 1:** Retrato de Graciliano Ramos



**Fonte:** Moraes (2012).

## 2.2 Descortinando as Memórias do cárcere

*Só aquilo que não cessa de doer  
permanece na memória  
Friedrich Nietzsche*

Ao nos situar no terreno da construção de uma memória, nos ocorreu a ideia de pinçar, entre os vestígios deixados por Graciliano Ramos, a respeito das quase setecentas páginas da obra *Memórias do cárcere*, os manuscritos das primeiras páginas, que são por demais elucidativas, pois, logo no parágrafo que abre o primeiro volume, o autor se apresentou, evidenciando a decisão que tomara em descrever os contornos e caminhos sinuosos da prisão: “resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos – e, antes de começar, digo os motivos porque silencie e porque me decido” (RAMOS, 2011, p. 11).

Antes de prosseguir, se faz necessário abrir um parêntese para situar uma valiosa peculiaridade. A longa viagem que adentramos nos meandros da obra de *Memórias do cárcere* nos conduziu ao Ecomuseu Ilha Grande, em uma de suas unidades, o Museu do cárcere, de onde retratamos um painel em destaque do autor Graciliano Ramos e sua obra *Memórias do cárcere*, acompanhado de sua fotografia e de sua assinatura.

É pertinente salientar que, das pessoas presas sob a rubrica de presos políticos que estiveram na Ilha Grande, o único que recebeu tal distinção foi Graciliano Ramos. Acreditamos que a escolha de Graciliano Ramos pelos organizadores do museu não tenha sido obra de um mero acaso, ou seja, houve uma intencionalidade em retratar um preso da importância de Graciliano Ramos para que os visitantes tivessem conhecimento de que uma pessoa importante também foi preso nas referidas instalações.

Nesse sentido, o painel não só é distintivo como também pode ser considerado uma fonte de atração turística: nos destroços de uma instituição mortífera, ergue-se hoje uma imagem esteticamente agradável, com belas molduras e iluminação apropriada para servir de pastagem aos olhos dos inquietos e curiosos visitantes.

Estamos, assim, sinalizando que, além de ser uma homenagem prestada ao grande escritor, a confecção e exibição desse painel atende também a outros objetivos: evidenciar a existência de um preso “político” importante em uma era de exceção, de um regime integralista que flertava com o nazifascismo.

**Figura 2:** Painel informativo



**Fonte:** Museu do cárcere. Arquivo pessoal (2015)

O destacamento desse painel no museu nos chama a atenção do ponto de vista de construção de memória mesmo tendo acontecido mais de cinquenta anos após a morte do autor, não só em razão da produção, na penúltima década do século passado, do filme sobre essa obra, como também em razão de inúmeros artigos, dissertações, teses, capítulos de livros e livros, a exemplo do artigo *A escrita do testemunho em Memórias do cárcere*, de Alfredo Bosi, entre outros títulos.

Podemos, assim, considerar que a difusão dessa obra tem alcances e interpretações em vários campos do conhecimento, especificamente, no âmbito da Memória Social, campo no qual estamos trabalhando com os rascunhos produzidos que culminaram, para a obra, interpretações já realizadas, imagens e fotografias, o prontuário referido a sua prisão e ao controle de sua vida após a liberdade.

No recorte que pretendemos trabalhar, situamos, para iniciar nossas reflexões, uma observação dos rascunhos do primeiro capítulo do livro, os quais confluíram para nos levar a concluir que o autor era dominado por certa postura autocrítica, dadas as alterações que processou em sua escrita, conforme observaremos adiante, na imagem 3, até alcançar minimamente o estatuto de uma versão final.

Assim sendo, a versão publicada guarda segredos e mistérios que foram eclipsados nos seus escritos por livre decisão do autor na convicção de que uma obra, para vir a lume, deve ser bem preparada, beirando quiçá à perfeição.

Por esse motivo, no sentido de traçar as pegadas de nossa caminhada, convocamos o leitor para experimentar as vívidas sensações, as quais já são, para nós, bastante familiares, como também para se deparar com o universo particular de Graciliano Ramos, o qual não se evidencia na obra publicada.

Quer dizer, graças ao empenho de uma de suas filhas, Clara Ramos, com a qual tivemos contato por meio de um de seus livros publicados, intitulado *Cadeia*, tivemos acesso a algumas páginas do manuscrito em *status nascendi* que ora reproduzimos como um rico material para a construção das sutilezas de memória que podem ser apreendidas tanto nas linhas escritas quanto nas entrelinhas.

Lançamos mão do recurso das entrelinhas consideradas não só como os sentidos implícitos que podem ser apreendidos como também as múltiplas rasuras e as insinuações das quais se valeu por intermédio da utilização de metáforas e posicionamentos frequentemente sagazes à medida em que eram proferidos em tons sarcásticos e eruditos.

Desse modo, podemos constatar que Graciliano Ramos não só hesitava em escrever como também sobre o que sua imaginação produzia; conteúdo constantemente à mira de sua observação crítica, cuja exigência o levava a extinguir textos e palavras ou a reescrevê-los:



nos problemas mexicanos. Não será impossível acharmos nas livrarias turísticas  
 livros contra a ~~república~~ nova república, às vezes com loucos ~~de~~  
 da figura de Sela, indulgentes ou cegos. Não valorizamos o nosso ~~país~~  
 frequentamos fascismo turpimentado: se o ~~país~~  
~~país~~ fizemos, arruinamos-nos: quando fomos ~~para~~ vegetar,  
 mencione nos data crédito. Ela não nos ~~traiu~~ <sup>praticou o ofício.</sup> Apenas  
~~tantos exemplos por o desejo de exceder-lo.~~ O homem do primado  
~~espiritual viviam <sup>à larga</sup> tratavam do corpo, mas nós, ~~problemas~~ materialistas,  
 alojados em quarto de francês, como outros, ~~trabalhamos~~  
~~trabalhamos~~ quase nos reduzimos a espírito. E  
 como outros espírito miúdo ~~se~~ se misturavam a nós, e era preciso  
~~alimentá-los, calzá-los, vesti-los, mandá-los ouvir~~  
 canções e discursos ~~de~~ lauses patrióticas, abandonamos as tarefas de  
 longo prazo, cámos na labuta diária, cantando lulas, fabricamos  
 artigos, parecíamos traduções, concentramos angustando produtos ~~de~~  
 alheios. De alguma forma nos equalizamos. Um dos meus escritos  
 saiu medonho, pior que os outros. ~~Valendo~~ Não foi amadado, mas se  
 costou pelo menos a terça parte Sela.~~

Aqui findo o resumo dos exemplos ~~de~~ <sup>até hoje</sup> apresentados à  
 narração que inicia. Tão fugido? Alguns se atenuaram, outros se  
 modificaram. ~~Trabalhamos~~

Estarei próximo dos homens gordos do primado espiritual?  
 conseguirei refestalar-me? Não, felizmente. Se me rechace  
 assim, ita tomam, pensam no atenuado. Quem dormiu no chão  
 deve lembrar-se disso, impor-se disciplina, sentar-se em ~~posição~~  
 banco duro, escrever em tábuas retortas. Escreverá talvez  
 repetidas; é Sela que a vida é feita: inútil megá-las,  
~~ocultá-las~~ <sup>ocultá-las</sup> envolve-las em gaze. Mas é indispensável um  
 mínimo de tranquilidade, é necessário afetar se miserabilizar  
 que nos evenciam. Fisicamente estamos em ordem. ~~Trabalhamos~~ O  
 pensamento deixa a fôlha meio radicada. Que desgraças ~~haverão~~  
 inomináveis e vertiginosas nos chegarão amanhã? Tão desolado  
 é esse espírito? Ignoto. Sei é que, se obtivermos ~~trabalho~~  
 para trabalhar um mês, provavelmente alcançarei meio de trabalhar  
 o mês seguinte. Estamos livres das colaborações, das encomendas  
 obsequiosas? Não. Dampis já rodamos exceder luz a distância.







pinda'ia toleramos: falo um sujeito mais ~~comum~~ ou menos  
 inventado; fora daí a impertinência adoptar o pronomes  
 hesitante, embora se façam malabarismos por evitá-lo. ~~Escrevo-me~~  
 alegrando que ele me facilite a narração. Além disso não  
 saço ultrapassar o meu tamanho. ~~Se não~~ <sup>Esqueci-me de</sup>  
 para o canto obscuro, fugitei às <sup>diversas</sup> ~~diversas~~ <sup>diversas</sup>  
~~para o canto obscuro, fugitei às~~ ~~diversas~~ <sup>diversas</sup> cauteloso por ~~destruí~~ <sup>destruí</sup> ~~destruí~~  
 que merecem pertencem-se.

25 - Janeiro - 1946

Fonte: Ramos, C. (1992)

Nesse sentido, consideramos que, as rasuras procedidas por Graciliano Ramos, de certa forma, são rastros e vestígios que nos incitam a pensar, não apenas o que motivou a omissão, bem como por que o referido conteúdo o inquietou de tal maneira a ponto de substituí-lo ou omiti-lo ou, ainda, realizar as duas operações.

No tocante à obra *Memórias do cárcere*, a qual consideramos única pela sua singularidade e pelo teor de suas descrições relacionadas ao ambiente prisional, é pertinente também ter em mente as outras produções escritas que notabilizaram com reconhecimento nacional o referido autor. Nas palavras de sua filha,

O livro que Graciliano Ramos construiu com suas vivências de prisão mantém impressionante oportunidade neste nosso passageiro mundo em transição, um mundo de verdades bagageiras muito extraviáveis. Nenhuma de suas passagens se extravia, não se desgastam aqueles trechos mais facilmente corruptíveis dos registros da época (RAMOS, C., 1992, p. 23).

Ao lançarmos um breve olhar às obras de Graciliano Ramos, notamos que em sua maioria o autor produziu construções literárias, providas de personagens, cenários e enredos ficcionais com início, meio e fim, minuciosamente construídos pela sua distinta mente. Já no que tange a obra específica *Memórias do cárcere*, não temos uma história, mas sim uma narração de memórias do autor, que, inundado pelo sofrimento, tem como cenário a prisão.

No intuito de guiar um encaminhamento possível da nossa leitura, evocamos as palavras do próprio autor acerca do livro, quando afirma:

Nesta reconstituição de fatos velhos, neste esmiuçamento, exponho o que notei, o que julgo ter notado. Outros devem possuir lembranças diversas. Não as contesto, mas espero que não recusem as minhas: conjugam-se, complementam-se e me dão hoje impresso de realidade. Formamos um grupo muito complexo, que se desagregou. De repente nos surge a necessidade urgente de recompô-lo. Define-se o ambiente, as figuras se delineiam, vacilantes, ganham relevo, a ação começa. Com esforço desesperado arrancamos de cenas confusas alguns fragmentos. Dúvidas terríveis nos assaltam. (...) Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos. Foram apenas bons propósitos: devo ter-me revelado com frequência egoísta e mesquinho. (...) Desgosta-me usar a primeira pessoa. Se se tratasse de ficção, bem: fala-se de um sujeito mais ou menos imaginário; fora daí, é desagradável adotar o pronomezinho irritante, embora se façam malabarismos por evitá-lo (RAMOS, 2011, p.15).

A esse respeito, vale um esclarecimento para situar o terreno no qual trabalhamos. Considerando a distinção entre discurso (entendido como produção oficial e, na situação de Graciliano Ramos, expresso pelo livro escrito pelo diretor da Unidade à época<sup>4</sup>) e narrativa (entendimento que temos da obra *Memórias do cárcere*), seria prudente destacar que, conforme afirma Eyerman (2004, p. 162):

Enquanto os discursos são exercícios de poder e investem de poder aqueles que se posicionam, as narrativas podem providenciar caminhos para uma contra-memória a uma minoria ou um grupo oprimido no qual alguns dos conceitos centrais de discurso dominante podem ser apropriados e ganhar um novo significado.<sup>5</sup>

Essa dimensão de duas versões diametralmente opostas pode ser apreendida se compararmos as duas obras cujas escritas se reportam a um mesmo lugar e às circunstâncias de um cotidiano em ambiente prisional. No âmbito da narrativa, caminho escolhido em nossa reflexão, o tempo se mostra como um aliado poderoso no sentido de favorecer a imaginação, dando-lhe meios de construção de memória sobre eventos reais ou imaginados.

Há na narrativa uma pretensão de verdade, mesmo considerando a possibilidade de os fatos narrados serem falsos ou equivocados, sobretudo pelo fato de que uma vez narrados, são passíveis de serem interpretados e, assim, significados. Convém salientar que a narrativa, de experiência pessoal, pelos meandros da construção de memória, se relaciona diretamente à experiência, ao mesmo tempo que alude à reflexão crítica. Desse modo, o sentido que pode ser apreendido do processo de construção de notas da obra *Memórias do cárcere* deve ser considerado como uma espécie de composição de acontecimentos. Quer dizer, as narrativas funcionam, no caso de Graciliano Ramos, como formas de resistência apoiadas nas ideias de sucesso obtido graças à escrita e também de fracasso relativo à decisão a ser dada ao destino das notas.

A obra é composta de quatro volumes, sendo: Viagens, Pavilhão dos Primários, Colônia Correccional e Casa de Correção. No primeiro volume, Graciliano Ramos narra

---

<sup>4</sup> SARDINHA, H. E. *Memórias de um médico: Ilha Grande*. Rio de Janeiro: Reper, 1969.

Conforme salienta Santos (2009, p.220): “Na época da prisão de Graciliano Ramos, o diretor interino era novamente o doutor Sardinha e tanto um como outro fazem menção ao encontro”. Graciliano Ramos descreve o diretor como um homem de qualidades nada agradáveis, afirmando ser mais desprezível do que os ladrões. Por outro lado, Sardinha, em suas memórias, defendeu-se das acusações que lhe eram feitas descrevendo o autor de *Memórias do cárcere* como um homem neurótico, amargo e revoltado.

<sup>5</sup> While discourses are exercises in power and empower those rightly positioned, narratives can provide means for a ‘counter-story’ for a minority or an oppressed group, in which some of the central concepts of a dominating discourse can be appropriated and given new meaning.

sua trajetória desde as ameaças que recebeu enquanto funcionário público do Estado de Alagoas, o início do seu encarceramento no quartel de oficiais e a transferência no navio Manaus. Por isso, a primeira apreensão do estado de encarceramento pelo próprio autor recebeu o título de Viagens, por se referir ao deslocamento pelas águas do Oceano Atlântico de Alagoas para o Rio de Janeiro, no porão do navio Manaus, em companhia de criminosos detidos por crimes prescritos no código penal brasileiro, momento em que Graciliano Ramos descreve com presteza toda a sujeira e o descaso com que eram tratados.

No segundo volume do livro, Graciliano Ramos descreve sua chegada à cidade do Rio de Janeiro, denuncia as péssimas refeições que lhes eram oferecidas, sua luta junto dos colegas de cela contra os percevejos que tomavam conta das camas e das celas que habitavam, conta sobre as inúmeras pessoas que conhecera na prisão e deixa registrado que, nitidamente, o clima que os cercava era de dúvidas pela atmosfera de violência e opressão. Coube ao segundo volume o título de Pavilhão dos Primários em referência a uma instituição prisional situada na cidade do Rio de Janeiro, ainda capital federal, que fazia a recepção e custódia de pessoas que, supostamente, praticaram seu primeiro crime.

Já no terceiro volume do conjunto de suas memórias, Graciliano Ramos nos traz o cenário da prisão de Dois Rios, na Ilha Grande, e sua aflição pela mudança, já que era um local conhecido pela precariedade e maus tratos aos prisioneiros.

Além da tortura psicológica, Ramos denuncia a tortura física e o tratamento desumano aos quais eram submetidos quando tinham que escolher entre passar fome ou comer comida infectada por roedores, o que lhes causavam vigorosas dores. Conforme o próprio nome indica, a Colônia Correcional corresponde ao local para o qual as pessoas que cometeram delito são segregadas para serem “corrigidas”, embora essa finalidade destoasse do universo de agentes estatais encarregados da prisão, conforme evidencia Graciliano Ramos no livro. Logo, o significante Colônia Correcional escamoteia e esconde a principal finalidade de um Estado que tem como política matar, desde os primórdios de seu processo colonizador, conforme assinala Foucault (2017, p. 146),

O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida exercendo o seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como de vida e de morte é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver. (...) O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la.

Diante das circunstâncias que advém da enunciação da prisão como um lugar onde se entra para morrer, via de regra, as estratégias de manutenção dos aprisionados por parte das autoridades devem corroborar para cumprir essa finalidade nefasta. Resta aos aprisionados lutar contra as fortes correntes que por vezes são tão poderosas a ponto de fazê-los sucumbir. O cenário apostado ao autor ao qual nos referimos afigurava-se com essas características.

Por tentar resistir a tratamento tão desumano, aos poucos o homem Graciliano Ramos, gradativamente, conheceu falências em seu próprio corpo, até chegar a um estágio extremo para ser transferido para a Casa de Detenção e passar alguns dias em uma enfermaria para se recuperar.

No último volume, então, o autor finaliza por nos contar sobre suas percepções sobre si mesmo, como estava fisicamente debilitado e chegava à conclusão de que de fato essa tinha sido a intenção do governo desde o início, pois dessa forma não teria como reagir às imposições estatais. Essa quarta parte, intitulada Casa de Correção, concerne ao demolido complexo da rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro. Curiosamente, podemos destacar uma grande contradição: eram destinadas a essa instituição prisional as pessoas julgadas e condenadas. No entanto, Graciliano Ramos, sem processo, julgamento e condenação, teve como seus últimos dias de prisão essa localidade. Eis aqui a finalidade de sua escrita: resistir ao poder ao desvendar o traçado de seres humanos torpes que se viam ameaçados pelas suas ideias.

### 3 A ESCRITA, A PRISÃO, A MEMÓRIA

Após termos enveredado pelas difíceis encruzilhadas com as quais se deparou Graciliano Ramos em diferentes instituições prisionais, pretendemos avançar para uma temática depreendida explicitamente dos seus escritos. Em primeiro lugar, prisão e memória fazem parte do título de sua obra, mesmo que não tenha se destinado a nomeá-la. Em segundo lugar, o tópico escrita concerne a uma vastíssima produção de enredos que cobrem mais de seiscentas páginas se considerarmos o agrupamento dos quatro volumes.

#### 3.1 A escrita e o texto

*Escrever é sacudir o sentido do mundo*  
Roland Barthes

No intuito de iniciar a complexa tarefa na circunscrição de uma escrita, recorreremos, e não poderia ser diferente, às palavras do próprio autor, visíveis na contracapa de uma de suas obras:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa; a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer (RAMOS, 2005).

Aquele que se propõe deixar para a posterioridade marcas de sua singularidade pela escrita tem, no mínimo, intenções diversas. Há primeiramente, em nossa compreensão, a ideia de que os rascunhos produzidos em diferentes lugares e momentos convergiram para a construção de uma obra que leva o leitor a pensar nos ruídos insuportáveis e silêncios mordazes das instituições prisionais visto que, como afirma Ramos (2005), a escrita é um processo de etapas diferenciadas e “a palavra foi feita para dizer”.

A corporificação de ideias em um texto corresponde aos “sulcos” cravados em uma superfície cuja finalidade é apresentar ao mundo uma mensagem, na forma de escrita, que terá necessariamente um endereçamento. Situação dúbia no contexto de *Memórias do cárcere*, em função de ser, para o autor, uma tarefa infinda, razão pela qual a obra é póstuma, sendo o desfecho dado pelo seu filho (RAMOS, 2011).

Assim, consideramos que a escrita é uma estratégia em função do qual um ser humano se encarna na posição subjetiva de autor para esclarecer um enigma que o acompanha pelo fato de sua condição desejante, em particular, na situação de Graciliano Ramos, o acossamento decorrente dos grilhões do cárcere.

Contudo, entre o desejo de escrever e o desejo de que essa escrita seja objeto de apropriação de um destinatário há um momento no escritor em que se defronta com os limites impostos à vida pois o desejo de escrever é acompanhado por uma postura crítica: ninguém escreve um texto sem a expectativa de que o mesmo seja perfeito. Dolorosamente, o escritor, no entender de Bataille (2017), tem que abrandar o desejo de que a escrita seja perfeita minimizando assim os crivos da autocrítica.

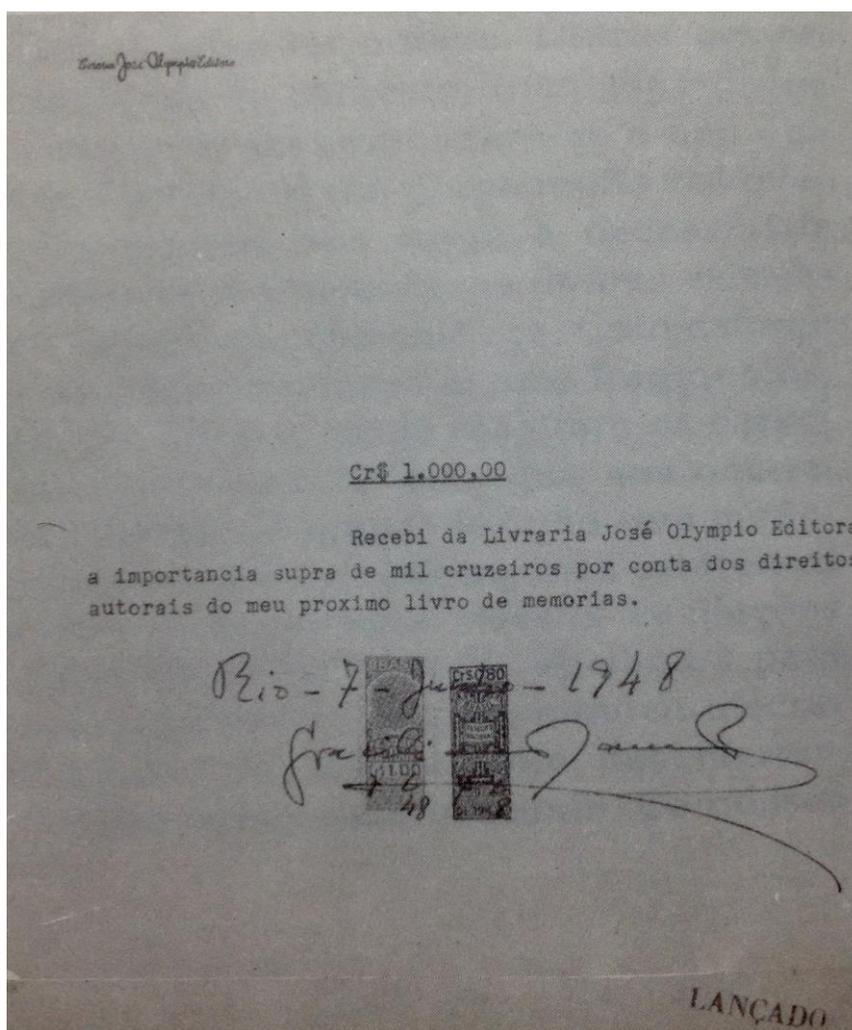
Em segundo lugar, aludimos a condição de que a escrita de *Memórias do cárcere* pode ser entendida como a construção de um legado deixado pelo autor acerca da travessia nas prisões, o testemunho de quem presenciou situações limites e críticas, um documento no sentido de a obra ser apreendida como um registro histórico e também um enredo ficcional que brotou da mente de seu criador. Essas vias de possibilidades, seja quais forem, são produzidas com o propósito de encaminhamento a um interlocutor, visto que “a escrita foi, durante muito tempo, considerada o rastro mais duradouro que um homem pode deixar, uma marca capaz de sobreviver à morte de seu autor e de transmitir sua mensagem” (GAGNEBIN, 2006, p. 112). Embora a autora faça uma alusão a um aspecto histórico da escrita, podemos traçar uma similaridade com a produção do autor de *Memórias do cárcere*.

Não obstante, se considerarmos a dimensão de transmissão de uma mensagem, deparamo-nos com uma certa ambiguidade no tocante às anotações que confluíram para a obra *Memórias do cárcere*: sem fim, sem nome e sem publicação em vida. Contudo, não podemos deixar de entender que a mensagem produzida se inscreveu, a partir da iniciativa de um de seus filhos, no contexto das relações sociais, quer dizer, mesmo que Graciliano Ramos não tivesse clareza de seu objetivo precípuo, a escrita dessa obra, à medida em que veio a lume, invariavelmente se descolou de seu criador, a ponto de podermos situar, em instâncias distintas, um homem que esteve preso e um escritor.

Enveredando por esse viés, constatamos que a produção de uma obra, como a referida nessa reflexão tem dois efeitos imediatos:

1) podemos depreender dois momentos dessa escrita: um que durou aproximadamente dez anos, entendido como um tempo de gestação, e outro relativo à publicação. Somente no segundo tempo a escrita ganhou autonomia, deixando de ser exclusividade apenas do seu escritor, que já não se encontrava mais presente no plano terreno, podendo opinar sobre a publicação ou não da obra, nem presenciou a repercussão de suas ideias, como também não contou com os louros do ponto de vista de reconhecimento e de abrangência juntamente com *Vidas secas*, seus dois textos transpostos para o campo cinematográfico. No entanto, do ponto de vista econômico, chegou a receber uma parcela de mil cruzeiros (unidade monetária da época), em 1948, conforme evidencia a figura 4:

**Figura 4:** Recibo de pagamento



**Fonte:** Ramos, C. (1992)

Um ano após receber essa parcela, assinou um documento que ratificava um acordo verbal para a produção dos quatro volumes, sem título definido, conforme figura a seguir:

**Figura 5:** Ratificação de contrato

Livraria José Olympio Editora  
Rio, 18 de Abril de 1949

Prezado amigo Graciliano Ramos :

Vimos pela presente confirmar o entendimento verbal que tivemos em Julho de 1947, sobre a edição dos quatro volumes de memórias que você está escrevendo, sob o título ainda não definitivo de "Cadeia". As condições então acertadas foram e são as seguintes :

a) edição mínima de cinco mil exemplares. Direitos autorais de dez por cento do preço de capa, pagos na ocasião do lançamento da obra. Ao Autor será feito mensalmente um adiantamento de mil cruzeiros por conta desses direitos, durante três anos - a partir daquela data, como vem sendo feito;

b) o prazo então estipulado entre nós para a entrega pelo Autor dos originais da obra completa foi de três anos, ocasião em que deverá ser publicada, em meses diferentes ou de uma só vez - isto de acordo com as possibilidades editoriais do momento. Após a entrega dos trinta primeiros capítulos correspondentes ao primeiro volume, ficou o Autor com o compromisso da entrega mensal de três capítulos, à medida que fosse escrevendo e o que vem sendo também observado. Cada volume conterá trinta capítulos aproximadamente;

c) toda a parte material e comercial da edição ficará a cargo da Livraria José Olympio Editora - parte tipográfica, capa, preço de venda, etc., etc.::

No caso de falecimento de uma das partes fica estipulado que, se for do autor, fica a Editora autorizada a publicar a parte da obra já entregue em um ou mais volumes, a seu exclusivo critério. No caso de falecimento do sócio principal da Livraria José Olympio Editora, ficam seus herdeiros e os demais sócios obrigados ao fiel cumprimento deste acordo.

De acordo.  
Graciliano Ramos  
18-Abril-1949

**Fonte:** Ramos, C. (1992)

2) a escrita é apropriada por aqueles em cujas mãos venha incidir, seja para o deleite ou seja para o interesse de estudiosos que pretendem enveredar pelas sendas cativantes, mas nem sempre óbvias. Certamente, estamos aludindo a uma segunda

apropriação, considerando que a organização, finalização e publicação das anotações representa uma primeira apropriação.

Por uma via ou por outra, um texto foi produzido fazendo ressonância a um arquivo particular de um percurso que remete aos recônditos de uma vida subjetiva, no que concerne à construção de fatos memoráveis, lembranças longínquas, imagens recorrentes, registros de acontecimentos compartilhados, momentos fugazes de alegria e duradouros de tristeza, enfim, marcas da tessitura referida à travessia de um dos patamares, totalmente desnecessário, do viver: a prisão.

Na abertura do texto, o autor apresenta suas dúvidas, uma vez que afirma:

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos e, antes de começar, digo os motivos porque silencieei e porque me decido. Não conservo notas. Algumas que tomei foram inutilizadas e, assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir essa narrativa (RAMOS, 2011, p. 11).

Assim, o autor apresenta para o leitor suas dúvidas para realizar a escrita configurada como uma difícil viagem sobre a densa obra intitulada *Memórias do cárcere*. As hesitações e decisões de produzir essa escrita trazem as marcas da instituição prisional, ou melhor, do confronto de Graciliano Ramos com o inominável da violência que ocorre nesses lugares. Sendo assim, a produção disponível graças a uma decisão de seu filho abre um pórtico que possibilita refletir sobre os momentos de tormento e agonia que marcaram a sua vida em situação de custódia e depois da saída da prisão.

Embora mantida por anos sem nome e inacabada, essa obra nos apresenta as lembranças e imagens, mesmo que dispersas, da travessia de um homem que, perseguido pelas injustiças do sistema político e penal brasileiro, decidiu, ao mesmo tempo em que escrevia seus romances, produzir uma obra extremamente singular, visto que retrata não apenas as dores e infortúnios de personagens, e sim todo o sofrimento retratado nas sequelas físicas de seu corpo e nas feridas simbólicas em seu espírito. Isso é, nas palavras de Tellier (1998, p. 6),

A escrita será entendida como um *modus vivendi* diante do traumático, ou seja, como uma práxis que promove uma postura subjetiva (sujeito-escrevente) e dá lugar a um dispositivo de roteirização. O sujeito depara-se com a dupla impossibilidade de ligar e esquecer o acontecimento traumático. (...) a escrita, então, intervém como um socorro, tendo a virtude curativa do trabalho de ligação psíquica e, também daquilo que ela requer. Este trabalho de recomposição e ligação psíquica típica da atividade de escrever é, portanto, propício, senão a

um resultado, pelo menos a um afrouxamento das amarras que fixam o sujeito ao seu trauma<sup>6</sup>.

Na qualidade de escritor renomado, conseguiu traduzir em letras vivas os meandros de seu sofrimento em incontáveis páginas de uma densidade imensurável, das quais podemos depreender o que denominamos um doloroso testemunho sobre os dias esfumaçados e as sombrias noites vividas no cárcere. Todavia, além dessa nuance, podemos entender essa obra na rubrica de uma narração de uma experiência vivida em contexto singular.

Primeiro, em razão de ser uma imposição, determinada pelos aparatos estatais à época, sem alternativas de escolha. Essa condição foi marcada por vários tipos de isolamentos: de pessoas, de entes queridos, de conterrâneos, do acompanhamento da educação de seus filhos, entre outros. A situação paradoxal vivida por Graciliano Ramos em um confinamento forçado sem crime, julgamento e condenação caracteriza-se, de certo modo, pela dificuldade de compreender o motivo pelo qual determinadas pessoas são reclusas, principalmente em se tratando de justificativas ideológicas e racistas. No intuito de ilustrar essa assertiva, lançamos mão de uma passagem de um judeu preso na segunda guerra, por pertencer ao partido comunista, que se imbuíu, após a saída da prisão, de descrever esse macabro universo:

Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas de sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um ser vazio, reduzido a puro sofrimento e carência, esquecido de dignidade e discernimento, pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana, na melhor das hipóteses considerando puros critérios de conveniência (LEVI, 1988, p. 25).

---

<sup>6</sup> L'écriture sera entendue comme *modus vivendi* face au traumatique, autrement dit comme praxis promouvant une posture subjective (sujet-écrivain) et donnant lieu a un dispositif scriptique (cadre). Chez le sujet se heurtant à la double impossibilité de lier et d'oublier l'évènement traumatique. (...) l'écriture intervient alors à titre de secours, tenant sa vertu curative du travail de liaison psychique et de secondarisation qu'elle requiert. Ce travail de recomposition e de liaison psychique typique de l'activité scriptural est donc propice, sinon à un dénouement, du moins à un relâchement des liens qui fixent le sujet a son trauma.

Em segundo lugar, as transferências de unidades prisionais, entre outros efeitos, provocam um estado de desenraizamento tanto pela ruptura de vínculo com gestores da unidade, quanto com pessoas que cumpriam pena. Em cada unidade, fez-se necessário firmar novos vínculos e conviver com a certeza de que os antigos firmados nas instituições prisionais, se porventura tivessem ocorrido, jamais seriam retomados, mesmo se considerarmos o intervalo de praticamente um ano de cárcere.

É conveniente salientar que tanto a condição de testemunho do sofrimento quanto publicização do teor de uma experiência na descrição minuciosa dos aspectos vividos podem ser consideradas como uma modalidade de advertência: não é só uma coisa ou outra, e sim o amálgama compreendido pela situação de quem escreve, ao mesmo tempo aliado à produção de um texto que descreve passagens referidas ao cotidiano de uma prisão.

Ainda nessa linha de raciocínio, pontuamos que os relatos de horrores, atrocidades, noites de insônia, dores, a constatação face a face da degradação humana em cárcere, entre outros, devem ser considerados do mesmo modo que a indignação, lampejo de reflexão e advertência, tanto às autoridades que decretam uma prisão, quanto às pessoas que se resignam e aceitam de bom grado merecer passarem por uma situação aviltante.

Escritor, autor, narrador, imaginador, sobrevivente, homem, pai de filhos: em qual dessas categorias, se não em todas, podemos situar Graciliano Ramos ao se dedicar à difícil produção da obra *Memórias do cárcere*? O questionamento que perpassa essa reflexão consiste em indagar: até que ponto a escrita de *Memórias do cárcere* teve como destinatário apenas a pessoa de Graciliano Ramos ou também interlocutores diversos entre os quais ele mesmo se incluía? Por um lado, a sua decisão de não publicar a obra nos leva a pensar que a escrita se destinava a solucionar um dos obstáculos intransponíveis de sua vida. Contudo, à medida que deixou seus manuscritos ao alcance de outras pessoas, mesmo que fossem seus filhos, com quem partilhava muitas de suas ideias, nos faz pensar que havia a vontade de que sua obra viesse a lume.

Eis o caminho sinuoso de posicionamentos recalcitrantes na narração de fatos e vivências que compõem uma grande tessitura de memória. Por esse caminho, a escrita de *Memórias do cárcere* teve como fundamento a prisão de seu autor, ou seja, nasceu dos passos e percalços relativos à passagem pelos lugares sombrios do cárcere. Nesse sentido, entende-se a provável ambivalência que o habitava, seja em razão de não ter dado um nome às anotações que compõem esse livro, seja pelo interesse em que outros horizontes

além do ciclo familiar pudessem imaginar as agruras e tormentos próprias de uma instituição prisional na época de um regime ditatorial. Sabemos, em suas próprias palavras, que antes de sair da prisão afirmou para o diretor que um dia levaria para o mundo a descrição motivada pelo interesse propiciado pela prisão em traçar os contornos do que popularmente conhecemos como “caldeirão do diabo” (CYPRIANO, 2001). Contudo, questionamos sua posição em relação a esse projeto: não terminou sua escrita e nem chegou a decidir com que denominação a faria circular no contexto social, encargo do qual se ocupou seu filho.

Esquadrinhando a obra, podemos depreender vários sentidos que se superpõem de modo a configurar uma trajetória de vida em um período de angústia, agonia e tormento. Certamente, a obra não retrata o triunfo de uma realização pessoal e sim dores e temores de quem tem a sua frente apenas uma certeza: o horizonte sombrio da morte que lhe visitou inclusive no agravamento de sua saúde física, além de vários episódios vividos na prisão, tais como vários episódios de hemorragias.

Em primeiro lugar, a obra nos leva a pensar tratar-se de um projeto do qual o autor não se separa, ou seja, os relatos explicitados foram vividos em uma temporalidade na prisão e são evocados, recuperados e provavelmente criados para dar sentido ao inominável e inexplicável das razões pelas quais foi preso. Queremos dizer com isso que os lugares imaginados são aqueles nos quais Graciliano Ramos provavelmente esteve, visto que não criou cenários nem enredos, esses foram narrados com o recurso de suas lembranças.

Em segundo lugar, o recurso para dar corpo às ideias dispersas do cárcere concerne a rastros e resíduos que se consubstancializaram em uma espécie de memória, a qual, uma vez tendo como destino o contexto social, tornou-se objeto de diversas apropriações em termos de produção de sentidos. Desse modo, podemos caracterizar a obra como uma arqueologia de exploração de um passado na medida em que imagens e lembranças foram alçadas pela escrita à condição de memória, pois conforme afirma Rossi (2010, p. 23) “o mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que têm a função de trazer alguma coisa à memória”. Curiosamente, nada é mais elucidativo das imagens aludidas na obra do que os lugares relativos às mesmas, que ganharam sentido na escrita de Graciliano Ramos. Desse modo, tanto as imagens quanto os lugares sugerem tomadas de posições no sentido de nomear o indizível que se continua mesmo após a ocorrência de determinados fatos.

Se considerarmos as várias possibilidades de leituras da obra *Memórias do cárcere*, somos levados a entender que a mesma dispensa qualquer interpretação em termos de ser uma unidade, pois sua estrutura em quatro volumes já sugere uma multiplicidade, além dos apontamentos que insinuam diferentes interpretações: literatura de testemunho, autobiografia, ficção, escrita sobre o sofrimento, história da vida nas prisões.

Em terceiro lugar, com certa liberdade de análise, podemos situar o longo percurso de Graciliano Ramos em suas anotações como uma espécie não de recordação do passado, mas um processo de reconstituição de fatos, gestos, temores, dores, a iminência de aniquilamento da existência e até mesmo o ponto mais baixo em que o ser humano pode chegar: ser destituído de suas qualidades humanas. Sem dúvida, não se desconhece que Graciliano Ramos passou quase um ano em diferentes prisões, no entanto, o universo prisional retratado em *Memórias do cárcere* somente pode ser considerado como uma criação, conforme o próprio autor adverte que, em seu percurso, não iria se ater a indicações precisas de lugares, datas e nomes.

Em certo sentido, podemos admitir que a escrita que circula entre nós é a materialização de uma redação gestada durante e depois da prisão e publicada postumamente. Contudo, mesmo considerando esses possíveis, diferentes “estágios” de produção dessa obra, Santiago (2013) assinala que devemos entender que o ofício da escrita ao qual se imbuíu Graciliano Ramos na produção de *Memórias do cárcere* é um ato político realizado metaforicamente em diferentes etapas, conforme a comparação da escrita com o trabalho das lavadeiras, sendo, por isso, criterioso e tendo um posicionamento ético no tocante a utilização da palavra, pois afirmou que a função da palavra jamais deve ser de ornamentar e sim de dizer.

Vendo a questão por esse prisma, é possível considerar a organização dos rascunhos como uma segunda edição, visto que a primeira edição diz respeito ao âmago subjetivo do autor. Contudo, a suposta segunda edição de forma alguma é uma correção ou ratificação da primeira, escritura que jamais foi publicada pelo seu criador.

A obra que veio a lume é, ao mesmo tempo, a organização de seu filho contando com o acréscimo na finalização. Sem dúvida o acréscimo deve ser entendido como expressão de uma nuance subjetiva; não do autor Graciliano Ramos, mas de seu filho. Se esse era o destino pretendido por Graciliano Ramos, jamais saberemos, mesmo diante dos romances que foram escritos após a saída do cárcere.

Todavia, não desconhecemos o fato de que, se considerarmos o desfecho produzido pelo filho de Graciliano Ramos como uma espécie de acréscimo, isso em nada invalida a constatação de que a obra, mesmo considerada inacabada, possa ser analisada como uma escrita que faz alusão a um lugar, às diferentes instituições prisionais, bem como a uma temporalidade, os onze meses que ficou sob regime de custódia, especialmente à espera de uma explicação acerca do motivo de sua prisão, pois em nenhum momento conseguiu vislumbrar a possibilidade de ter cometido um crime e até os dias de hoje não há, no sistema jurídico brasileiro, provas, julgamento e sentença de condenação.

### 3.2 As entrelinhas da prisão de Graciliano Ramos

*Hell is empty and all the devils are here*  
*Shakespeare*

As extensas e infindáveis páginas que compõem a obra *Memórias do cárcere* podem ser relacionadas a três recortes referidos à prisão do seu autor. Essa divisão atende a critérios específicos no sentido de melhor esclarecer circunstâncias diretamente relacionadas a sua produção, considerando que o autor já tinha reconhecimento em âmbito nacional pelas suas criações literárias.

No tocante ao primeiro momento que propulsionou a produção da referida obra, podemos situar o ato da prisão, ou seja, uma ação pautada em justificativas de cunho puramente ideológico, na época da ditadura Vargas, sem que houvesse, no código penal, qualquer indício para caracterizar um modo de pensar como um crime. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, historiador que prefaciou *Memórias do cárcere*:

Não foram os problemas locais que determinaram a prisão de Graciliano; foram questões de ordem ideológica. Na Instrução Pública, ele seguia à risca os seus princípios, era igual para todos, premiava os que mereciam, defendia os professores – era um homem de primeira ordem. Havia desgostos, pessoas que foram feridas em seus interesses. A tarefa de prendê-lo o oficial a executou a mando do general Newton Calvalcanti, cujo nome eu evito declinar para que não sobreviva ao esquecimento. Mesmo quando eu escrevi o prefácio de *Memórias do cárcere*, não mencionei o nome dele; não quero salvá-lo da merecida obscuridade em que deve jazer. Foi um dos homens mais facinorosos e imbecis que esta terra já produziu, uma mancha no Exército brasileiro. Como comandante da 7ª Região Militar, e já adepto ao integralismo, tratou de fazer uma limpeza de todos aqueles que

suspeitava de serem simpatizantes do comunismo. Nesta leva foi apanhado o Graciliano (MORAES, 2012, p. 112).

A ilustração cabal que melhor caracteriza essa circunstância pode ser depreendida em um documento, da Polícia Civil do Distrito Federal, datado de 20 de março de 1936, seis dias após a sua prisão no Estado de Alagoas.

Nesse documento, existem informações precisas acerca de dados sobre a filiação, a idade, a naturalidade, a profissão, o estado civil, o endereço e indicação de raça.

Curiosamente, há um dado de bastante relevância para os propósitos de nossa reflexão, que evidencia, de forma contundente, a posição contraditória das autoridades responsáveis pelo andamento de sua prisão em diferentes instituições. Dito em outras palavras, o espaço destinado ao preenchimento acerca do motivo da prisão aparece em branco, sendo que esse ato de omissão proposital, certamente, é mais expressivo do que o seu preenchimento

Entendemos a omissão segundo a vertente que nos leva a pensar que as autoridades não queriam se expor ou se comprometer em relação às suspeitas e desconfianças que redundaram no encarceramento de Graciliano Ramos. Ou seja, para não se comprometerem no tocante à arbitrariedade de uma prisão, as autoridades decidiram, em uma espécie de descuido intencional, não preencher o espaço, visto que não haveria palavra que coubesse para qualificar Graciliano Ramos de criminoso, uma vez que não praticou nenhum ato e os motivos que desencadearam a sua prisão não passaram de suspeitas infundadas, tanto é que depois de quase um ano em cárcere, sem julgamento e condenação, foi posto em liberdade, sem jamais se livrar das sequelas, das marcas indeléveis, das dores e horrores referidos aos diferentes ambientes prisionais.

A imagem a seguir evidencia essa particularidade do contexto da prisão de Graciliano Ramos, fazendo parte do seu prontuário:

**Figura 6:** Registro de chegada ao Rio de Janeiro

POLICIA CIVIL DO DISTRICTO FEDERAL  
DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLITICA E SOCIAL  
SECCÃO DE SEGURANÇA POLITICA

Sr. Dr. Director do Gabinete de Identificação e Estatística.

Remetendo-vos a «individual datiloscópica» da pessoa a quem se referem as notas abaixo, rogo-vos me informeis o que a respeito da mesma constar neste Gabinete.

Nome **Graciliano Ramos**

Idade **43** annos, Naturalidade **Alagoas**

Pai **Sebastião Ramos** Mãe **Maria Amélia Ramos**

Instrução **sim** Profissão **F. Publico** Est. Civil **cas.** Residência **R. da Caridade, 167-Maceio**

Côr **branca** Motivo \_\_\_\_\_ Data da identificação **20-3-36.**

Observações \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, **20** de **Março** de 193**6**.

*Graciliano Ramos*  
Firma da pessoa reconhecida

**Fonte:** APERJ, (1960?)

Conforme já assinalado, suposições de ligação de Graciliano Ramos ao movimento comunista foram suficientes para causar preocupações nas autoridades, que não mediram esforços para decretar e realizar o encarceramento do escritor, como uma forma de contenção e vingança, contrariando, assim, a antiga recomendação de Ulpiano (150 d. C), segundo Motta (2011, p. 103) de que *carcer enim ad continendos homines nom puniendos haberi debet*<sup>7</sup>, conforme podemos encontrar na segunda anotação do Prontuário 11.473:

<sup>7</sup> Os cárceres existem para guardar os homens, e não para puni-los.

**Figura 7: Prontuário 11.473**

MINISTERIO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES  
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANCA PUBLICA  
 D. P. P. S.

PRONTUARIO N. 11.473

Nome GRACILIANO RAMOS

Polícia Civil do Distrito Federal  
 D.P.P.S.  
 ARQUIVO GERAL

DATAS			ANOTAÇÕES DIVERSAS
4	3	936	Demitido do cargo de Diretor de Instrução Publica do Estado de Alagoas, em virtude de suas atividades subversivas.
14	3	936	Aqui apresentado pelas autoridades Alagoas, em virtude de haver participado do movimento comunista irrompido no Nordeste do país, em 23/11/935, sendo recolhido á Casa de Detenção.
11	6	936	Com officio 893-S/2, foi transferido para a Colonia Correcional de Dois Rios.
29	6	936	Procedente da Colonia Correcional, foi recolhido á Casa de Detenção, com officio nº 958-S/2.
29	6	936	Transferido para a Sala da Capela da Casa de Correção, com officio nº 966-S/2.
11	1	937	Em radio nº 134000, o Sr. Secretario do Interior do Estado de Alagoas, informa não haver inconveniente na liberdade do prontuariado. (Doc.2).
13	1	937	Posto em liberdade por determinação do Sr. Chefe de Policia.
18	1	937	Informação nº 157-S/2, em referencia a um requerimento de advogado do prontuariado. (Doc.3).
15	3	949	Inf. nº 2785 - ARQUIVO, transmitindo os antecedentes do prontuariado. Docs. 4 a 6
18	4	949	Nesta data, solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem a França. JC.
21	4	949	Inf. nº 4912-ARQUIVO, em ref. ao Of. nº 971, da D.S.S., transmitindo os antecedentes do prontuariado. Doc. 7
22	4	949	Informação do S.Iv. (St-1) sobre o prontuariado, a propósito do pedido de verificação de antecedentes por parte do mesmo, para efeito de obtenção de passaporte. Docs. 8 a 10

Fonte: APERJ, (1960?)

Assome-se a esse fato uma interpretação equivocada do teor de seus escritos, à época consideradas de cunho subversivo. Contudo, essas justificativas tiveram como meta a exclusão social de um cérebro pensante, na crença de que o confinamento carcerário seria em si suficiente para silenciar definitivamente uma voz pela intimidação e ameaça.

O caráter arbitrário do ato de prisão teve um alto custo subjetivo para um homem que, em nenhum momento, se viu na pele de um criminoso: pai de oito filhos, trabalhador, cumpridor de obrigações sociais e transmissor de possíveis caminhos a serem trilhados pelas veredas do saber.

Vale salientar que as prisões modernas, criadas no Brasil na época do período imperial, já evidenciavam resultados insatisfatórios no tocante à recuperação de uma pessoa que transgrediu uma lei para o retorno ao convívio social (MOTTA, 2011). Mesmo diante dessa constatação, não houve reticência nem reflexão das autoridades que, sem qualquer transgressão a uma determinação do código penal, decretam o encarceramento de uma pessoa por motivos puramente ideológicos, visto que aqueles que pensavam sem se alinharem ao posicionamento vigente eram considerados perigosos e ameaças à nação.

Em termos puramente especulativos, cabe-nos indagar qual a pretensão das autoridades brasileiras a reter um homem já reconhecido pelo brilhantismo com o qual produzia suas obras. Será que acreditavam que a retenção e exclusão do contexto social seriam condições suficientes para fazer um homem declinar de suas ideias? Ou expor a pessoa às piores condições, contando com as poucas chances de sobrevivência na certeza de que a morte seria breve?

Sem dúvida, não há clareza quanto aos diferentes sentidos da instituição carcerária, mesmo assim, cada vez mais são mantidas com a esperança de solucionar diferentes problemas sociais mesmo que estejam longe de cumprir essas metas, pois conforme assinala Aguirre (2009, p. 35):

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou a ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades; empresas econômicas que buscam manufaturar tanto bens de consumo como eficientes trabalhadores; centros para a produção de distintos tipos de conhecimentos sobre as classes populares; e, finalmente, espaços onde amplos segmentos da população vivem parte de suas vidas, formam suas visões do mundo, entrando em negociação e interação com outros indivíduos e com

autoridades do Estado. [...] as prisões [...] nos dizem sobre elas mesmas – seus desenhos, seu funcionamento e seu lugar na sociedade – mas também [...] dizem acerca de seus habitantes, acerca daqueles que exercem autoridade sobre estes [...] e acerca das estruturas sociais que elas refletem, reproduzem ou subvertem.

Cabe esclarecer que não é nosso objetivo problematizar essas instituições no cenário brasileiro, mas não podemos nos esquivar de reconhecer o lugar que ocupam política e economicamente no contexto social, sendo mais uma das provas cabais de uma estrutura de poder hierárquico na qual se aglomeram pessoas a partir de critérios segregacionistas.

Queremos, pois, uma vez considerando o cenário das instituições prisionais, tecer comentários sobre a prisão de um homem: o escritor Graciliano Ramos. A essa altura, indagamo-nos: qual a suspeição que recaiu em Graciliano Ramos para receber tamanho castigo, viver em condições subumanas, separado de seus entes queridos e longe de sua terra natal? E, ainda, qual tipo de conversão era esperada pelo então governo Vargas, já que nesse caso a prisão do autor não se destinava a correção de homens imorais e inclinados ao vício?

Sem sombra de dúvidas, a prisão de Graciliano Ramos foi uma demonstração da intervenção do Estado na esfera de vida privada, seja para projetar uma imagem de salvaguarda social diante da crença de proteção de supostos inimigos subversivos, seja pela aplicação do poder em práticas de intimidação, sinalizando possibilidades de aniquilamento e eliminação.

Retomando os recortes preconizados no início dessa seção, passamos a focalizar um aspecto que tem presença marcante na obra *Memórias do cárcere*, ou seja, a trajetória de seu autor por diferentes instituições prisionais, além da humilhante viagem no porão do navio Manaus, que o transportou do Estado de Alagoas para a então capital federal.

A *via crucis* da trajetória relativa ao processo de encarceramento do escritor Graciliano Ramos pelos espaços do sistema prisional brasileiro, à época em condições precárias e desumanas no momento de um regime de exceção, pode ser descrita em quatro etapas:

a) Início em uma instituição prisional no Estado de Alagoas, onde foi alegado que as ideias do autor eram nocivas e representavam um perigo à ordem que reinava no país, especialmente na interpretação de sua autoridade máxima, que se alinhava de muito bom grado aos ideais conservadores, higienistas, eugênicos e totalitários. Não é de se estranhar que o defensor desses ideais tenha chegado ao poder mediante a implantação do Estado

Novo em um golpe de Estado. Com certeza essa autoridade não nutria qualquer afeição, simpatia e aceitação pela maneira como Graciliano Ramos entendia a dinâmica social do país, especialmente na difusão de uma de suas expectativas acerca do fim do capitalismo.

b) a transferência para uma prisão na cidade do Rio de Janeiro, no porão de navio, em companhia de pessoas criminosas que praticaram diferentes modalidades de crime. A obrigatoriedade de mudar de Estado, em um porão de navio, pode ser considerada por diferentes ângulos: 1) significa uma prática de humilhação, ainda viva na memória dos brasileiros, visto ter sido esta a modalidade utilizada para o tráfico de escravos negros da África para o Brasil; 2) representa um local de isolamento e de segregação no qual são colocadas pessoas inscritas no contexto social a partir de estigmas; e, 3) revela o descaso e abandono, em termos de assistências, visto que o porão do navio era conhecido como o lugar onde sobrevivem somente os mais fortes devido às condições adversas.

Essa foi a primeira prova de vida imposta a Graciliano Ramos, a qual resistiu, tendo ficado como registro em seus pensamentos a dimensão fétida, marcada por um estado permanente de escuridão e ausência de processos para renovação do ar. A retratação do espaço extraída do pensamento de Graciliano Ramos é altamente nauseante: mistura de excrementos com restos alimentícios, produzindo uma visão repugnante e desconfortável.

Acerca dessa particularidade, mistura de excrementos e alimentos em um mesmo espaço, queremos tecer uma consideração: trata-se de uma estratégia que consiste em reduzir ao máximo os traços humanos pela anulação da capacidade crítica da consciência e a criação de dúvida sobre as convicções para criar um terreno fértil de impor modos de ser e ideologias, pois diante de uma humanidade praticamente abolida, muitas pessoas em condições extremas, segundo Sofsky (2016), acabam se tornando colaboradores. Não foi essa a posição adotada por Graciliano Ramos, que lutou com todos os seus esforços, para sobreviver em uma travessia tão adversa: chegou vivo ao Rio de Janeiro e deixou seus rastros no primeiro volume, intitulado Viagens.

c) o aprisionamento na Casa de Detenção, do Complexo Penitenciário da Frei Caneca, outrora denominado Casa de Correção da Corte, conforme afirma Motta (2011), em meados do século XIX.

A fachada da Casa de Detenção destoa do restante do complexo arquitetônico, especialmente no que concerne ao número de andares: as demais unidades da Casa de

Correção para pessoas presas eram de quatro andares, enquanto que as da Casa de Detenção eram de dois, conforme depreende-se na imagem seguinte:

**Figura 8:** Fachada da Casa de Detenção

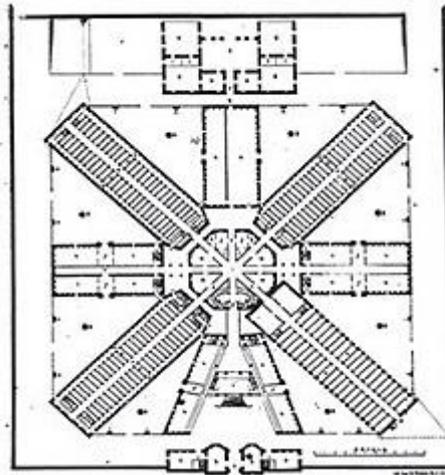


**Fonte:** Museu Penitenciário (2017)

Esse complexo foi demolido em 13 de março de 2010, sendo amplamente noticiado pelos meios de comunicação. O destino de Graciliano Ramos para a Casa de Detenção deveu-se provavelmente a sua condição de preso sem julgamento nem condenação, uma vez que as pessoas presas, uma vez que recebiam suas sentenças, cumpriam-nas na Casa de Correção da Corte. O tempo que Graciliano Ramos passou nessa instituição é o tema do segundo volume de sua obra, intitulado Pavilhão dos Primários.

A figura a seguir é a exibição panorâmica das várias unidades do projeto original da Casa de Correção da Corte, construída, segundo Motta (2011), na concepção arquitetônica do modelo panóptico, prevista para quatro galerias, conforme demonstra a planta original:

**Figura 9:** Planta da Casa de Correção



**Fonte:** Motta (2011).

No entanto, por alegação de orçamento e divergências em altos escalões das autoridades imperiais, só foi construído o primeiro anel. Essa prisão foi idealizada, segundo as determinações de Dom Pedro II para ser um espaço de recuperação que servisse de modelo e progresso no contexto da América Latina e para tanto, deveria ter instalações seguras, bem arejadas, dotadas de condições higiênicas, com espaços separados para os presos de acordo com determinados critérios, especialmente a natureza de seus crimes.

Como primeiro espaço prisional moderno construído no Brasil, deveria inspirar a criação de prisões em outras províncias, além da Capital Imperial, o que deveria representar os alicerces das políticas de humanização propostas pelos criminalistas em termos críticos da alegação acerca do tratamento desumano das prisões, principalmente como focos de doença e condições insalubres, conforme salienta Motta (2011).

A seguir, apresentaremos um momento desse complexo, destacável em primeiro plano, em fotografia do século XXI, pouco tempo antes de sua demolição, evidenciando uma integração à cidade, fugindo, assim, aos propósitos de seus criadores, que consistiam na construção de prisões em lugares distantes e isolados.

Antes de prosseguirmos, cabe salientar que as políticas de construção de prisões, em escala mundial, primavam pelo distanciamento geográfico dos grandes centros urbanos, bem como pelo isolamento, visto que esses espaços de vida eram considerados desagradáveis e repugnantes aos olhos da classe detentora de poder. Assim, segundo Fassin (2017), pretendia-se eclipsar as possíveis representações dos horrores sem

qualquer questionamento em suas causas em uma espécie de, como afirma o ditado popular, varrer o lixo para debaixo do tapete.

**Figura 10:** Complexo da Frei Caneca



**Fonte:** Folha de São Paulo (2012)

Em seguida, seu destino foi a Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, local para onde eram enviadas as pessoas presas consideradas de alta periculosidade e também uma prisão com as piores condições possíveis, de onde sair vivo era a exceção que contrariava a grande regra: morrer.

É interessante notar que a mentalidade, ainda na década de 1930, acerca da prisão como um lugar cujo desfecho das pessoas que ali são encaminhadas é a morte, contradiz radicalmente as políticas de criação da prisão, que se assentavam em uma penalidade suave, quer dizer, menos desumana e que não redundasse em rituais que culminavam com a morte, muito embora não estivesse desprovida de seu cunho moral, pois a prisão deveria ostentar para a sociedade o empenho da nação de triunfo sobre o vício e a correção da preguiça pelo trabalho .

A título de ilustração, reproduzimos em seguida, para dar maior contundência aos fatos e precisar o lugar de vivências do autor, a prisão em que ficou Graciliano Ramos:

**Figura 11:** Colônia Correccional de Dois Rios



**Fonte:** Museu do cárcere. Acervo pessoal (2015)

A passagem por essa prisão é construída no terceiro volume, intitulado Colônia Correccional, também conhecida como Colônia Correccional de Dois Rios. Curiosamente, a esposa de Graciliano Ramos, Heloísa, soubera de sua transferência por acaso, quando, ao chegar à portaria da Casa de Detenção para visitar o marido, ouviu alguém gritar: “Levaram o Graciliano para a Ilha Grande! Para a Ilha Grande!”. A voz era do capitão José Brasil, companheiro de Graciliano Ramos tanto no navio Manaus quanto no Pavilhão dos Primários (MORAES, 2012, p. 138).

Ao saber da notícia, Heloísa ligou para José Lins do Rego, consagrado escritor brasileiro e amigo da família, em um ato de desespero, que por sua vez a mandou procurar o banqueiro Edgard de Góis Monteiro, parceiro de Graciliano no pôquer e irmão do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Ao ouvi-la, o banqueiro a alertaria e acalmaria: “Querem matar o Graciliano! Pode deixar que hoje vou jantar com Pedro Aurélio e

tratarei disso. (...) Aguarde notícias minhas”. Algumas horas depois, Heloísa seria avisada de que o marido estava de volta à Frei Caneca (MORAES, 2012, p. 138).

d) assim, temos, por fim, a transferência para enfermaria da Casa de Correção da Corte, na cidade do Rio de Janeiro, de onde foi liberado, tema do quarto volume de sua obra.

Curiosamente, as autoridades brasileiras continuaram observando de perto os passos de Graciliano Ramos mesmo após a saída da prisão, conforme podemos notar na terceira página de anotações de seu prontuário, que foi arquivado apenas em 1960, sete anos após o falecimento do autor. Insta salientar, ainda, a anotação feita em março de 1953, em que, em uma entrevista, Graciliano Ramos teria “afirmado sua condição de comunista, de homem de partido, cujas ideias políticas e opiniões literárias não constituíam segredo para ninguém”:

**Figura 12:** Prontuário de Graciliano Ramos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES  
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
D. F. P. B.

PRONTUÁRIO N. 11 473

Nome GRACILIANO RAMOS

- 3 -

DATAS	ANOTAÇÕES DIVERSAS
5 2 953	Nesta data foi arquivado o expediente de "Imprensa Popular" de 28-10-52, transcrevendo a saudação que o Secretariado Nacional do D.F.C.B. dirigiu ao prontuário. (Vide envelope nº 11.473).
5 3 953	Noticiário da "Imprensa Popular" transcrevendo entrevista concedida pelo prontuário que reafirma a sua condição de comunista, de homem de partido, cujas ideias políticas e opiniões literárias não constituem segredo para ninguém. (Vide envelope nº 11.473).
21 3 953	Noticiário da Imprensa sobre o falecimento do prontuário, ocorrido ontem, dia 20/3/953. (Ver Envelope nº 11.473).-
30 9 54	Inf. n. 11435-S.F.P., ref. doc. prot. sob n. 11036/53, devolvendo o proc. n. 5497/52, protocolado nesta D.F.B. sob n. 2029/52. Doc. 33
25 5 1960	Nesta data, foi mandado arquivar neste prontuário, o protocolado, n. 11.026/60 - D.F.B., referente ao prontuário, - (Doc. n. 92/15.-).-

Fonte: APERJ, (1960?)

Se acompanharmos as anotações que se seguiram de 1937 a 1960, ano do arquivo de seu prontuário, constatamos que, com frequência, as autoridades brasileiras acompanhavam os seus passos, como na solicitação ao Departamento Federal de Segurança Pública, datada de 16 de abril de 1949, cuja autorização para emissão de um passaporte dependeu de uma análise dos seus antecedentes pessoais. A seguir, reproduzimos o documento oficial:

**Figura 13:** Planilha de registro

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES  
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Nome GRACILIANO RAMOS

Nacionalidade Brasileira

Naturalidade Alagoas

Filho de Sebastião Ramos de Oliveira  
e de Maria Amélia Ferro Ramos

Idade anos, Nascido em 27 de outubro de 1892

Estado Civil Solteiro Instruções Superior

Profissão Escritor e jornalista

Residência Rua Belisario Tavora 400 - Laranjeiras

Motivo Passaporte para França  
*2. Rua Alameda Roosevelt 62 ap. 202*

Notas Cromáticas

Cutis Branca Cabelos Grissalhos escasseando

Olhos Castanhos Bigodes

Barba Como usa

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,70 m

Fronte: Altura \_\_\_\_\_ Inclinação \_\_\_\_\_

Largura \_\_\_\_\_ Sobrancelhas \_\_\_\_\_

Palpebras \_\_\_\_\_

Nariz: dorso \_\_\_\_\_

Boca \_\_\_\_\_

Béca \_\_\_\_\_ Lábios \_\_\_\_\_ Queixo \_\_\_\_\_ Orelhas \_\_\_\_\_

Assinatura do Identificado \_\_\_\_\_ Identificado em 16 de abril de 1949

Identificador \_\_\_\_\_

SÉRIE	Mão direita					
	POLEGARES	INDICADORES	MÉDIOS	ANULARES	MINIMOS	
SEÇÃO	Mão esquerda					
						Série _____ Seção _____

Fotografia tirada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

*Exame em 19.13-49*

Fonte: APERJ, (1960?)

Um olhar criterioso sobre minúcias desse documento nos leva a destacar dois registros em comparação ao registro da Polícia Civil do Distrito Federal. Há um equívoco com relação ao estado civil: na folha de registro há a informação de que é casado e na solicitação, de que é solteiro (quando foi casado não só uma, mas duas vezes, no civil). Além disso, na solicitação, consta a informação de que tem escolaridade superior (quando na verdade Graciliano só tinha o curso ginásial).

Acreditamos, dessa maneira, que essa investigação deve ter contribuído para o aumento da inquietude de sua alma, que só empreendeu na escrita da obra *Memórias do cárcere* anos depois da saída da prisão. Assim, a escrita dessa obra inacabada em quatro volumes tem uma explicação no âmbito da produção literária de Graciliano Ramos no sentido de retratar os horrores relativos a sua prisão, a custódia em instituições prisionais e a busca do entendimento acerca do motivo pelo qual autoridades brasileiras decretaram a sua prisão.

Desse modo, podemos afirmar que tanto o ato da prisão quanto a condição de encarceramento corroboraram, em Graciliano Ramos, para a perda de nuances identitárias, o estranhamento acerca de si, o aniquilamento pelo acossamento da angústia e a perda de vínculos diversos. Há também, devido à reclusão no cárcere, uma confusão profunda no âmbito da imagem corpórea, principalmente no que tange à exiguidade dos espaços prisionais, além de serem ocupados por muitas pessoas ao mesmo tempo.

É muito comum, com o passar do tempo, observar-se a profunda transformação que tem lugar no corpo à medida em que se reduz a praticamente lugar das necessidades vitais de fome, sede e sono, expressando ainda sinais de incômodo por doenças, frio, calor e ferimentos. Esse processo de reducionismo da potência corporal, nas instituições prisionais, funciona para confundir as referências que delimitam as lembranças e as vivências.

O esfumaçamento entre interior e exterior em termos da instância corpórea geralmente é um impedimento no processo de interiorização de construções subjetivas para a vida extramuros prisionais, pois a ruptura produzida pelo ato da prisão e encarceramento concorre para apagar, por completo, os limites acerca de marcações relativas às singularidades.

As pegadas desse percurso são retratadas de forma contundente em suas anotações que, segundo seus critérios, ainda não estavam prontas para serem apresentadas ao público. Ainda, essa obra foi utilizada para o enredo de um filme de grande repercussão

nacional<sup>8</sup>. Nesse sentido, nem a vontade de Getúlio Vargas tampouco o tempo foram suficientes para ofuscar a vivacidade das palavras que apontam os grandes infortúnios de uma vida na prisão.

Todavia, há um ponto cego nessa obra, seja em relação ao seu caráter de inacabamento, seja no tocante a não escolha de um título, dando-nos a entender a existência de um vazio, próprio da situação em que um ser humano se posiciona diante do imponderável, do inominável e do indizível.

### 3.3 A tentativa de nomear o indizível

*O inexplicável horror de saber  
que esta vida é verdadeira  
Fernando Pessoa*

É próprio de toda experiência traumática produzir uma espécie de indizível que consiste em dois aspectos interligados: por um lado, há um excesso que ultrapassa qualquer possibilidade de ser traduzido em palavras, ou seja, os rastros vividos, embora clamem por sentido, remetem a zonas sombrias de significação e mesmo que um sentido seja produzido, não esgota o leque de outros sentidos. Por outro, é sempre um enigma para quem atravessa uma situação traumática ter compreensão das razões pelas quais se encontra em tal situação. Trata-se de um inominável que apesar de todas as possibilidades de justificativas, nenhuma delas se constitui como satisfatória com relação à possibilidade de explicação, que somente poderia ser dada se adentrássemos o universo despótico de quem determina uma condição dessa natureza.

Para a pessoa que sobrevive a um trauma dessa natureza, como o escritor em tela, o passado é sempre um dilema, visto que ao mesmo movimento de presentificá-lo em relatos se contrapõe uma aposta no esquecimento, em função das lembranças reavivarem e atualizarem as dores e o sofrimento. Eis a grande contradição de uma experiência traumática: a urgência em ser narrada e a necessidade imperiosa de ser esquecida, visto que, de acordo com Farias (2008, p.101),

O trauma fratura o aparelho psíquico, fazendo surgir algo que exige a produção de mecanismos de significação. Como a fratura apresenta um resto de natureza não simbolizável, o trabalho de elaboração será

---

<sup>8</sup> Memórias do cárcere é um filme brasileiro de 1984, roteirizado e dirigido por Nelson Pereira dos Santos, cujo roteiro é uma adaptação do livro homônimo de Graciliano Ramos.

constante: os registros de memória se rearranjam para encontrar um signo de percepção que confira sentido ao traço que foi inscrito, porém não fixado para ser simbolizado.

Depreende-se, assim, que a exigência de esquecimento esbarra constantemente na necessidade de produção de sentido, ou seja, como esquecer aquilo que atormenta e invade a privacidade? Podemos aventar a esse respeito que um caminho possível de cunho elaborativo é o processo para tornar pública as marcas do sofrimento, como fez o autor em tela, cujo sentido restringiu-se em sua vida a um âmbito que lhe era somente peculiar.

Possivelmente, os entraves que redundaram na dificuldade de escolha de um título, bem como na decisão de publicação, concernem, acreditamos, à persistência do indizível dos rastros que não se afiguraram em palavras, permanecendo intraduzíveis enquanto sensações atormentadoras, mesmo que racionalmente estivessem longínquas, pelo menos geograficamente. Nesse sentido, podemos traçar um paralelo, não de concordância, mas de articulação entre a possibilidade de narração, o esquecimento e o inominável, próprios de um ser imperiosamente exposto a uma situação traumática, sem poder contar com recursos, tendo que se reconhecer em situação de extrema impotência e vulnerabilidade.

A distância entre o indizível e o esquecimento é por vezes tênue. Porém, cada uma dessas operações subjetivas apresenta suas singularidades. Quando nos situamos no âmbito do indizível, referimo-nos a uma operação psíquica que se traduz pela impotência ou impossibilidade de o ser humano traduzir suas experiências em palavras, o que tanto pode decorrer de uma proibição externa, quanto de uma pressão interna. Não obstante, a condição de indizível tem que ser pensada como temporária visto que em momentos de crise alguma coisa desse indizível pode irromper em traços a ganharem sentido. Quer dizer, o indizível pode ser mantido intraduzível no âmbito de um silêncio à espera de um momento que pode acontecer ou não de ser alçado à condição de registros simbolizáveis.

Com isso, aludimos que o indizível pode irromper em dadas circunstâncias da vida de forma criativa, reorganizando os resíduos insondáveis de experiências passadas. A esse respeito, remetemo-nos a Pollak (2010, p. 9), para quem “o silêncio pode ser facilmente, mas falsamente, assimilado com o esquecimento”. É preciso ter em mente que se tratam de duas operações psíquicas distintas, que guardam similitudes, mas também diferenças marcantes cuja expressão pode ser depreendida em histórias de vida de pessoas que tiveram experiências em condições restritivas, impositivas e violentas.

Essa assertiva nos faz pensar no liame entre o indizível e o compreensível, bem como aos recursos possíveis para aludir a uma experiência que, apesar de situada no passado, é no presente, ainda, invivível, conforme relata Semprun (1995, p. 16): “a realidade está ali, disponível. A palavra também. No entanto, vem-me uma dúvida sobre a possibilidade de contar. Não que a experiência vivida seja indizível, ela foi invivível”. Nessas circunstâncias, em razão do grande espessamento do passado invadindo o presente, torna-se difícil traduzir em palavras vivências marcadas pela dor e pelo sofrimento, sobretudo pelo aniquilamento de pessoas reduzidas a espectros meio vivos, meio mortos, mas desprovidos de seus arranjos subjetivos no tocante à condição humana.

Não temos a menor dúvida de que essa situação pode ser transposta para pensarmos as injúrias sofridas por Graciliano Ramos em seu percurso pelas instituições prisionais, marcado por silêncios contundentes, segredos a serem mantidos a sete chaves, dores insuportáveis, tormento em relação aos gritos lancinantes de pessoas em situação de dor, lembranças contumazes que o obrigam a não se esquecer que se encontrava em uma instituição prisional, na qual sua vida estava à mercê dos caprichos e vontade de autoridades estatais. Quer dizer, impunha-se a seu pensamento a única certeza de que poderia adormecer e jamais acordar pois o momento seguinte, além de incerto, era eivado de sombras tenebrosas.

Seguindo essa linha de raciocínio, mais uma vez recorremos a Pollak (1989, p. 8), em seu entendimento de que “existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombras, silêncios, ‘não-ditos’”, pois o exercício de lembrar pressupõe também certa seleção diante da impossibilidade de tudo lembrar. As zonas obscuras resultam de minúcias da memória que escapam no processo de lembrar, mas que fazem também parte das lembranças, remetendo-nos tanto ao indizível quanto ao silêncio, o qual, no entender de Pollak (1989, p. 6), “tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.

O agente que se encarrega de uma escuta pode se afigurar como um interlocutor a quem se destina um apelo, uma súplica, uma denúncia, entre outras possibilidades. Nesse sentido, argumentamos que a retenção das anotações, em regime privado, pode ter sido o reflexo da dificuldade encontrada pelo seu criador em termos de endereçá-las a um interlocutor. Possivelmente, Graciliano Ramos julgou que sua obra precisava de um acabamento para que fosse minimamente compreendida; não o teor da sua escrita, mas as minúcias do seu sofrimento.

A esse respeito, podemos acrescentar que o autor não decidiu endereçar a escrita dessa obra aos leitores, tarefa da qual se encarregou seu filho, talvez por se encontrar distante das agruras relativas às injustiças de sua prisão e de seu sofrimento. Sem dúvida, o lugar onde se encontrava subjetivamente Graciliano Ramos era bem diferente daquele ocupado pelos seus filhos, visto que eles não estavam afetados diretamente pela situação prisional. Apesar da distância temporal, Graciliano Ramos manteve-se muito aprisionado aos seus escritos e, em vários momentos de censura ante a ameaça do que lhe poderia acontecer, fez a opção de se descolar de inúmeras de suas anotações, já que eram pensamentos materializados que poderiam colocá-lo em uma situação de perigo ainda maior, além do temor por trazer à tona os sórdidos recônditos de uma instituição.

Não obstante, embora o autor alimentasse a crença de se desvencilhar dessas anotações, as lembranças referidas às mesmas se impunham com tal força em seu pensamento a ponto de obrigar-se a reescrevê-las, não da mesma forma, mas com o mesmo conteúdo.

A insistência com que as lembranças irromperam em sua memória pode ser relacionada à necessidade de produzir uma obra em quatro grandes volumes, aspecto incomum na sua trajetória literária.

Contudo, sabemos que são poucos aqueles que se dispõem a dar credulidade aos fatos, optando muitas vezes por negá-los ou até mesmo considerá-los sem existência. Em outras palavras: é difícil encontrar quem escute e acredite em uma memória que não seja a oficial; seja pela imposição em termos de sua circularidade a partir dos escritos históricos; seja pelas interdições de aparatos estatais a veicular outras versões devido a fatores diversos, como a manutenção da honra e da glória, a sustentação dos mitos fundadores, o não reconhecimento do discurso dos marginalizados, vitimados, excluídos, entre outras categorias que se encontram na mira da dominação.

Circunscrevendo a situação da dificuldade de relatar vivências traumáticas em função de critérios críticos no âmbito de uma particularidade subjetiva, podemos afirmar que um ser humano que tenha passado por uma situação devastadora e traumática pode adotar posturas recalcitrantes, bem como lançar mão do mecanismo do esquecimento. Essa dinâmica diz respeito também ao processo seletivo da memória, ou seja, pode ser transportada para a situação de Graciliano Ramos como uma fórmula para se posicionar diante dos impasses em relação ao conteúdo das suas anotações, principalmente em termos de credibilidade. Todavia, podemos afirmar que houve apagamento das anotações lançadas ao mar e esquiva, mas de nenhum modo esquecimento, pois a obra veio a lume,

cumprindo o projeto de quem escreve, que consiste em destinar a escrita a um interlocutor.

Sendo assim, tanto a atitude esquivada quanto o esquecimento no tocante à obra *Memórias do cárcere* representaram para Graciliano Ramos “uma modalidade de silêncio sobre si mesmo (...) podendo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção de uma comunicação com o meio ambiente” (POLLAK, 2010, p.45). Esse tipo de conservação de rastros, em espaços secretos, guarda ressonâncias com o silêncio. Porém, essa manobra não impede que a memória seja silenciada visto que a ação de esquecer aponta para o esquecido indicando um passado, no caso de Graciliano Ramos, do qual jamais poderá eliminar de suas memórias, visto que o fato de ter sido preso passou a fazer parte da sua vida. Apenas o exercício de traduzir os aspectos indizíveis de seu sofrimento lhe possibilitou minimizar a intensidade dolorosa para, assim, prosseguir a caminhada da vida.

Todavia, a empreitada de tradução dos restos indizíveis pode não ter resultado em caminhos frutíferos, dado o contexto relativo a essa obra: sem nome definido e sem publicação durante a vida do autor. Provavelmente essa aposta do autor tem sua importância em termos de configurar uma vida encoberta por densos véus firmados pela violência das experiências vividas dadas as reticências no tocante ao ofício de escrita, bem como as dificuldades em relação aos conteúdos que tomaram corpo a partir da escrita.

Além disso, podemos, em termos comparativos da situação de encarceramento vivida por Graciliano Ramos, nos reportar às observações de Benjamin (1987, p. 114-115) relativas aos sobreviventes de guerra:

[...] os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes.

Não só os combatentes perdem a capacidade de narrar devido as intempéries dos campos de batalha onde são expostos a experiências que beiram o insuportável, como também aqueles que são forçosamente submetidos à violência podem vir a sucumbir ao silêncio. Nesse sentido, podemos indagar se a atitude de Graciliano Ramos com suas anotações não pode ser considerada uma forma de silêncio que continuamente produziu

ruídos? Sendo assim, somos levados a formular a ideia de que as dificuldades concernentes à nomeação da obra não devem ser entendido como mero bloqueio visto que, como afirma Pollak (2010, p.45), “não eram nunca casos de falta de memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e de transmitir sua história” já que a situação pela qual Graciliano Ramos passou foi extrema face ao horror.

É provável que Graciliano Ramos, ao produzir anotações fruto de sua memória, confrontou-se com o temor de que sua história pessoal adquiriria uma intensidade além do que poderia suportar, uma vez que o processo de narração tem potencialidades para reavivar a experiência traumática, na medida em que, segundo Jelin (2002, p. 36), “mesmo quem viveu o evento deve, para transformá-lo em experiência, encontrar as palavras, situar-se em um quadro cultural que possibilite a comunicação e a transmissão”. Ou seja, além de refletir sobre se queria transmitir sua memória, Graciliano Ramos envolveu-se em uma difícil tarefa de se lançar no mar de palavras e cotejar aquelas que lhes serviriam de ferramenta flutuante que lhe permitissem respirar. Sendo assim, recorrendo mais uma vez às palavras de Jelin (2002, p. 33), encontramos a indicação de que para pessoas que

[...] viveram um evento ou experiência, tê-lo vivido pode ser um marco central de sua vida e sua memória. Se se tratou de um acontecimento traumático, mais do que lembranças o que pode ser vivido é um eco, um vazio, um silêncio ou os vestígios desse trauma manifesto em comportamentos.

São esses os percalços que representam uma verdadeira barreira à recordação, não precisamente na situação de Graciliano Ramos, que deixou inúmeras anotações, porém não completamente seguro de que as palavras encontradas se encaixariam como a tradução das experiências vividas, pois conforme aponta Primo Levi (2004, p. 19) “as recordações que jazem em nós não estão inscritas na pedra; não só tendem a apagar-se com os anos, mas muitas vezes se modificam ou mesmo aumentam, incorporando elementos estranhos”. Além disso, estamos aludindo à dificuldade de nomear o indizível da experiência, dado o seu teor aniquilante e aterrorizador sempre presente para Graciliano Ramos na *via crucis* pelas instituições prisionais. Contudo, mesmo assim, essa postura deve ser entendida, por um lado, como um fator paralisante e mobilizador, mas por outro, como uma alternativa, ou mesmo um recurso para a busca de soluções em termos da construção de memórias por mais ínfimas que sejam.

Enfim, mesmo ante um grau máximo de mobilização, é possível ainda, para o ser humano, endereçar-se com seu dizer ou sua escrita ao contexto social visando deixar um legado pelo testemunho de seu viver ante situações devastadoras: a obra *Memórias do cárcere* é a ilustração mais cabal a esse respeito, pois

[...] quando alguém escreve um livro, ainda nutre a esperança de que deixa assim uma marca imortal, que inscreve um rastro duradouro no turbilhão das gerações sucessivas, como se seu texto fosse um derradeiro abrigo contra o esquecimento e o silêncio, contra a indiferença da morte (GAGNEBIN, 2006, p. 112).

Seguindo nossas pegadas por essa seara, podemos afirmar que, em certo sentido, Graciliano Ramos conseguiu sobreviver ao trauma decorrente de sua prisão, mesmo diante dos inúmeros prejuízos a sua condição de ser humano, frequentemente aviltada. Indubitavelmente, lutou com todas as forças contra as correntes que lhe insinuavam a certeza da morte e se postou em estado de alerta para não sucumbir ao silêncio destinado aos mortos anunciado no cotidiano das instituições prisionais. Esse silêncio ameaçador que espelhou cruamente a possibilidade de morte assomada às doenças perpetuou-se mesmo depois da saída da prisão, conclamando um sentido, o que se consolidou na decisão de seu filho em publicar suas anotações sob a rubrica de memórias. Desse modo, ao filho, coube o dever de ser o porta-voz de um sofrimento e de uma dor vividos por tabela, cujos efeitos nefastos jamais serão apagados. Assim, as anotações de Graciliano Ramos sobre seu percurso nas prisões são espécies de vibrações que ecoam a recônditos infinitos na esperança de encontrar ouvidos que as escutem e vozes que as compreendam.

Notas! Escritas de pegadas marcadas pelo sofrimento, testemunho de uma travessia cujos acompanhantes principais eram o desespero e a dor? Qualquer que seja a via escolhida, nos levará a um destino possível: as densas páginas da obra *Memórias do cárcere*.

Encaminhando-nos por essas veredas, podemos, de uma forma bastante ousada, afirmar que as inquietações da alma atormentada de Graciliano Ramos traduziram-se em vibrações que impuseram ao seu filho nomear e publicar sua obra para que seu sofrimento não seja um mero apêndice na história de um país que intempestivamente coloca sob as grades de uma prisão cérebros pensantes ou mentes que inquietam pela única arma de luta à disposição: a escrita.

### 3.4 Narrar a si: a escrita das memórias

*Recordar es fácil para el que tiene memoria  
Olvidar es difícil para quien tiene corazón  
Gabriel García Márquez*

Existe, nos dias hodiernos, grande inquietação quando o assunto é memória. E não havia como não o ser, visto que o tema instiga empolgação: há diversos livros publicados sob o arrimo de Mnemosine. Há no campo acadêmico inúmeros estudos sobre o tema, muitos atravessando várias áreas de saber transdisciplinarmente e embora a preocupação com a memória seja tão antiga e perpassa tantos campos de saber, ela hoje assume características diversas.

Dessa forma, para se falar de memória, é necessário situarmo-nos em relação ao que se fala, no nosso caso, a memória social. No que tange esse campo de estudos da memória, um nome que se destaca é o de Maurice Halbwachs, principalmente a partir de suas duas obras canônicas. Uma publicada em 1925, *Les cadres sociaux de la mémoire* e outra, póstuma, publicada em 1950, intitulada *La mémoire collective*, traduzida para o Português em 2006, sob o título *A Memória Coletiva*. Contudo, vários pensadores antes de Halbwachs se ocuparam do estudo da memória, dentre os quais podemos mencionar Bergson, Nietzsche, Proust, entre outros tantos.

Ao lermos as obras de Halbwachs, notamos a concepção de que a memória seria um fenômeno coletivo, cuja finalidade consiste em manter a coesão dos grupos sociais e, sobretudo, reforçar sentimentos de pertencimento à medida que delinea as fronteiras entre coletividades. Quer dizer, a memória social deve ser entendida como expressiva de um aspecto que os grupos apresentam em comum: pontos de referência. Todavia, Halbwachs (2006), em sua perspectiva inovadora acerca da memória, compreende-a como um fenômeno que depende da existência de quadros sociais, visto que ao invés de ser um fenômeno meramente individual, de cunho intersubjetivo, a memória se ancora, no tocante ao processo de construção de lembranças, em organizações coletivas. Ou seja, somente é possível a recordação na medida em que o ser humano se relaciona a algum grupo social, indicando que o processo de construção de lembranças depende da existência e pertencimento a um dado quadro social entendido na acepção de um coletivo. Dito em outras palavras, o sujeito se reportaria às lembranças de um passado na condição de ser membro de um grupo social. Isso quer dizer que o exercício de lembrar pressupõe a participação e a cooperação de outros sujeitos que se apresentam como testemunhas de

um passado vivido em comum na medida em que esses sujeitos fazem parte do grupo que cria essas lembranças e as mantêm.

No caso da obra a que estamos fazendo alusão nesse estudo, entendemos que as memórias retratadas não são apenas as memórias individuais de Graciliano Ramos e sim memórias coletivas de todos aqueles que fizeram parte do grupo social nas prisões pelas quais passou. O exercício de lembrar, ao escrever essas memórias do cárcere, contaram com a participação e a cooperação de todos que conviveram, conversaram, testemunharam aquele passado vivido, razão pela qual inclusive o autor nos conta, preliminarmente à leitura das memórias, que desgosta de usar a primeira pessoa.

Entretanto, faz-se necessária uma advertência: se por um lado podemos afirmar que a memória é um fenômeno inerentemente coletivo, por outro lado, observamos que somente o indivíduo tem a capacidade de lembrar. Segundo Halbwachs, entretanto, o sujeito, mesmo na condição subjetiva referida às lembranças individuais, carrega o grupo no qual está inserido dentro de si, então, ele nunca está só: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p. 30). Ainda segundo o estudioso, as memórias individuais são formadas a partir de quadros disponibilizados pelo meio social que seriam os “quadros sociais da memória”, os quais atuam como pontos referenciais para a construção de lembranças do sujeito, influenciando o que deveria ser lembrado e esquecido.

Em certo sentido, se um dado quadro social deixar de existir, isso significa a impossibilidade de o sujeito evocar determinadas lembranças, visto que o quadro social é o fundamento que não só interfere no formato das lembranças, seu percurso, como também no processo de lembrar. A dinâmica lembrança e esquecimento atravessou e atravessa vários campos do saber científico, sendo objeto de discussão por diversos estudiosos, entre os quais situamos Pollak (1989), que não só se debruçou sobre as questões da memória, como também analisou, a partir de evidências empíricas, questões concernentes ao esquecimento e ao silêncio.

O foco dos estudos de Pollak (1992), mesmo alinhado ao campo da memória coletiva, apresenta um desdobramento em relação à possibilidade de transmissibilidade de rastros e restos de experiências que tiveram lugar em um dado contexto social e que, por razões diversas, tiveram a sua expressão barrada por diferentes motivos. Essas memórias, segundo a elaboração do autor, preservam-se como extratos subterrâneos que

podem vir à tona diante de determinadas circunstâncias. Sendo assim, podemos compreendê-las como uma espécie de uma transmissão patrimonial que concerne a um processamento que acontece no âmbito de uma estrutura genealógica. A esse respeito, é importante fazer uma ressalva: essa transmissão é responsável pela ligação entre gerações distintas, muitas delas constroem experiências de vida, de cunho traumático, que são vivenciadas por outras gerações que sequer viveram essa época.

Nesse ínterim, situamos a questão de Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos, ter publicado as memórias do pai. Apesar de o livro publicado não se referir, em certo sentido, aos fatos relativos às memórias de sua vida, podemos conjecturar que a apropriação dos escritos pelo filho quando se deu ao encargo da publicação da obra pode ser compreendida como um enlaçamento da história de vida do pai com a história de vida do filho nesse aspecto: finalizar, nomear e trazer a lume a obra *Memórias do cárcere*.

Em sua abordagem acerca da memória, Pollak (1992) nos apresenta três elementos constitutivos: em primeiro lugar temos os acontecimentos, seguidos pelas pessoas (ou personagens) e, por fim, os lugares. Os acontecimentos estariam relacionados a experiências vividas pelo sujeito, literalmente, e também aqueles em que o sujeito nem sempre teve participação direta, pois foram acontecimentos vividos pelo grupo ao qual pertence. Além dos acontecimentos, a memória é constituída por pessoas ou personagens, isso é, pessoas que de fato o sujeito encontrou ao longo de sua vida ou aquelas que não pertenceram à equação espaço-tempo do sujeito. Por fim, situamos que há lugares ligados a lembranças ou lugares que foram incorporados de modo indireto as experiências de vida do sujeito, de apoio da memória, como os monumentos, por exemplo.

Em relação a *Memórias do cárcere*, esses elementos constitutivos estariam claramente dispostos em sua estrutura: os acontecimentos são narrados pelo autor, inclusive aqueles em que Graciliano Ramos não teve participação direta. Em seguida, temos todas as pessoas com quem Graciliano Ramos compartilhou momentos no cárcere, sejam essas pessoas outros presos, os visitantes, equipe médica ou até mesmo os guardas da prisão. Por fim notam-se os lugares, nitidamente estabelecidos nos títulos dos volumes: as Viagens a bordo do navio Manaus, o Pavilhão dos Primários, a Colônia Correccional e a Casa de Correção.

A essa altura da nossa reflexão, recorreremos a Halbwachs (2006), ao admitir que a memória tem um caráter seletivo em virtude de não ser possível construir todos os eventos ocorridos no passado do sujeito. Essa seletividade acontece também no âmbito dos grupos sociais, de instituições no tocante a decisão sobre o que deve ser lembrado e o que deve

ser esquecido, modalidade de memória definida como memória oficial. A esse respeito, Pollak (1989) faz um aprofundamento quando postula que o processo de seletividade das lembranças concerne a um “trabalho de enquadramento da memória” e esse trabalho de enquadramento estaria na base das memórias hegemônicas.

Nesse processo de seletividade há uma particularidade a ser considerada pois quando, em um processo decisório, elegemos as memórias de um grupo ou de uma nação no plano das memórias hegemônicas, corremos o risco de suprimir, silenciar ou impedir memórias de outros grupos. Essa categoria de memória, identificada na análise “dos excluídos, dos marginalizados e das minorias” (POLLAK, 1989, p. 4) corresponde às memórias subterrâneas. Essas memórias subterrâneas seriam então as memórias dos segmentos esquecidos, de pessoas devastadas pela exposição à violência, entre outros.

Trata-se de uma modalidade de memória que cumpre várias funções. Em primeiro lugar, mesmo silenciadas e impedidas, essas memórias que se opõem à memória oficial afloram em momentos de crise: tratam-se de ressentimentos que retratam uma história repleta de sofrimentos, aos quais não foi possível uma expressão pública. Em segundo lugar, as memórias subterrâneas devem ser compreendidas como reivindicações de excluídos, vítimas e dominados que, em razão de vários níveis de interdição, não conseguiram se desvencilhar do acossamento provocado por essas lembranças, mesmo sendo da ordem do indizível, como bem ilustrou Pollak (2010) em *A gestão do indizível*.

Dessa maneira, podemos julgar que as *Memórias do cárcere* de Graciliano Ramos são memórias subterrâneas no sentido em que se opõem à memória hegemônica do regime ditatorial da época. Ao passo que a memória oficial desejava que ficassem gravados atos de bondade e preocupação para com os brasileiros, as memórias subterrâneas de Graciliano Ramos surgem como oposição a essas memórias oficiais.

Convém sinalizar que as memórias subterrâneas frequentemente são relegadas ao plano do silêncio e ao do esquecimento. Porém, essas memórias “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise” (POLLAK, 1989, p. 4), ou seja, de subterrâneas, essas memórias emergem na superfície com intensidade, revelando seu interior. No caso de *Memórias do cárcere*, poderíamos supor que as memórias ficaram silenciadas por quase dez anos, mas prosseguiram seu trabalho de subversão ao silêncio ao serem publicadas e, para além da sua publicação, ao serem lidas.

Convém, a título de ilustração, trazer uma evidência esclarecedora: conforme sinalizamos no tocante às primeiras páginas do manuscrito, as inúmeras rasuras podem

ser lidas da seguinte maneira: 1) conteúdos escritos aos quais jamais teremos acesso pois foram encaminhados a um abismo inacessível por decisão de seu autor; 2) do mesmo modo, essas rasuras podem ser entendidas como silêncios e omissões decorrentes de uma acurada avaliação crítica oriunda do crivo pessoal do autor no tocante aos seus escritos. De um modo ou de outro, o que se perdeu nas rasuras persiste para nós como memórias subterrâneas em apenas uma única dimensão: sabemos que as palavras e frases anuladas revelam um sentido de um primeiro momento da criação do autor. No entanto, por mais que nos esforcemos, jamais conseguiremos saber qual, pois Graciliano Ramos era muito cuidadoso em destruir aquilo que não estava de acordo com sua vontade.

Refletindo a questão por esse encaminhamento, somos levados a admitir que um coletivo, uma sociedade, um país, uma nação, não medem esforços quando pretendem e, às vezes conseguem, ocultar todo um cenário de acontecimentos que poderiam ser reveladores de seus paradoxos, suas falhas e, enfim, toda e qualquer característica que possa comprometer a imagem de perfeição acerca de si mesmas. Trata-se de um programa que não só é difundido como verdade como também se ramifica em relação a possíveis testemunhas que conheçam outras versões, mas que devem fazer a opção pelo silêncio.

No entanto, pessoas como Graciliano Ramos rompem esse silêncio de alguma maneira e deixam marcas dessas falhas no sistema para que todos aqueles que forem alcançados por suas palavras possam ser tocados e compartilhem essa memória coletiva.

De igual maneira, podemos situar o interesse de pesquisadores em tentar desvendar ocorrências sangrentas de um período ditatorial que se sucedeu ao período vivido por Graciliano Ramos. Referimo-nos à extensa pesquisa de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo (2006, p. 41), que levantaram como *leitmotive* para a condução de suas investigações a seguinte indagação: “estilos diferentes de manutenção e organização de registros sobre os direitos humanos influenciam a memória social a respeito da memória estatal?”.

Os pesquisadores, entusiasmados por esse propósito, afirmam que suas empreitadas se concentram na possibilidade de construção de histórias de vida “que se concentra sobre o modo pelo qual as pessoas vivenciam o passado mediante a produção da memória social das suas experiências e das outras pessoas (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO, 2006, p. 71).

Não obstante, cabe advertir que a construção engenhosa de histórias de vida corre o risco de transformar as vítimas em refinadas representações estatísticas, sem nada ou pouco revelar sobre os algozes que impetraram atrocidades até então desconhecidas no

rol das práticas de torturas executadas sob o aval do Estado. Certamente, estamos diante de um transbordamento que esgarça os limites de suportabilidade e de compreensão, restando apenas às almas inquietas produzirem escritas que tenham a tonalidade de outras versões além da memória oficial e que possam circular no contexto das memórias coletivas.

Assim, nos aproximamos da exortação de Sontag (2003, p. 73) ao afirmar que “o que se denomina memória coletiva não é uma lembrança, senão uma declaração: que isto é importante e que esta é a história do acontecimento com as imagens que fecham a história em sua mente”. Deduz-se, assim, que as construções de memória se reportam a acontecimentos visando a conformar situações em relação as quais se pode refletir. Assim, as produções de memória têm uma relação dupla: com a experiência e com a reflexão crítica. Nesse sentido, as narrativas produzidas conferem sentidos aos percursos subjetivos que fazem parte da vida.

Explicando melhor, um acontecimento da ordem de uma experiência traumática geralmente rompe o fluxo da vida: esse é o aspecto negativo. Porém, ao mesmo tempo, cria a possibilidade de reflexão na medida em que faz eclodir uma crise: esse é o aspecto positivo. Como podemos depreender, os períodos de crise despertam a consciência acerca da importância que a vida tem. Tanto a vida referida aos tempos passados quanto ao momento atual. Poderíamos dizer, de certo modo, que as crises são momentos nos quais as pessoas atingidas lutam com a alma e o coração no sentido da produção de um marco de significado, quer dizer, tenta-se, na medida do possível, dar um sentido de verdade à experiência vivida.

Reportando-nos ao tema da nossa reflexão, somos levados a pensar que a experiência crítica de prisão injusta e confinamento vividos por Graciliano Ramos teve tanto um lado negativo, em função das limitações físicas, entre outras, que essas situações lhe provocaram: o distanciamento de entes queridos, a estranheza de ter de viver em um lugar lúgubre. Mas também teve seu lado positivo: a crise que atravessou pode ser considerada como uma abertura para dar corpo a uma de suas intenções no momento em que tomou conhecimento do documento que proclamava a sua liberdade, conforme explicitou acerca da possibilidade de um dia levar às pessoas o conhecimento do cenário e cotidiano de uma instituição prisional, bem como de suas contínuas agruras.

#### 4 NARRATIVAS DE UMA ALMA APRISIONADA

*Amer savoir, celui qu'on tire du voyage!  
Le monde, monotone et petit, aujourd'hui,  
Hier, demain, toujours, nous fait voir notre image:  
Une oasis d'horreur dans un désert d'ennui!*  
Charles Baudelaire

Antes de abriremos espaço para a apresentação dos excertos extraídos da obra *Memórias do cárcere*, gostaríamos de tecer considerações sobre o processo de análise e interpretação das passagens selecionadas nos quatro tomos. Os excertos escolhidos, dentre outros tantos possíveis, justificam-se em função do recorte preconizado nesse estudo. Poderiam ser tantos outros, no entanto, foi preciso estabelecer um limite, embora saibamos que outras leituras e outros sentidos poderão advir em outras incursões investigativas. De resto, cabe também acrescentar que a seleção desses trechos decorreu do direcionamento apontado pela questão em estudo na conjugação de temáticas como prisão, violência, escrita e memória.

No intuito de adentrar nos meandros da escrita de Graciliano Ramos nessa obra singular, partiu-se de uma leitura guiada por esse objetivo. A referida singularidade consiste no fato de que, no contexto de suas obras, encontramos resíduos de notas que representam o processo de construção da memória então conhecida. A alusão ao conceito de resíduo justifica-se pelo fato de que o autor decidiu, em alguns momentos, destruir algumas dessas notas, lançando-as ao mar. Contudo, essas notas persistiram em sua mente, cujo resultado final é a construção de memória.

Cabe assinalar que o contexto da obra em foco difere radicalmente de suas outras produções, cujos enredos enlaçam histórias de vida de diferentes personagens com desenlaces propostos. Ainda no que tange à singularidade, salientamos que a obra em tela foi a única não finalizada nem nomeada pelo seu criador.

Em seguida ao processo de leitura circunscrito nesse contexto, orientamo-nos pela compartimentalização da obra conforme idealizada pelo seu autor em quatro tomos que, em nosso entender, são referências a localidades distintas no percurso da prisão: a instituição prisional no Estado de Alagoas, o porão do navio Manaus, a Casa de Correção, na cidade do Rio de Janeiro, e a Colônia Correcional de Dois Rios, na Ilha Grande, ilha

que faz compõe o Estado do Rio de Janeiro. Essa feita se deu devido ao fato de que cada parte da obra tem uma localização, uma especificidade e uma temporalidade distintas.

Quanto à localização, pela indicação dos títulos, cada volume refere-se a uma situação de confinamento obrigatório, aviltamento, humilhação e, sobretudo, a ciência, para o escritor, de se encontrar no extremo de um estado de impotência, em relação ao qual a única arma que dispunha para resistir consistiu na sua escrita, que aconteceu com os meios que dispunha: pedaços de papel e lápis.

No tocante à especificidade, é mister destacar que cada enredo retrata as minúcias e o cotidiano das quatro paragens de aprisionamento, sendo que cada uma delas retratou um pórtico sombrio e incerto da continuidade da vida em tais localidades. Os escritos contidos na obra convertem-se, na imaginação do leitor, na apresentação de lugares fétidos, exíguos, insalubres, de pouca iluminação e ventilação, com instalações sanitárias bem precárias, para não dizer praticamente inexistentes.

Em relação à temporalidade, cabe salientar que a travessia pelas quatro localidades de encarceramento aconteceu em um período de quase um ano, com intervalos diferenciados em cada uma: poucos dias na prisão em Alagoas, a viagem no porão do navio Manaus, curta estadia na casa de Correção e prolongados dias na Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande.

Uma vez processada a leitura, o passo seguinte refere-se à seleção dos fragmentos extraídos do livro para análise com base na metodologia da hermenêutica. Explicando melhor, procedeu-se no recorte de fragmentos de cada volume que, acreditamos, têm relação próxima com as questões focalizadas na presente dissertação. Contudo, não queremos dizer que o teor integral da obra também não se relacione, apenas que para a consecução de nossos objetivos, decidimos por um número de excertos que apontam primariamente para os temas prisão, violência e memória e secundariamente para as consequências do encarceramento em termos de homogeneização, mortificação do eu, submissão, impotência e fechamento quase que completo das possibilidades de vislumbramento de um horizonte futuro. Ou seja, o adentrar em uma prisão configura-se em um imperativo de que o único tempo possível é o presente, embora o sonho de toda pessoa presa localize-se em uma temporalidade futura, por vezes bastante longínqua e imaginária. Também, quiçá impossível exatamente pela iminência constante da morte, evidenciada por vários sinais.

Antes da realização dos procedimentos analíticos e interpretativos, cabe caracterizar o método escolhido. De acordo com Palmer (1969, p. 23), a palavra hermenêutica tem

suas raízes etimológicas no grego *hermeneuein*, que significa interpretar. Há ainda indícios de que a palavra estaria relacionada ao deus grego Hermes, cuja função é “transformar tudo aquilo que ultrapassa a compreensão humana em algo que essa inteligência consiga compreender”.

Em termos simples, a Hermenêutica pode ser compreendida como a teoria da interpretação do sentido. Porém, de acordo com Messer, Sass, Woolfolk (1990), a Hermenêutica desafia uma direta e concisa definição. Sendo assim, voltaremos um pouco no tempo a fim de tentar melhor compreendê-la.

No início do século XIX, Schleiermacher (2005) trouxe a compreensão como ponto central da Hermenêutica. É, entretanto, com a obra de Dilthey (1947) que a hermenêutica atinge o patamar de um método de conhecimento. Dilthey esforçou-se em ampliar a noção de Hermenêutica, nos levantando uma importante evidência: se nos é possível compreender o que o outro diz, isso se deve ao fato de, por meio de uma transferência analógica, tomarmos a palavra ou a escrita, do ponto de vista interpretativo, como a expressão subjetiva mais legítima.

Ainda cabe assinalar que, tempos depois, Heidegger (1964) propôs uma Hermenêutica como estudo que se constituiu na relação fenomenológica da própria existência humana, assinalando que a compreensão e a interpretação são marcos fundantes da existência humana. Suas ideias encontraram eco no pensamento de Gadamer (1977), em sua obra *Verdade e método*, na qual propôs uma relação entre a Hermenêutica, a estética e a filosofia. Em seu modo de entender, a interpretação, antes de ser um método, é a expressão de uma condição do homem: o intérprete que aborda uma obra está já determinado no horizonte aberto pela obra, é o círculo hermenêutico. A interpretação é, antes de mais nada, a explicação da relação que o intérprete estabelece com a tradição da qual provém. Quer dizer, entendemos que a interpretação se reveste sempre de um caráter produtivo, motivo pelo qual a utilizamos nesse estudo. Seguindo a esteira do pensamento de Gadamer (1997, p.301), constatamos que:

O sentido de um texto ultrapassa o seu autor não apenas ocasionalmente, mas sempre. Por isso, a compreensão não é apenas um comportamento reprodutivo, mas sempre, também um comportamento produtivo. Compreende-se de modo diferente, quando se compreende efetivamente.

Por fim, nos aproximamos do pensamento de Ricoeur (1988), cuja formulação sobre a Hermenêutica baseia-se na ideia de que modelos literários não funcionam só como

uma reprodução, mas como um questionamento ao mundo real: a Hermenêutica tem a incumbência de interpretar os sentidos que foram originados por meio da linguagem. Em seu modo de entender, “interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto” (RICOUER, 1988, p. 121), ou seja, é possível admitir, seguindo essa linha de raciocínio, que a Hermenêutica busca elucidar sentidos possíveis pois houve, *a priori*, uma profunda reflexão sobre os mesmos. É por essa razão que se estabelecem diferenças entre as interpretações: cada leitor interpreta com base em sentidos que dependem de seu ponto de vista e de suas reflexões.

A interpretação decorre da ação do leitor diante da escrita, ou seja, a escrita mobiliza sensações que influenciam no processo de produção de sentido, bem como das reflexões produzidas, visto ser compreendida como uma interação entre o leitor e o texto.

Essa dimensão da escrita, mobilização visando a interpretação, está contemplada no âmbito da Hermenêutica. Aprofundando a nuance acerca da Hermenêutica como ferramenta fundamental no processo de interpretação, Ricoeur (2009, p. 47) assinala que:

[...] com o discurso escrito, a intenção do autor e o significado do texto deixam de coincidir. A dissociação da significação verbal do texto e da interação mental do autor dá ao conceito de inscrição o seu significado decisivo, para além da mera fixação do discurso oral prévio. A inscrição torna-se sinônimo de autonomia semântica do texto, que resulta da desconexão do autor relativamente ao significado verbal do texto. Em relação ao que o autor quis dizer e ao que o texto significa. A carreira do texto subtrai-se ao horizonte finito vivido pelo seu autor. O que o texto significa interessa agora mais do que o que o autor quis dizer, quando escreveu.

Depreende-se, assim, que uma vez que a escrita constitua um texto, a possibilidade de significação deve ser aberta a inúmeros leitores do mesmo modo que a produção de interpretações, pois em um texto é possível serem produzidas inúmeras leituras dependendo da maneira como, no leitor, são mobilizadas as condições de sensibilidade. Nesse sentido, a interpretação, leia-se, a produção de um sentido possível, constitui-se como uma etapa complementar à escrita. Mais uma vez recorremos a Ricoeur (2009, p. 64) na diferenciação que faz entre

[...] a distanciação e a apropriação. Por apropriação, entendo a contrapartida da autonomia semântica, que separou o texto do seu escritor. Apropriar-se é fazer “seu” o que é “alheio”. Porque existe uma necessidade geral de fazer nosso o que nos é estranho, há um problema geral de distanciação. A distância não é, pois, simplesmente um fato, um dado, o efetivo hiato espacial e temporal entre nós e o aparecimento

de tal e tal obra de arte ou discurso. É um traço dialético, o princípio de luta entre a alteridade, que transforma toda distancia espacial e temporal em alienação cultural, e a ipseidade, pela qual toda a compreensão visa a extensão da autocompreensão.

Eis o encaminhamento que tomamos em termos metodológicos para analisar as minúcias cotejadas nas linhas magistrais da escrita de Graciliano Ramos na obra *Memórias do cárcere*. Dada a breve explanação sobre os diferentes passos do encaminhamento metodológico que se constituem como suportes para a análise e interpretação pretendidas, abrimos alas para as contundentes passagens da escrita de Graciliano Ramos, a partir de lampejos de memória que tanto podem ser considerados como possibilidade de existência de fatos ocorridos, quanto como produto de sua imaginação criativa ou, até mesmo, as duas possibilidades.

Em seguida, tentaremos refazer o caminho suscitado na obra analisando os tomos em termos de construção de memória, reportando-nos a diferentes momentos da vida do autor em instituições de encarceramento sob a mira do poder estatal. Optamos por analisar cada excerto em um contexto definido, não pela ordem que aparecem na obra, mas sim pela sua pertinência às categorias elencadas.

A título de esclarecimento, os excertos retirados do livro foram dispostos em itálico para marcar uma diferenciação em relação às citações e outros recursos da escrita acadêmica.

#### 4.1 A prisão e o cárcere

Cabe esclarecer o entendimento que temos acerca da diferença entre prisão e cárcere, seguindo os dispositivos legais que determinam a condição de prisão como sendo específica da alçada do poder público, ou seja, a prisão somente pode acontecer em decorrência de um ato pronunciado ou realizado por uma autoridade legal. No entanto, no tocante à palavra cárcere, vale destacar a sua polissemia. Que haja cárcere na prisão, disso não temos nenhuma dúvida. Porém, existem situações em que pessoas são mantidas em cárcere privado. A título de ilustração, podemos mencionar as ocorrências de um recente período ditatorial da História Brasileira em que perpetradores da violência mantinham pessoas encarceradas em espaços não públicos, conforme enumera Guerra (2012) ao elencar os diferentes locais utilizados para sevícias, tortura e morte. Situação análoga acontece também em situações de sequestros nas quais os sequestradores, à espera de pagamento, mantêm as pessoas sequestradas em regime de cárcere privado.

Acreditamos que a polissemia da palavra cárcere, ao invés de prisão, expresse com mais contundência as circunstâncias de terror, os espaços sombrios, a perda de referências em função do isolamento, a solidão, a opressão e o lento processo de aniquilamento. Por esse viés, passemos ao seguinte fragmento:

Fragmento 1 (RAMOS, 2011, p. 43):

*Será necessária essa despersonalização? Depois de submeter-se a semelhante regime, um indivíduo é absolvido e mandam-no embora. Pouco lhe serve a absolvição: habituado a mover-se como se o puxassem por cordéis, dificilmente se libertará.*

Há, em princípio, uma indicação na direção de que, em instituições prisionais, deve-se ter como meta permanecer na condição de humano à medida que os dias passam. Além disso, há uma severa crítica aos efeitos deletérios provocados pelo aprisionamento em decorrência da obrigatoriedade de ambientação a um lugar sórdido e a um coletivo que, além de desconhecido, é por demais estranho. Diante das adversidades de um lugar dessa natureza, é preciso ir adiante por caminhos difíceis para minimamente viver. Contudo, essa empreitada deixa marcas que não se apagam, como demonstra a frase *dificilmente se libertará*, do fragmento acima.

Assim, Graciliano Ramos, em seu enredo, deixa escapar nas entrelinhas que da prisão dificilmente se escapa, tamanha é a intensidade devastadora do encarceramento. Encontramos também, no referido fragmento, o recurso a uma alegoria para circunscrever as pessoas aplainadas subjetivamente pela prisão em alusão às marionetes: bonecos de origem francesa movidos por cordas manipuladas por técnicos que ficam escondidos por trás das cortinas, evidenciando um estado de despersonalização nas pessoas que são encarceradas por um determinado período de tempo, ou seja, afigura-se na mente de Graciliano Ramos a indagação acerca de que com o passar do tempo seria reduzido a uma forma viva, mas quase sem desejo. Geralmente os hábitos formados durante a estadia na prisão têm potencialidades para influenciar decisivamente na despersonalização, a não ser quando a pessoa aprisionada, no caso de Graciliano Ramos, seja capaz de lançar mão de certos recursos, como por exemplo não memorizar o número de identificação de prisioneiro.

O eixo temporal relativo ao tempo da prisão se faz onipresente, mesmo depois da saída, ou seja, a vivência, as pressões e as limitações do cárcere perpetuam-se de modo

intrusivo na forma de percepções recorrentes que não se acomodam em um passado como lembranças distantes. Por isso, o trabalho de memória concentra-se inevitavelmente no presente do cotidiano prisional, seja pela impossibilidade de abertura em relação a um horizonte futuro, seja pela fixidez que ganham as imagens atormentadoras no que tange ao fato de a pessoa ter estado impotente e sua vida à mercê de agentes estatais.

Esse alargamento da dimensão temporal pode ser relacionado ao processo de construção da memória nos quatro tomos da obra que, devido à violência sofrida, deixaram sequelas de cunho incompreensível. Por isso permaneceu, para o autor, inacabada e sem título.

Possivelmente, como a prisão é um passado que insiste em não passar, Graciliano Ramos não poderia dar por terminado o trabalho de organização de suas notas. Era-lhe impossível chegar a um fim pois a prisão ainda habitava o cotidiano de sua vida, visto que jamais conseguiu entender por que razão teria sido levado à prisão a não ser considerando os caprichos da figura máxima de poder do Brasil àquela época. Certamente, as notas não remetem apenas a situações outrora vividas e sim a atualização constante das mesmas.

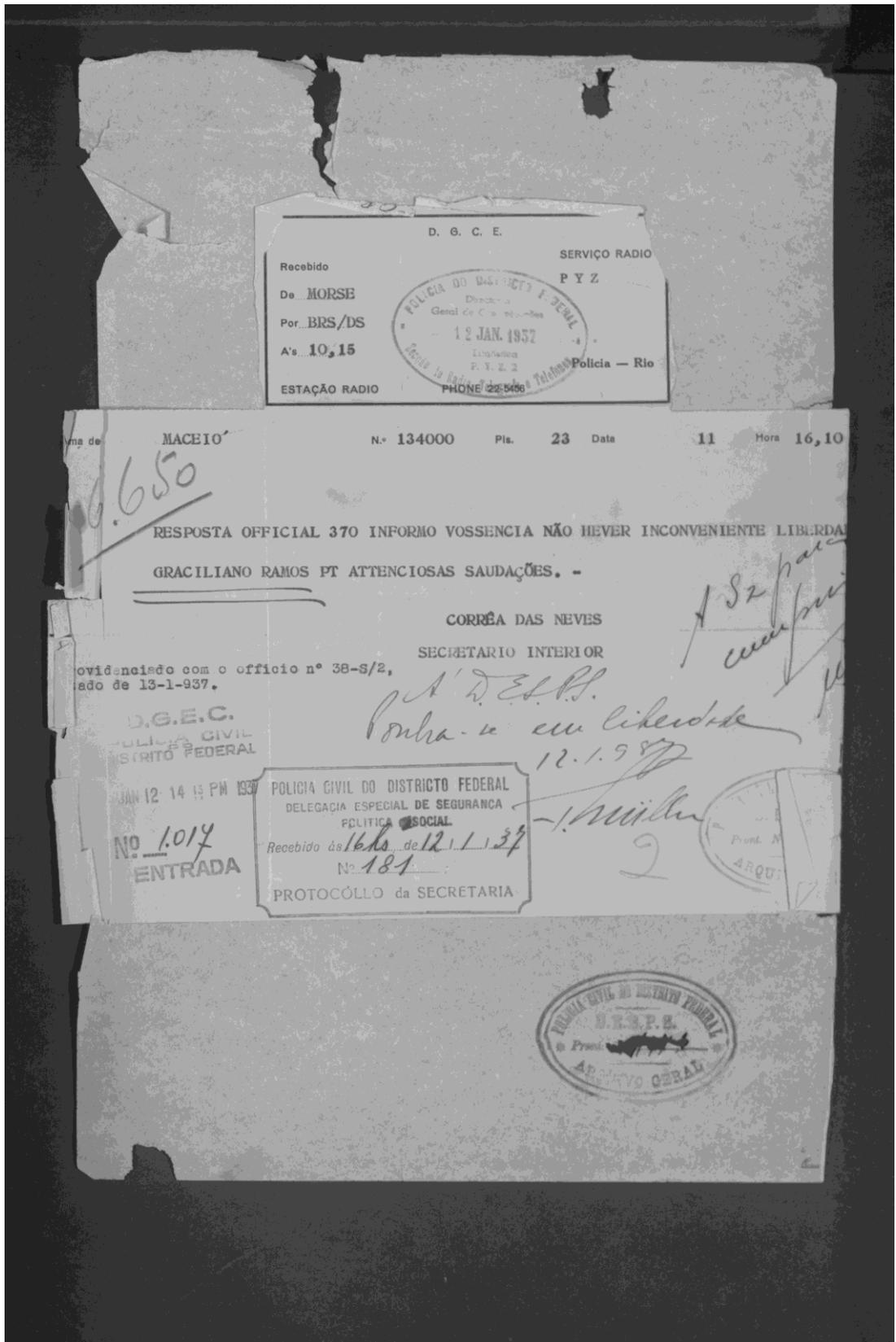
De certo modo, havia em Graciliano Ramos a conscientização de que a prisão lhe causou uma grande perda, jamais recuperada após o término de seus dias de agonia e tormento que, teoricamente, foram parcialmente caladas com o telegrama que determinava a sua soltura.

É importante que atentemos para o conteúdo de um telegrama que põe um preso em liberdade, depois de um grande intervalo de tempo, sem que seja constatado qualquer ato criminoso em sua vida pregressa. Nesse sentido, a liberdade não representou o fim do cumprimento de uma pena, uma vez que essa “condenação subjetiva” perseguiu Graciliano Ramos como uma nuvem negra que obstaculariza qualquer via em direção à luminosidade no sentido de esclarecimento do motivo de sua prisão.

Desse modo, a determinação de libertação em muito pouco mudou sua vida subjetiva, apenas abriu os densos cadeados que simbolicamente intimidam, impotencializam e ameaçam, principalmente em um ambiente prisional.

No telegrama, consta a ordem de libertação, escrita à mão, expedida pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que dizia “Ponha-se em liberdade”, conforme podemos observar na figura 14:

Figura 14: Telegrama



Fonte: APERJ, (1960?)

Apesar da notícia de sua liberdade, o que efetivamente se concretizou, havia em Graciliano Ramos a certeza de que dificilmente poderia se desvencilhar da devastação provocada em sua pessoa pelas engrenagens das instituições prisionais. Com os estigmas dessa devastação, teria que viver para sempre, senão como criminoso, mas como ex-prisioneiro, marcado pelos rituais nefastos de vigilância e controle em uma época de regime político ditatorial.

Por outro lado, a liberdade é também objeto de questionamento, pois argumenta Graciliano Ramos, em um juízo de valor, que a absolvição será de pouca serventia comparada aos danos que a prisão lhe causou. Podemos, assim, afirmar que Graciliano Ramos era cômico de que sua vida depois da saída da prisão jamais seria a mesma: a prisão lhe deixou marcas subjetivas que dificilmente se apagariam, mesmo se ocupando em se desvencilhar das agruras vividas na prisão por anos, caracterizadas pela imperiosidade de presenciar cenas adversas, ser sensibilizado por ruídos estridentes, estar na iminência de contágio em função da proximidade a prisioneiros doentes em espaços exíguos, além da obrigatoriedade de conviver em espaços permeados de excrementos, conforme depreendemos no seguinte fragmento:

Fragmento 2 (RAMOS, 2011, p. 112):

*Os roncos, a tosse, borboríngos, vozes indistintas, vômitos, eram incessantes. Acavalavam-se no espaço exíguo camas e redes. E como o ar escasseava, a nossa respiração constituía dano recíproco. Está aí o máximo requinte de perversidade, enquanto os verdugos repousam, as vítimas são forçadas a afligir-se mutuamente.*

O cenário pormenorizado com sutilezas de detalhes no fragmento sugere que o convívio em confinamento no porão do navio era uma tarefa bastante difícil em razão das imposições devidas aos hábitos de cada um, aos dejetos produzidos pelas necessidades excrementícias e às respostas corporais diante do mal-estar causado pela maresia e instabilidade da embarcação. Há também alusão à exiguidade do espaço e precariedade do sistema de ventilação, o que redundava na produção de um ar viciado com escassez de oxigênio, bastante favorável para a contaminação de doenças por vírus, fungos e bactérias. Por fim, destaca-se o julgamento de Graciliano Ramos acerca do escárnio e perversidade dos agentes estatais escudados pelo poder: enquanto os seres endinheirados

desfrutavam do conforto de suas instalações, em um segmento superior do navio, outras pessoas eram submetidas a situações desumanas tanto relacionadas às condições do local de confinamento quanto em razão da mistura sucessiva de restos excrementícios com víveres alimentícios.

De acordo com as pistas aventadas a partir do fragmento, constatamos que Graciliano Ramos demonstra que há, mesmo em uma embarcação, lugares distintos para acomodar pessoas de categorias sociais também distintas em razão de critérios morais, quer dizer, essas categorias são demarcadas pelos aparatos do poder. Todavia, o contraste entre os espaços (nobres e lúgubres) com o passar do tempo estende-se às pessoas, pelo menos da maneira como se espraia no imaginário social: quem viaja de primeira classe em um navio pertence a um universo bem distante de pessoas que são confinadas ao porão, as quais geralmente são politicamente qualificadas como vidas matáveis, ou seja, vidas que não são protegidas, conforme assinala Butler (2004, p. 141):

Quando consideramos os modos comuns para pensar humanização e desumanização, constatamos que aqueles que gozam de representação, especialmente a autorrepresentação, têm uma melhor chance de serem humanizados, e aqueles que não têm chance de se representar correm um grande risco de serem tratados como menos que humano; considerados como menos que humano ou, sequer, serem considerados.

Podemos depreender que a segregação estabelecida no navio para nobres e pessoas desqualificadas como escórias da sociedade reflete um processo de estrutura social com segmentação em diferentes classes. De certo modo, o estatuto de humanidade só se destinava às pessoas que viajavam acima do nível do porão, seja pela alimentação, vestimenta, conforto dos aposentos, lazer, serviços de bordo, entre outros. Ironicamente, à classe que era transportada no porão caberia somente alimentos preparados sem maiores cuidados e restos deixados pelo segmento que viajava no patamar superior.

O porão do navio é, geralmente, um local limitado no tocante à circulação das pessoas, tanto pela exiguidade do espaço (no caso do navio em que Graciliano Ramos foi transportado, entrincheirado de redes), quanto pela permissão de acesso aos outros espaços da embarcação. Além disso, o porão tem a conotação de despejo, bem como de ocultação de pessoas consideradas indesejáveis à sociedade: loucas, criminosas e escravas. No tocante ao transporte de pessoas escravizadas, a viagem no porão consistia em uma advertência de que, pelas condições adversas, apenas os mais fortes sobreviveriam, evidenciando uma desigualdade estabelecida intencionalmente a partir de

um critério ideológico de inferioridade racial, conforme pontua Mbembe (2018). Também para os criminosos e outras pessoas consideradas escórias da sociedade, a determinação de viagem no porão pode ser pensada como uma etiqueta de aviltamento, humilhação, escárnio, segregação, e, sobretudo, desprezo.

As próprias condições em que essas pessoas que engrossam a lista de indesejáveis são descritas, traduzem uma modalidade de violência a ponto de materializar a situação de quem se encontra na posse do poder e de quem ao mesmo é obrigado a se submeter. Melhor dizendo, essa situação reflete a condição de que o direito à vida de uns depende da vontade de outros, confirmando-se, assim, a tese proposta por Foucault (2005) de que o racismo e outras modalidades de tratamentos desiguais são consequência da política do biopoder. Além disso, essas condições são indicativas das sombrias veredas que muitas vezes levam ao destino funesto dessas pessoas.

O fragmento seguinte é bastante ilustrativo a esse respeito, visto que tematiza a situação de degradação que pode incidir sobre um ser humano em circunstâncias de devastação pelo poder. Vamos ao fragmento.

Fragmento 3 (RAMOS, 2011, p. 121):

*[...] diante de criaturas supliciadas e, conseqüentemente, envilecidas. A minha educação estúpida não admitia que um ser humano fosse batido e pudesse conservar qualquer vestígio de dignidade. (...) Santo Deus! – era a degradação irremediável. Lembrava o eito, a senzala, o tronco, o feitor.*

A apresentação de um estado de alma de tamanha contundência nesse excerto nos encaminha para tecer algumas considerações no tocante às modificações pessoais que se produziram em Graciliano Ramos em decorrência do confinamento, momento em que tomou ciência de aspectos subjetivos que se presentificaram em razão das circunstâncias presenciadas. De certo modo, considerando as linhas da narrativa, depreendemos que Graciliano Ramos, pelas razões já mencionadas, manteve-se não somente distante dos outros prisioneiros, por se considerar diferente (letrado, conhecido nacionalmente, exímio cumpridor de seus ofícios) e também estranho à instituição diante da convicção de que não cometera crime algum para ser preso.

Em princípio, Graciliano Ramos considera que se um ser humano é supliciado, caso sobreviva, dificilmente poderia ser uma pessoa bondosa e também teria poucas chances de viver com dignidade. Diante da perplexidade dessa constatação, lançou mão

de um recurso à entidade suprema na esperança de encontrar uma explicação que justificasse a irremediável degradação que um ser humano institucionalizado pode causar em outro. Há também uma remissão aos tempos de sua infância quando alude à termos como eito, senzala, tronco e feitor, referências ao tempo da escravidão, ainda muito viva na memória dos brasileiros. Essas lembranças de um povo vítima de horrores em razão de um critério racial podem ser pensadas como a posição ocupada por Graciliano Ramos em termos da crença no tocante a gozar de determinados privilégios. E, certamente, havia nele a consciência disso, principalmente em relação a suas atitudes reticentes ante a seguir determinadas regras impostas pela prisão.

O cenário exposto na passagem nos leva a constatar uma provável comparação entre a condição de pessoas presas e a condição de pessoas escravas, em especial pelo tratamento desumano e cruel destinado às mesmas. Pode ser um indicador de uma divisão social em termos de condições econômicas: as pessoas presas que dispõem de um certo *status* econômico e social usufruem benesses nas prisões. Certamente, Graciliano Ramos, em função de sua condição e reconhecimento, foi favorecido em algumas circunstâncias na prisão.

É sabido, em suas descrições, que quando o militar que o conduziu do cais até a prisão (cerca de seis quilômetros) constatou que ele tinha dificuldades de locomoção, ofereceu-lhe um cavalo. Diante da recusa de Graciliano Ramos, ordenou à escolta que andasse devagar, bem como o aconselhou a guardar em local seguro todo do dinheiro que tivesse. Também, há uma passagem em que um militar de alta patente, na prisão em Alagoas oferece-lhe um empréstimo, ao qual ele peremptoriamente se recusa, como também se recusou, de forma radical, com argumentos convincentes, a escrever um discurso para um militar prestar homenagem ao diretor da prisão.

As sendas que nos guiaram no sertão sombrio do excerto acima nos possibilitam afirmar que: em primeiro lugar, dificilmente há sinais de um laço identificatório de Graciliano Ramos com os demais presos. As passagens de sua escrita deixam transparecer que ele se considerava um ser diferenciado, jamais equiparado ao contingente das pessoas presas com as quais convivia, conforme afirma Graciliano Ramos (2011, p. 27): “comecei a perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno burguês iam cessar ou tinham cessado”. Desse modo, o escritor, narrador, autor expressa seu questionamento sobre os efeitos da violência, principalmente quando tem como horizonte uma vida futura. As pegadas de sua escrita, em indícios de memória, denotam que uma pessoa, uma vez tendo

estado na prisão, jamais seria a mesma, pois o encarceramento produz uma perda para a qual não há meios possíveis de reparação.

Analisando a questão por esse viés, o tempo da escrita da obra, bem como a ausência de um título são indicativas dos esforços de Graciliano Ramos para, pelo menos, minimizar as sequelas deixadas pela prisão: por isso, precisou de tanto tempo e não concluiu sua obra. De certo modo, ao sair da prisão, teve que viver com o *addendum* de ex-presidiário em sua vida, sem jamais poder destituir para si próprio essa condição.

As expressões utilizadas por Graciliano Ramos nessa passagem são um índice de que o tempo foi transformado pela perda da linearidade no que tange ao processo de vida, ou seja, o tempo antes da prisão, o tempo da prisão como presente contínuo e o tempo depois da prisão são de certo modo intervalos estanques devido à ruptura decorrente da prisão. Há em sua escrita uma espécie de lamento o qual destacaremos no fragmento seguinte:

Fragmento 4 (RAMOS, 2011, p. 365):

*Burrice misturar com vagabundos e malandros um sujeito razoável, mais ou menos digno, absolutamente alheio a essas criaturas. Tencionariam corrigir-me na Colônia? Havia lá uma escola. Iriam meter-me nessa escola, coagir-me a frequentar as aulas dos vagabundos e malandros? O pensamento burlesco afastou-me para longe: imaginei-me vestido em zebra, folheando um caderno sujo, decorando a lição, cantando rezas e negócios patrióticos.*

A autorreflexão expressa no fragmento nos leva a tecer as seguintes considerações. Em primeiro lugar, a forma da escritura revela que o autor se colocava em uma posição, considerada por ele próprio, superior e de destaque em relação aos outros prisioneiros aos quais nomeou como vagabundos e malandros ao mesmo tempo em que se intitulou de razoável e digno. Há também a sua atitude de estupefação no tocante a saber se as finalidades da Colônia Correccional se aplicavam também a sua pessoa. Provavelmente, julgava que não deveria ter essa destinação, além do que o contexto que identifica como a escola concerne a um espaço habitado, em sua opinião, por vagabundos e malandros.

Diante da possibilidade de ser corrigido na escola penal, utilizou-se do subterfúgio de afastar-se do local, por intermédio da sua imaginação, compondo um personagem que

seria um aluno vestido com o uniforme próprio das prisões, de origem econômica menos favorecida (vide a alusão ao caderno sujo) e, em tom de ironia, erige uma severa crítica às instituições escolares e aos órgãos estatais quando se refere a: decorar lição, rezar e prestar louvores patrióticos.

Essa modalidade de autorreflexão que deixa transparecer, em suas palavras, um ar de superioridade, expressa, de forma significativa, a compreensão que Graciliano Ramos tinha do seu lugar na instituição prisional, ou seja, sabia que pelo fato de ser um renomado escritor, conhecido nacionalmente, poderia muito bem, com as armas da palavra, driblar os rígidos controles da instituição prisional, haja vista que tal situação se concretiza quando se recusa a escrever um discurso. Provavelmente, sabia que sua recusa era entendida como uma atitude de superioridade e afirmação da singularidade do seu modo de pensar, agir e refletir sobre o mundo.

Apesar da clareza em relação ao cenário restrito de intempéries que se afigurava em seu cotidiano, Graciliano Ramos sabia que havia meandros outros para que pudesse se movimentar além das linhas traçadas pelas rígidas regras prisionais, conforme constatamos no seguinte fragmento:

Fragmento 5 (RAMOS, 2011, p. 12):

*Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a delegacia de ordem política e social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.*

Destrinchar a complexidade dessa passagem é estabelecer linhas de reflexão acerca de temas que atravessam a obra. Em princípio, a reflexão sobre a liberdade requer um lugar de destaque visto que o autor, confrontado com os grilhões da prisão, exprime a crença de que, a partir do momento em que foi colocado sob as rédeas severas do poder, dificilmente teria liberdade. Quer dizer, nessa sua travessia identificou várias fontes de opressão: a brutalidade de alguns prisioneiros, as vaidades de autoridades da prisão, a provável situação de que teria sido esquecido pela sociedade e, sobretudo, na disposição de espaços exíguos, íngremes e escorregadios para circular.

Da mesma forma que se sentia coagido pela lei, via-se também impelido no âmbito da gramática para a escrita e, foi por esse caminho, que conseguiu, minimamente, alguma condição de mobilidade, paradoxalmente às sequelas físicas que limitavam seus movimentos e suas caminhadas. Esse possível encontro forçado da lei com a gramática,

dada a urgente necessidade que se configurou em termos de apresentar ao social as condições do mundo interno de uma prisão, foi um dos possíveis motivos que o levaram a construir uma obra tematizada em diferentes ambientes prisionais.

#### 4.2 A escrita como resistência

Dentre as várias acepções que podemos considerar acerca do ato de escrever e da escrita, elegemos uma no que diz respeito à construção da obra objeto de nosso estudo: a escrita como modalidade de resistência e afirmação. Seguindo essa advertência, direcionamos o nosso olhar para o seguinte fragmento:

Fragmento 6 (RAMOS, 2011, p. 39):

*O desejo de fazer um livro na cadeia arrefecia; contudo apegava-me a ele, por não me ocorrer outro.*

Nas entrelinhas desse excerto, fica claro que Graciliano Ramos tinha um propósito: escrever um livro. Contudo, em função do aniquilamento sofrido, constata que esse desejo em alguns momentos corria o risco de declinar. Essa possibilidade o atormentava, uma vez que tinha a convicção de que a escrita seria o único meio que dispunha para sobreviver, manter sua diferenciação em relação aos outros presos e, provavelmente, dirigir um apelo às autoridades, sinalizando principalmente que havia na prisão uma vida, a sua, que deveria ser tratada de modo diferente, pois o homem que era não se enquadrava na rubrica malandros, vagabundos, assassinos, ladrões, escroques e outras disposições de pessoas inclinadas a dar vazão à paixões nada nobres.

Depreende-se do excerto supracitado a enunciação do autor em relação a um estado subjetivo: embora estivesse, de certo modo, apático, anestesiado pela dor da injustiça e sem vontade de nada, sem quase desejo, apegava-se com unhas e dentes a aquilo que lhe era disponível e que lhe fazia se sentir vivo: escrever. Nesse sentido, valeu-se do privilégio, em comparação aos outros prisioneiros, inclusive autoridades que o controlavam, de ser uma pessoa letrada e criativa.

A escrita representou a única via de resistência ao estado de prostração que aos poucos a prisão induz às pessoas presas. Na ocasião, para Graciliano Ramos, era imperioso escrever tanto para si mesmo em termos de produzir sentido para os átimos que

pareciam eternidades, quanto para endereçar a escrita às pessoas que conhecem, de forma indireta, os intramuros prisionais e às autoridades que, mesmo sabendo do caráter nefasto desses lugares, dificilmente hesitam em confinar neles pessoas criminosas, suspeitas e mesmo inocentes.

Podemos conjecturar um sentido para a referida passagem: a escrita afigurou-se como *conditio sine qua non* de produzir esteios que deem suporte à existência, ou seja, a única fórmula para Graciliano Ramos manter-se vivo na prisão apresentou-se pela escrita em fragmentos dispersos que tomaram corpo na intenção e realização de seu filho. Provavelmente, a escrita representou um sentido para viver em um local cuja enunciação da morte se faz de forma contínua e sem possibilidade de localização precisa.

Podemos, de certo modo, afirmar que Graciliano Ramos foi, em razão dos grilhões prisionais, premido pela necessidade imperiosa de dar corpo às ideias esparsas que povoavam o seu pensamento nos sombrios e incertos momentos em que esteve na prisão. Certamente, estamos diante de uma singularidade, pois nem todas as pessoas aprisionadas dispõem dessa alternativa, ou seja, a pessoa presa em questão era um escritor de reconhecimento e renome nacionais.

Orientando-nos pela possibilidade de análise do fragmento, podemos afirmar que a escrita, como recurso de resistência, sugere que, a duras penas, Graciliano Ramos lutou arduamente contra a manipulação dos agentes estatais e se posicionou na contramão das correntes da prisão que, com o tempo, transformam vidas em “autômatos” que se movem quase sem vontade própria.

Dando continuidade as nossas considerações sobre os fragmentos extraídos da obra em questão, deparamo-nos com o seguinte fragmento:

Fragmento 7 (RAMOS, 2011, p. 381):

*As minhas observações no lugar infame não valeriam nada. Mas a sujeira imensa, a disenteria, a falta de água, um milheiro de homens a apertar-se num curral de arame não me deixavam sossegar. Aquilo merecia ser visto, pelo menos serviria para indicar a nossa resistência, de algum modo fortalecer-nos. Havia nesse desejo mórbido quase um desafio aos maus-tratos, às humilhações, e se de repente nos largassem na rua, nem sei se me consideraria em liberdade ou vítima de um logro.*

Ainda versando sobre seus dispersos arquivos de notas, notamos que, a essa altura de suas memórias, o autor chega à conclusão de que suas anotações sobre a prisão não

valeriam nada. Aproveitamos então para lançarmos um questionamento: não valeriam nada para quem?

Entretanto, apesar de mencionar que suas notas não teriam valor, sente-se pressionado pelas precaríssimas condições de custódia que o impelem a fazer alguma coisa, ou seja, como escritor, seria imperativo escrever sobre essas vivências para denunciar a situação aviltante e humilhante na qual as pessoas presas são colocadas. Desse modo, posicionou-se no lugar de um porta-voz de tantas pessoas que sucumbem pelo sofrimento e maus-tratos em espaços criados para dominação e aviltamento.

Imbuído da ideia de que poderia prestar um grande serviço, dedicou-se a uma extensa produção de notas sobre a prisão. De certo modo, podemos afirmar que a escrita na instituição prisional, àquela época, pode ser considerada como uma condição de distinção social, visto que no grande contingente das prisões, havia e ainda há um grande número de pessoas analfabetas. Sendo assim, escrever nesses confins da condição humana poderia ser um ato que se converteria em prestígio, motivo pelo qual foi tratado com deferência e privilégio tanto por prisioneiros quanto por autoridades do cárcere em um ambiente cujos esparsos raios de iluminação desaparecem, dando a entender que o sombrio da escuridão cai muito bem no ambiente prisional. Por isso, em uma forma de enaltecimento, Graciliano Ramos (2011, p. 97) afirma ser “um rabiscador provinciano detestado na província, ignorado na metrópole”.

Em continuidade à observação acima, a escrita das notas, bem como as próprias notas, para Graciliano Ramos, significava sua resistência a tudo aquilo, de modo a dar-lhes força para sobreviver. Além do mais, há também o propósito de denúncia e de indignação principalmente em forma de um alerta dirigido às autoridades sobre o destino dado a cidadãos que, como era o seu caso, sequer foram acusados de um crime cometido. Enfim, o desejo de que as suas notas fossem alçadas ao conhecimento público era considerado por Graciliano Ramos um desafio ante as humilhações sofridas, bem como outras formas de degradação próprias da prisão.

A ideia de liberdade para uma pessoa que fez uma travessia no cárcere é vislumbrada por Graciliano Ramos na condição de vítima de um logro: vítima de algum ganho. Contudo, mesmo considerando a ideia de ganho como um aspecto positivo, não podemos ignorar que aquilo que se acrescenta à vida pelo encarceramento tem sempre o teor nefasto, ou seja, é uma aquisição não necessária à vida, pois as pessoas podem viver, muito bem e serem felizes, sem esse acréscimo.

Nessa passagem visceral, Graciliano Ramos deixa claro que as circunstâncias e as condições do ambiente carcerário exerceram nele uma inquietação (não hesitou em revelar as inquietudes e tormentos de sua alma) e também esse mesmo ambiente o pressionou no sentido de produzir uma escrita (única fórmula de sobrevivência naquelas circunstâncias) que pode ser tomada como a produção de uma memória ou mesmo uma denúncia acerca das agruras concernentes à prisão.

Em seu entendimento, o fato de tornar de conhecimento público, por intermédio da escrita, as condições a que as pessoas são subjugadas funciona como uma espécie de resistência diante da possibilidade de aniquilamento e mortificação que decorrem do encarceramento, conforme pontuou Goffman (2008).

Além disso, Graciliano Ramos crê que o fato de resistir pela escrita em teor de denúncia, ou seja, uma espécie de elaboração, tem conotação positiva no que tange aos recursos psíquicos mínimos necessários para a travessia da prisão, ou seja, essa era a única via de que dispunha além da colaboração esporádica de prisioneiros em lhe fornecer cigarros, papel e lápis.

A sua escrita deixa clara, metaforicamente, a assunção de uma posição de rebeldia como recurso para sobreviver às diferentes formas de violência relativas ao encarceramento. Em suas avaliações, acerca das sequelas do aprisionamento, Graciliano Ramos questiona se a saída da prisão poderia ser considerada uma possibilidade de liberdade em função das sequelas que ficam encravadas no corpo e na alma, ou apenas seria um grande engodo, pois uma pessoa, ao sair da prisão, continua por muito tempo ou talvez pela vida toda vivendo circunscrita nos grilhões imaginários da prisão, mas que atormentam tanto quanto as densas, sombrias e altas muralhas que representam para a pessoa presa intimidação e impotência.

A sujeição e a submissão se expressam em um grande prejuízo na autonomia diante do poder que visava o silenciar de uma voz pelas mordidas ao corpo, marcando, assim, uma espécie de situação completamente nova de dependência radical. Em outras palavras, Graciliano Ramos, uma vez preso, dependeu da compreensão, boa vontade e determinação de senhores algozes que eram incólumes ao sofrimento de outrem, quaisquer que fossem as suas causas. Assim, para não sucumbir totalmente, o autor lançou mão de mecanismos de resistência ao poder no momento em que tomou a iniciativa de tracejar o seu percurso, começando a esboçá-lo de forma completamente espontânea tal qual fluía de seus pensamentos ainda na prisão, produzindo um artifício que funcionou

como dobra de memória, condição necessária para expressão de singularidade, visto que, segundo Gondar (2003, p. 35),

Ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para constituir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento.(...) É nesse momento que a memória, até então assujeitada ao poder ou, no máximo, emergindo como instrumento de denúncia, passa a ser vista como uma estratégia autônoma de resistência: ela é capaz de fazer uma deriva no saber e no poder instaurando uma independência em relação a eles.

Quer dizer, a sujeição apresenta, de certo modo, uma dupla face: por um lado, submete minimizando o campo de ação individual e coibindo expressões singulares. Por outro, possibilita, pelo assujeitamento, que a pessoa nessas condições recorra a formas de dominação mediante a utilização de recursos assistenciais como a criação, sendo essa a face ativa, pois conforme afirma Butler (1997, p. 84):

A sujeição é literalmente o fazer-se de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual se formula ou se produz um sujeito. Trata-se de um tipo de poder que não atua apenas unilateralmente como forma de dominação sobre um sujeito determinado como também instiga ou cria condições de produção subjetiva.

Acrescentamos que as modalidades de resistência variam em detrimento das formas pelas quais o poder se impõe às pessoas em condições de dominação, sendo nesse caso o caminho possível para a produção de subjetividades. Cabe salientar que, segundo Foucault (1979, p. 91-92) “não existem relações de poder sem resistências, estas são na mesma proporção mais reais e mais eficazes, pois se formam lá mesmo onde se exercem as relações de poder”.

Por fim, as dobras da memória produzidas pela resistência em situações de sujeição são, além de respostas ativas ao assujeitamento, mecanismos que constituem “uma pluralidade de modos de subjetivar-se. Assim, mais do que garantir a preservação do que passou, a memória pode ser uma aposta no porvir” (GONDAR, 2003, p. 42). Isso é, embora a escrita dessas notas tenham sido sua proteção contra tudo o que ocorria a sua volta, elas figuravam também possibilidades de reações criativas à opressão decorrente do assujeitamento.

Havia, em Graciliano Ramos, uma certeza de que suas notas valiam por si, razão pela qual pouco se importava se fossem levadas ao alcance de outras pessoas. Assim, acreditava que uma vez que acontecesse a circulação de sua escrita, pouco poderia ser

feito para mudar os rumos ou mesmo lançar suas ideias ao terreno sombrio do silêncio e da indiferença. Guiados por essa premissa, atentemo-nos ao encaminhamento expresso no seguinte fragmento:

Fragmento 8 (RAMOS, 2011, p. 259):

*As minhas notas difíceis acumulavam-se na valise. Não me resolvera a inutilizá-las. Pouco me importava que as vissem. Indiferença. Resistira, esperara que as viessem descobrir e inutilizar; persistiram, mal escritas, a lápis, em cima do guarda-vento.*

No excerto acima, notamos um comentário do autor sobre as notas que escreveu na prisão, descrevendo-as como em tão grande quantidade, que se acumulavam, embora considerando-as difíceis, mas dotadas de precioso valor. Entendemos também que se acumulavam por também não ter o que fazer com elas, nem onde guardá-las em lugar seguro que não fosse sua valise, objeto do qual Graciliano Ramos não se separou mesmo durante suas atormentadas horas de sono, pois as mesmas tinham o valor de um grande tesouro, um de seus bens mais importantes. Fica, assim, denotada a forma como esses pensamentos povoavam sua imaginação, de maneira dispersa e com difícil possibilidade de organização, mas que certamente em nenhum momento o abandonavam.

Ainda, Graciliano Ramos divaga sobre sua decisão em não jogar suas notas fora, sem se importar que fossem descobertas pelos guardas da prisão. Notamos então que há uma posição ambivalente com relação a sua produção: um certo temor pelo seu conteúdo, mas ao mesmo tempo a vontade expressa contida no excerto “esperava que as viessem descobrir” de que alcançassem outros olhos que as lessem, além dos seus, o que efetivamente aconteceu, já que “persistiram” armazenadas, ainda que, segundo seu julgamento, mal escritas à lápis, condenadas, assim, à postura ética de quem as encontrasse em mantê-las tais quais foram produzidas.

Poderíamos dizer que há tons de resistência e provocação ao desejar inclusive que fossem descobertas. Podemos considerar que o autor foi vencido pela sua produção, que mesmo sem conclusão, foi publicada. Insistimos: pela resistência as notas persistiram, ainda que mal escritas. O julgamento sobre suas notas revela sua capacidade crítica de forma aguçada não somente no que concerne à situação em que se encontrava (encarcerado), como também resistência no tocante às práticas políticas que comandavam o país aquela época.

Há um crivo seletivo nas notas produzidas que ascendem à condição de memória, seja pela falta de um lugar apropriado (foram produzidas no cárcere e não na sua escrivaninha), seja por continuarem em estado de dispersão. Podemos dizer então que, à medida em que Graciliano Ramos produzia suas notas, essas ganhavam, de certa forma, uma autonomia, fugindo de seu controle. Essa situação é a de todas as pessoas criadoras que lançam mão da escrita para expressar seus pensamentos.

Ainda, podemos detectar que o autor é cômico e reconhece que sua escrita pode ter um destino, mesmo que seja a destruição, como de fato o fez ao lançá-las nas águas do mar. Porém, a hesitação com relação a essas memórias pode expressar um estado de desânimo, falta de perspectiva de vida, própria da custódia prisional, para quem toma consciência das agruras de um destino funesto. Ou seja, as notas que se alçaram à condição de memória fizeram-se acompanhar em seu cotidiano após a prisão como marcas indeléveis das quais não conseguiu se afastar, considerando a posterior empreitada e dedicação na criação de uma obra durante praticamente um decênio.

Podemos, assim, pensar que a longevidade do período de produção das notas pode ser sugestiva de um ato de resistência, visto que Graciliano Ramos se conscientiza de que pode manter, pelo viés da escrita, traços de sua singularidade, demonstrando, assim, que o aprisionamento de um corpo não consegue apagar totalmente as vicissitudes da alma. Quer dizer, a prisão lhe provocou bastantes restrições, mas foi insuficiente para impedi-lo de pensar e escrever. Desse modo, as notas, ou melhor, essas memórias, são rastros de uma produção que pode ter vários destinos, mobilizar vários destinatários com surpresa, indagação, revolta ou mesmo o destino final: a publicação.

A sua atitude recalcitrante com relação ao possível destino das notas é o enredo que nos leva ao seguinte fragmento:

Fragmento 9 (RAMOS, 2011, p. 401):

*[...] Joguei-as na água. Representavam meses de esforço, nenhuma composição me fora tão desigual e custosa, mas naquele momento experimentei uma sensação de alívio. Não me ocorreu o prejuízo. O certo era que as notas significavam culpa, e se fossem descobertas isto me renderia aborrecimentos. Haviam escapado às fogueiras inevitáveis nos cubículos do Pavilhão quando nos anunciavam revista. Imprudência conservá-las naquele tempo. Agora isto era absurdo: não entrariam na Colônia. Perda escassa: estavam pessimamente redigidas, e longos anos tantas vezes me sucedera queimar prosa*

*ordinária que não me abalava a destruição de mais algumas páginas. De certo modo aquilo desculparia o desânimo e a preguiça, serviria de pretexto para furtar-me à obrigação cacete. Lam-se diluindo na água as minhas lembranças esparsas; não me seria possível reconstituir com segurança os cubículos povoados de percevejos, a sala escura da galeria, as redes oscilantes e o camarote do padeiro no porão do Manaus.*

No fragmento acima, damos continuidade às lembranças de Graciliano Ramos no que concerne as suas notas. Como já vimos até então, o autor já se mostrou resistente em desfazer-se delas, indicando que persistiram, ainda que mal escritas. Em um segundo momento, o autor nos indica um julgamento de valor quando nos informa que elas não valeriam nada. Já no excerto acima, temos um outro encaminhamento em relação às notas: o autor conta sobre quando resolveu se inutilizar das anotações, jogando-as na água. Nesse momento, inicialmente refletimos: Por que na água? Por que não ateou fogo? Pensamos que, possivelmente, ao destinar suas notas à fluidez das águas, ele esperava que pudessem encontrar um lugar de abrigo.

Nesse ponto de nossa reflexão, podemos dizer que as anotações significavam muito para ele, tanto em valor, pois consumiu meses de esforços e de sobrevivência naquele lugar, quanto em peso para carregar. Porém, alívio em terem sido entregues à fluidez das águas. O alívio pode paradoxalmente ser considerado como a possibilidade de entregar suas notas ao dinamismo das correntezas marítimas que fazem um ponto de ligação, único possível, entre o Estado do Rio de Janeiro e sua terra natal.

A seguir, o fragmento apresenta uma posição contrária: o autor reconhece que o destino dado as suas notas lançando-as às águas representa uma perda. Indaga a si sobre se o que fez era certo, pois apesar de terem escapado das revistas na prisão, certamente não escapariam naquele momento; entretanto, ter se desfeito delas teria sido, no seu julgamento, um prejuízo. Confirmamos, então, que as notas tinham duplo valor: foram uma perda escassa por estarem mal redigidas, em sua concepção, sendo nesse momento um alívio, mas perda de valor por não ser mais possível que ele reconstituísse com tantos detalhes e segurança os diferentes e lúgubres espaços da prisão e todas as mazelas que lhe ocorreram.

Os desdobramentos depreendidos da passagem nos possibilitam concluir que as notas são rastros que deixam pegadas; memórias que se reconstituem continuamente: o que fazer com uma produção que, uma vez vindo a lume, escapa ao controle de seu criador? Provavelmente Graciliano Ramos se deu conta de que as notas, uma vez

produzidas, tinham vida própria. Quer dizer, escaparam ao seu controle e domínio, pois o lançamento ao mar não significou um fim, visto que nos anos seguintes ocupou-se de reconstituir, um a um, esses vestígios de memória.

De certo modo, a inquietação de Graciliano Ramos acerca de suas notas parece sugerir o seu temor em relação ao conteúdo das mesmas, uma vez que aventa a possibilidade de culpa e aborrecimento: as cenas que presenciou eram de uma dureza que descrevê-las poderia ter consequências desagradáveis para si, uma vez que impera nas prisões a lei do silêncio, ou seja, nada se ouve, nada se vê, nada se diz. Diante de uma perda irreparável (as notas seguiriam o fluxo das águas) teve consciência de que é possível reconstituir os cenários que ainda estavam vívidos em sua memória, mesmo que fossem lembranças longínquas e fugidias.

Embora saibamos que a perda dessas notas foi considerada inicialmente a razão para a não realização do livro, sabemos também, no decorrer da leitura da obra, que lhe foi possível reconstituir os cubículos povoados de percevejos, as conversas compartilhadas com as consideradas amigas rápidas e casuais dos companheiros de cela, entre tantas outras lembranças que eram veementes e não o abandonavam, pois sem as notas, foi como voltar o caminho percorrido sem o auxílio das migalhas de pão metafóricamente jogadas por João e Maria pelo caminho. Assim, a narrativa torna-se subjetiva, livre. A literatura é a liberdade em que o autor se ancora, já que, de acordo com Rigney (2008), modos de expressão literários podem fornecer o único meio disponível para relembrar certas experiências difíceis de articular de qualquer outra maneira.

Entretanto, o alto custo subjetivo que essa experiência lhe causou não permitiu que finalizasse seus escritos. Talvez por julgar que não estavam verossimilhantes o bastante, talvez por pensar que eram “histórias simples” e necessitavam de consertos, mas talvez por não conseguir pôr no papel, transformar em escrita toda a angústia que transbordava em si.

Entendemos, ainda, que há um sentido no fato de ter jogado suas anotações no mar, pois mesmo no fluxo das águas, as anotações continuaram em sua memória, por dez anos, sem afundar no oceano de sua consciência, mas emergindo na superfície de suas lembranças, pois ainda que fossem partículas imprecisas em termos de precisão dos lugares ou da temporalidade, eram lembranças permanentes em sua memória. Não que o tempo se apague, mas desliga-se da cronologia restrita das lembranças evocadas (BASTOS, 1998), pois não era a intenção do autor narrar com exatidão quando e onde determinado fato ocorreu, mas sim que ele ocorreu.

Ainda, devemos considerar que essa obra deve ter um lugar próprio em relação aos outros livros de Graciliano Ramos, visto que além da imaginação criativa na construção de personagens para determinado enredo, há um ingrediente singular na tessitura dessa narrativa: o próprio autor.

Ao ler as páginas de *Memórias do cárcere*, sofremos, surpreendemo-nos junto com o autor, que só teve como construir uma narrativa de tamanha riqueza por haver passado por essa experiência. Em outras palavras, poderíamos conjecturar que se Graciliano Ramos não tivesse sido preso, talvez não tivesse escrito essa obra. Mas a questão é que ele foi preso e por isso se criaram as *Memórias do cárcere*, de forma que a escrita é indissociável da experiência: a escrita é vida, ou seja, a luta incessante contra a correnteza que insiste em sinalizar a morte.

#### 4.3 Incertezas, ambiguidades e recalcitrâncias

A seguir, cotejaremos passagens que são reveladoras de circunstâncias vividas por Graciliano Ramos que tracejam momentos de incertezas, ambiguidades e obstinação. Entende-se que ante as situações que se repetem continuamente em um cotidiano prisional sejam propícias à emergência desse tipo de sensações e posicionamentos morais. Com isso, não estamos isentando a possibilidade de o autor, independentemente da prisão, ser habitado também por essas sensações.

Enveredando por essa forma de compreensão, poderíamos afirmar que as *Memórias do cárcere* não se distanciam de um tratado singular sobre transformações subjetivas que decorrem da condição de encarceramento. Sendo assim, dispomos, para análise, de vestígios de suas notas entrecortadas relacionadas à obra cuja temática aborda o universo carcerário. Dessa maneira, apresentamos como abertura desse tópico um fragmento bastante elucidativo.

Fragmento 10 (RAMOS, 2011, p. 33):

*Realmente não me lembro de árvores nem da ronda: isto é suposição. Esqueci pormenores ou não os observei.*

É relevante observar a convicção apresentada por Graciliano Ramos acerca de seu esquecimento, principalmente ao se valer da palavra *realmente*. Ou seja, no tocante a alusões tanto de rituais rotineiros da prisão quanto dos atributos naturais que compunham

o seu cenário, como árvores, as imagens esvaíram-se de seus pensamentos, levando-o a conjecturar que tais referências não passam de suposições, apresentando como justificativa a possibilidade de ter esquecido de pormenores ou não os tê-los observado.

No contexto da construção das memórias dos diferentes momentos relativos à travessia em instituições prisionais, essa postura de incerteza pode ser considerada como uma tentativa de afastamento dos horrores da prisão. Porém, no mesmo bloco de lembranças que intencionava delas se afastar estavam incluídos aspectos e pormenores que fazem parte da vida no extramuros prisional.

A esse respeito, vale situar o pensamento de Freud (1994, p. 149) acerca do esquecimento: é bastante comum na operação do esquecimento a pessoa livrar-se de uma lembrança atormentadora, porém, junto com a mesma, são esquecidas outras tantas lembranças que podem estar relacionadas, ou não. De certo modo, o material esquecido ressurge nas atitudes de incertezas e ambiguidades, pois “é lícito afirmar que a pessoa não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua. Ela não o reproduz como lembrança, mas como ato, ela o repete, naturalmente sem saber o que faz”.

Encontramos, assim, uma via de explicação para a atitude de incerteza expressa nos rabiscos, como ele próprio intitula suas notas, acerca da atitude de incerteza de Graciliano Ramos, quer dizer, ao invés de lembrar de cenas anódinas que remetem aos horrores da prisão, tem a vivência de dúvida, embora categoricamente apresenta a convicção de que esses conteúdos realmente não fizeram parte de sua imaginação.

Entendemos a função e dinâmica do esquecimento como funções protetoras diante das situações incontornáveis e dolorosas vividas na prisão, visto que como o autor expressa, em algum momento, teve a sensação de ser também um infrator, embora admita que o contexto prisional o encaminhou para esse abismo, conforme depreendemos a seguir:

Fragmento 11 (RAMOS, 2011, p. 117):

*O pior é que nos sentíamos infratores, éramos levados a admitir isso. Sinais intempestivos de compaixão, simples referência ao ambiente sórdido, à horrível miséria, mais nos reforçariam a certeza. Tínhamos delinquido, sem dúvida. Muitas daquelas criaturas ignoravam que delito lhes imputavam. Na verdade, não imputavam: mantinham-nas em segregação, e isto devia bastar para convencê-las.*

A passagem acima traz vários encaminhamentos acerca de uma experiência de luta, diante da qual Graciliano Ramos viveu momentos de ambiguidade, questionando sua própria condição (de não ser criminoso), bem como de outros prisioneiros. No entanto, mesmo com os mais potentes recursos de que dispunha nessa batalha, em alguns momentos, pareceu deixar transparecer que os grilhões da prisão eram bem mais poderosos.

Diante da ciência desse fato, não sucumbiu, valendo-se da única arma de luta que dispunha: papel conseguido com a ajuda de prisioneiros que a ele se aliaram em função da idolatria de conviver com um homem letrado e lápis, também conseguido clandestinamente.

Baseando-nos nas nuances já apresentadas, salientamos que Graciliano Ramos reconhece o fato de não ter cometido nenhum crime, mas mesmo assim, não descarta a possibilidade de sentir-se infrator e esse sentimento evidencia uma contradição: apesar de não ser criminoso, era tratado como um. Igual compreensão é estendida por Graciliano Ramos a outros prisioneiros, sendo esse um momento em que admitiu ter uma condição de igualdade com os demais: todos sob a mira da violência e segregados.

É mister observar que a aplicação das regras nas intuições prisionais equiparava criminosos e não criminosos de modo que dificilmente Graciliano Ramos, uma vez no convívio cotidiano com pessoas criminosas, conseguisse, mesmo com a certeza de não ter cometido crime, ser habitado pela hesitação e dúvida se realmente ele era um infrator. A sua forma de escrita em primeira pessoa do singular nos leva a afirmar que, nesse contexto, Graciliano Ramos viu-se fazendo parte de um coletivo de prisioneiros, pelo menos aqueles que sequer tinham noção acerca do delito cometido, se é que cometeram. Quer dizer, as evidências falam mais alto do que as próprias convicções.

Há ainda a expressão de um estado de revolta quando o autor imputa às autoridades o autoritarismo pelo estado de segregação. Dito em outros termos, para Graciliano Ramos, os agentes estatais calcados em suas posturas autoritárias julgam-se senhores acima do bem e do mal para determinar o destino de outras pessoas nas piores condições de vida, pois não basta um crime para justificar e convencer as autoridades a decretação de uma prisão e sim as suas próprias condições outorgadas pelo poder. É interessante observar que uma simples suspeita se transforma em uma justificativa plausível para a reclusão de uma pessoa, sem quaisquer preocupações acerca dos danos objetivos e subjetivos que o encarceramento possa produzir.

Essa elucidativa passagem evidencia nuances do processo de homogeneização decorrente da assimilação da cultura prisional em razão de uma prolongada estadia em instituições de reclusão, conforme descrito por Foucault (2008), próprio de situações em que massas humanas são mantidas controladas e vigiadas em condições de segregação. Além do mais, a ambientação à prisão funciona para levar a pessoa aprisionada a adquirir, como afirma Thompson (1980, p. 23), “o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocado, a ponto de se tornar característico dela. (...) transforma-se, de um golpe, numa figura anônima de um grupo subordinado; traja as roupas dos membros desse grupo; é interrogado e admoestado”.

Também, pode-se observar que as certezas de Graciliano Ramos são abaladas quando admite que, se está naquele lugar, deveria ter cometido algum delito ou se sentir como quem o cometeu. Assim, justifica para si próprio a estadia nas instituições prisionais embora não lhe fosse claro se teria cometido um crime ou mesmo se seria acusado de um, mas em nenhum momento abriu mão de sua disposição para lutar, ou seja, embora tenha tido pensamentos de parar de escrever, não seguiu por esse caminho e continuou a produzir as suas notas. Assim, sobreviveu à mortificação gradativa do ambiente prisional. Porém, não conseguiu livrar-se de algumas de suas mazelas, bem como da lembrança dos hábitos higiênicos, alimentares e de repouso construídos na prisão para sobreviver.

Contudo, as manobras dos agentes do poder tinham por motivação o autoconvencimento de que as pessoas segregadas, uma vez nessas condições, seriam obrigatoriamente criminosas e, assim, Graciliano Ramos entrou no rol de pessoas segregadas em cárcere, cujas autoridades se esmeram em enunciar a sentença de morte. Diante desse veredicto, Graciliano Ramos se mobiliza conforme constatamos no fragmento seguinte:

Fragmento 12 (RAMOS, 2011, p. 152):

*Precisamos viver, embora não seja certo que a nossa vida represente qualquer utilidade.*

O fragmento abre com uma advertência de luta: precisamos viver, mesmo ante a incerteza acerca do valor da vida de cada um. Podemos entender essa advertência como um tipo de enunciação em função do qual Graciliano Ramos se atribui o papel de portavoz das pessoas submissas, aviltadas e humilhadas nos ambientes prisionais. Vale lembrar que, conforme pontua Thompson (1980), a decretação da prisão de um ser humano

consiste unicamente na perda de um direito: a liberdade. Contudo, o tratamento de custódia não pode deixar de cumprir os outros direitos, principalmente aqueles concernentes à manutenção da vida. Desse modo, diante de tantas ameaças advindas de várias fontes, prisioneiros e autoridades, Graciliano Ramos lança para si mesmo um questionamento acerca do valor da vida.

A esse respeito, nos reportamos à exortação de Ginzburg (2012, p. 123) de que “a história da literatura brasileira poderia ser contada a partir do ponto de vista de suas relações com a violência”. Nada mais apropriado do que esse encaminhamento para refletirmos sobre a obra do nosso estudo. Destacamos o caso em questão de Graciliano Ramos em relação à experiência no cárcere. Os cenários onde ocorrem as situações de violência polarizam-se em um movimento em que, de um lado, encontra-se a vida e, do outro, a morte. É o que depreendemos do fragmento acima.

Vale a penas reafirmar uma particularidade do fragmento bastante elucidativa no que diz respeito à conclusão de Graciliano Ramos sobre o seu posicionamento ético em relação à prisão: era preciso continuar vivendo, embora julgasse que sua vida não fosse de grande valia tanto para aqueles com quem convivia cotidianamente quanto, em maior extensão, para a sociedade. Constata-se, então, nesse relato, a expressão de uma pessoa que, em razão de encarceramento, viu diante de si a morte sempre iminente, motivo pelo qual os acontecimentos cotidianos da prisão ocupam um lugar de destaque.

Nas pegadas deixadas por esses vestígios que podem ser depreendidos nas notas, estamos diante de uma escrita que se reverte em construção da memória como uma possível aposta da vida se considerarmos a sua luta, resistência e obstinação, mesmo se considerarmos que as cenas (vivas ou imaginadas) não se acomodaram completamente no passado: a prisão deixa marcas indeléveis, além de permanentes. Por isso, o presente é repleto de imagens atormentadoras que, de forma intrusiva, configura uma experiência traumática e, por esse motivo, esfumaçam a avaliação da validade de um projeto de vida, quer dizer, como afirma Seligmann-Silva (2000, p. 84), “o trauma é justamente uma ferida na memória”. Acrescentamos: uma ferida que para Graciliano Ramos a possibilidade de cicatrização sequer ocorreu, ou mesmo tendo ocorrido, deu-se de forma bem precária. Nesse sentido, o rastro indelével de uma prisão é uma sequela que um dia começou, mas que provavelmente só encontra alívio na morte.

Enveredando por essas sendas, apresentamos o próximo fragmento, que trata da continuidade do questionamento anteriormente proposto, mas igualmente descreve um aprofundamento sobre as impossibilidades de desvencilhamento das impressões e

estigmas decorrentes da assimilação da cultura prisional e da decretação, pelos aparelhos de Estado, de um título nada honorífico: criminoso. Nesse sentido, lancemos um olhar aguçado nos pormenores do fragmento.

Fragmento 13 (RAMOS, 2011, p. 219):

*Que nos podia acontecer? Seríamos postos em liberdade ou continuaríamos presos. Se nos soltassem, bem: era o que desejávamos. Se ficássemos na prisão, deixar-nos-iam sem processo ou com processo. Se não nos processassem, bem: à falta de provas, cedo ou tarde nos mandariam embora. Se nos processassem, seríamos julgados, absolvidos ou condenados. Se nos absolvessem, bem: nada melhor esperávamos. Se nos condenassem, dar-nos-iam pena leve ou pena grande. Se se contentassem com a pena leve: descansaríamos algum tempo sustentados pelo governo, depois iríamos para a rua. Se nos arrumassem pena dura, seríamos anistiados, ou não seríamos. Se fôssemos anistiados, excelente: era como se não houvesse condenação. Se não nos anistiassem, cumpriríamos a sentença ou morreríamos. Se cumpríssemos a sentença, magnífico: voltaríamos para casa. Se morrêssemos, iríamos para o céu ou para o inferno. Se fôssemos para o céu, ótimo: era a suprema aspiração de cada um. E se fôssemos para o inferno? A cadeia findava aí. Realmente ignorávamos o que nos sucederia se fôssemos para o inferno.*

O fragmento que nos propomos a analisar nesse momento inicia com os pensamentos do autor em meio a uma indagação sobre suas possibilidades, em uma espécie de autoquestionamento sobre os dias vindouros, seja na prisão ou fora dela. Contudo, fica claro que, qualquer que seja a alternativa, não há meios de se livrar das marcas indeléveis da prisão.

Em seguida, são conjecturadas hipóteses sobre os possíveis destinos de uma pessoa que se encontra no cárcere, sem que seja vislumbrada uma saída satisfatória, até chegar na opção de fim de linha, a morte: a partir daí, abrir-se-iam dois caminhos; o céu, que pelas leis divinas seria o final pretendido, ou o inferno, em que não haveria como saber o que aconteceria caso seguissem por esse caminho, ou seja, o autor constrói discursivamente um beco sem saída para o seu personagem.

A escrita desse fragmento é bastante contundente. Graciliano Ramos, ao utilizar a primeira pessoa do plural como um índice de referência, evidencia um laço identificatório com as outras pessoas encarceradas, sendo que poucas vezes se

posicionou. Quer dizer, ele conjectura que o que acontecesse com um dos outros prisioneiros poderia provavelmente acontecer consigo, já que todos estavam sob a rubrica de presos, embora sua situação fosse bastante singular, como reiteramos mais uma vez: preso sem processo de acusação, julgamento e condenação. Assim, podemos dizer que essa passagem contém o teor de uma denúncia em relação às injustiças sofridas pelo autor que, mesmo preso, jamais compreendeu o motivo de sua segregação.

O leque de possibilidades aventadas traduz-se nas dúvidas e incertezas de Graciliano Ramos em relação ao Estado e aqueles que diretamente respondem pelo controle e vigilância, ficando demonstrada, assim, a sua atitude de revolta e insatisfação.

Tomando os meandros da escrita, depreendem-se desenlaces com valores opostos, porém estamos diante de uma escrita sempre reveladora do temor em relação ao que se pode esperar da prisão. De certo modo, podemos nos aventurar a admitir que essa memória em forma de questionamento pode ter sido acionada pela constatação do que seria o viver após uma estadia em ambientes prisionais.

O trecho final, que alude à ida para o inferno, pode ser considerado, em analogia à travessia do Hades, mas igualmente ao pensamento de Dante Alighieri (1989) quando sugere que devemos procurar uma fresta para sair das trevas do inferno e encontrar a luz das estrelas. Essa fresta, na obra *Memórias do cárcere*, pode ser tributada à escrita que faz perfilar, mesmo que de forma longínqua, rastros e vestígios de memória.

Mais uma vez Graciliano Ramos lança mão de contrastes (céu-inferno) para explicitar o universo da prisão, que pode ser considerada uma representação do inferno. As dúvidas, reticências e incertezas do autor cabem bem à prisão: lugar onde se entra vivo, mas que sobreviver nele é a grande exceção, talvez uma espécie de conquista cotidiana, visto que cada passo que é dado em direção à vida não é garantia de um esforço realizado, pois pode ser desfeito a qualquer momento.

O clima de incerteza, desconfiança e desânimo parece ter feito parte dos dias de Graciliano na prisão. Mesmo assim, a certeza de que sairia vivo dela o levou a elaborar planos para a sua continuidade, conforme explicita o fragmento seguinte:

Fragmento 14 (RAMOS, 2011, p. 58):

*Quando me soltassem, ver-me-ia forçado a trabalhar com óculos. Trabalhar. Trabalhar em que? Achava-me vazio, imprestável. Desânimo, burrice. Lá fora não conseguiria fazer nada.*

Destrinchando o fragmento acima, depreende-se uma situação de vida bastante desfavorável em termos de uma perspectiva de futuro hipotética e, de certo modo, improvável. Verifica-se também a utilização de um recurso marcado por um par de opostos: trabalhar é uma ideia contrária à ociosidade da prisão, especialmente em termos da possibilidade de metrificação da temporalidade. No entanto, a atividade laborativa que por ventura poderá ocorrer após a prisão, em função das sequelas, somente poderá ser realizada com a utilização de próteses, no caso simbolizada pelos óculos. Não apenas verifica-se um prejuízo de cunho objetivo, como também uma perda que traduz uma vida futura, plena de obstáculos e dificuldades.

Há um questionamento sobre a finalidade do trabalho, especialmente em termos de sua serventia para a vida com relação a uma pessoa marcada pelos grilhões da prisão, o que se constata nas sensações experimentadas de vazio e inutilidade expressas em uma temporalidade verbal que remonta a um imperfeito. Provavelmente, esse tempo verbal sugere que a prisão não só produz mazelas para o corpo, como realiza o sequestro de alma, conforme mencionou Foucault (2008), tornando as pessoas presas praticamente desprovidas de ideias e inúteis.

Esses efeitos são experimentados por Graciliano Ramos e nomeados de desânimo e burrice como a constatação mais fiel de seu estado de tristeza e da brutal queda de recursos para dar continuidade à vida. Desse modo, o horizonte que se apresenta no seu devir é incerto, sombrio e improvável.

Esses encaminhamentos sugerem que Graciliano Ramos é cômico dos danos subjetivos produzidos pela custódia prisional, conformando-se em rastros de memória a dimensão de sua transformação pessoal decorrente das condições e argumentos que lhe levaram à prisão. São vestígios de situações vividas que atravessam seu horizonte existencial demonstrando evidentes sinais de estreitamento, bem como de ausência de perspectiva.

Pode-se argumentar que a imagem depreendida nessa passagem é o contraponto da violência sofrida que, na condição de recorrente, povoa continuamente os pensamentos de Graciliano Ramos de forma a restringir suas possibilidades de vida e seu ânimo.

As incertezas quanto ao futuro após a saída da prisão são estendidas também ao provável destino dos outros prisioneiros, ou seja, Graciliano Ramos revela, nesse contexto, uma preocupação de cunho coletivo, embora tome como foco a própria pessoa. De certo modo, essa preocupação é a evidência do entendimento sobre os prejuízos causados pela prisão que afeta, praticamente, conforme sinalizou Thompson (1980), todas

as pessoas, incluindo a equipe dirigente e os aprisionados. Quer dizer, a prisão produz marcas nas pessoas aprisionadas do mesmo modo que afeta aquelas que são encarregadas de vigilância e controle, mesmo que esses agentes não se valham de métodos violentos para intimidação e mortificação.

#### 4.4 Relações com as pessoas

Uma das nuances que podem ser apreendidas das linhas tracejadas na obra consiste no relacionamento do autor/narrador com pessoas de convivência nos espaços estabelecidos para pessoas criminosas e condenadas.

A convivência com uma massa de pessoas desconhecidas e estranhas foi um grande aprendizado na vida de Graciliano Ramos que, a cada dia, expressava perplexidade em relação aos rituais da instituição. No entanto, a imperiosidade de convivência coletiva tem diversas consequências: em princípio, na construção de novos hábitos, na obrigatoriedade de deixar para trás hábitos corriqueiros da vida, dormir ao lado de desconhecidos que também, em muitas ocasiões, são verdadeiras ameaças e, raramente, estabelecer vínculos de confiança e amizade como podemos apreender na observação atenta dos seguintes fragmentos:

Fragmento 15 (RAMOS, 2011, p. 635):

*Embalar-me nas aventuras de Gaúcho, saber como ele fugira de Fernando de Noronha. Esvaíra-se o princípio dessa fuga arriscada – e era preciso reconstituí-la. Embora o pormenor não tivesse importância, agarrava-me a ele, queria debalde lembrar-me de uma frase duvidosa, em gíria. Provavelmente as narrações de Gaúcho eram mentiras, e isto me prendia – e nos aproximava. Que havia nos meus livros? Mentiras.*

Fragmento 16 (RAMOS, 2011, p. 452):

*Ó Gaúcho, perguntei, você sabe que eu tenho interesse em ouvir as suas histórias?*  
*- Sei. Vossa mercê vai me botar num livro.*  
*- Quer que mude seu nome?*  
*- Mudar? Porquê? Eu queria que saísse o meu retrato.*  
*Logo se esquivava, humilde, engrandecia os talentos de alguns companheiros:*

*- Mas vossa mercê está perdendo o seu tempo comigo. Eu sou um vira-lata. O pouquinho que faço, aprendi com minha mulher, que é uma rata de valor: trinta e duas entradas na Casa de Detenção.*

Ambas as passagens demonstram uma proximidade de relação com um certo tom de encantamento mútuo: a admiração do Gaúcho pelo homem letrado que poderia eternizá-lo como um personagem de uma obra e o interesse de Graciliano Ramos pelas histórias mirabolantes contadas pelo seu companheiro de prisão. De certo modo, a argúcia com a qual Gaúcho destrinchava os enredos de ações praticadas interessou a Graciliano Ramos, que, ao nomeá-los como mentiras, encontrou um alinhamento dessas histórias com produções literárias, marcando, assim, um elo comum entre o escritor e um ladrão bem-humorado que se reporta ao passado de forma gloriosa em tom de criação.

Pormenorizando os fragmentos, vemos a descrição de diálogos ocorrido entre o autor e um de seus colegas na prisão, cujo codinome Gaúcho é a referência do aprisionado no sistema prisional, tendo sido notabilizado, segundo Graciliano Ramos, pela maneira com a qual relatava heroicamente suas proezas e as de sua esposa.

Nesses fragmentos, fica evidente o interesse de Graciliano Ramos pela escuta das histórias narradas pelo Gaúcho pois, em sua avaliação, essas histórias contêm o germe de uma boa produção literária. Movido por esse interesse, enunciou a esse companheiro sua pretensão de escrever um livro sobre o que viveu e o que presenciou nos tempos em que foi forçado a conviver e sobreviver sob custódia, dando a entender que sua intenção era a de produzir um farto material sobre suas memórias na prisão.

Esse prisioneiro, envaidecido pelo convite, sentindo-se importante, responde humildemente, tratando Graciliano Ramos pelo pronome de vossa mercê, modalidade coloquial de tratamento pelo qual pessoas de uma categoria social tratam outras que se apresentam, em função de vários determinantes, como pertinente às camadas superiores da sociedade.

Para melhor qualificar a construção de sua narrativa, Graciliano pergunta se Gaúcho deseja mudar de nome na obra, ao que tem como resposta a negativa, desejo que o autor respeitou. Evidentemente, não pode atender a sua expectativa de figurar em imagem em uma das páginas de sua obra, embora não desconhecesse que o prisioneiro em questão tivesse expressado o quão isso era importante para ele.

Entretanto, o prisioneiro em questão, Gaúcho, era atravessado por um grande desmerecimento, que podemos assim entender: julgava-se de pouca importância para figurar no escrito de um eminente escritor, ou seja, não se achava digno de ser tratado em

um livro por, analogamente, considerar-se um vira-lata, cão sem dono e sem rumo, sempre à deriva, à espera de um acolhimento. Essa forma de comparação revela a maior desvalorização que um ser humano pode se dar, uma vez que é imputado aos vira-latas terem pouco valor, inclusive comercial, por não terem uma raça definida.

Ao mesmo tempo, ao contar que aprendeu o que sabe com sua mulher, engrandece-a com a denominação de rata de valor, pois apesar de ratos serem animais do submundo dos esgotos, vivendo do que conseguem surrupiar, em seu julgamento, ela tinha valor pela astúcia em suas andanças: resistiu várias vezes às inúmeras passagens pela prisão.

Curiosamente, a transformação do rato em um animal de valor é proporcional à transformação do vira-lata em um animal desprezível, configurando, assim, o contexto da relação amorosa entre esses dois infratores. Dificilmente Gaúcho enquadraria Graciliano Ramos em quaisquer dessas rubricas, especialmente por tratá-lo de vossa mercê.

Esses excertos são bastante elucidativos em termos da categorização, pelo preso referido como Gaúcho, de três tipos de pessoas: o escritor Graciliano Ramos, enaltecido pela sua capacidade criativa é colocado em um patamar superior, o interlocutor que se apresenta em condição de rebaixamento e, por fim, a caracterização de sua companheira como uma pessoa com traços de perícia em driblar as malhas do aparato prisional. Acreditamos que há evidenciada, de certo modo, a reprodução da estrutura relativa ao contexto social, mas sem posicionar o lugar dos agentes de dominação e de controle.

Os excertos acima ainda nos permitem observar que, nas memórias narradas na obra, o que importa não é unicamente a vida individual de Graciliano Ramos, mas a situação política e social que poderia, segundo palavras do próprio autor em sua humildade recorrente, ter sido escrita por vários companheiros mais capazes. A questão é que embora não reconheça, em seus escritos, o poder de ameaçar os ditames governamentais, Graciliano foi preso pelo teor dos mesmos e por ter sido preso é que foi capaz de narrar, com destreza e habilidade, mais do que com capacidade, as “aventuras” sofridas pela comunidade carcerária.

É por essa razão que embora a história seja contada pelo seu ponto de vista, é no narrar as histórias da coletividade “que Graciliano Ramos está narrando a sua própria história. (...) O livro realiza um movimento ambíguo que vai da coletividade para o indivíduo e desse para aquela” (BASTOS, 1998, p. 54).

A imperiosidade de produção da escrita impôs-se a Graciliano Ramos como forma de denúncia e ameaça e sarcasmo, pelo menos, essa teria sido a repercussão que o anúncio

de uma escrita provocou no diretor da Colônia Correccional de Dois Rios, momentos antes de sua saída da referida prisão em consequência da chegada de uma mensagem, conforme pode ser observado no fragmento seguinte.

Fragmento 17 (RAMOS, 2011, p. 516):

*Chegávamos à cancela. E experimentei de chofre a necessidade imperiosa de expandir-me numa clara ameaça. A desarrazoada tentação era tão forte que naquele instante não me ocorreu nenhuma ideia de perigo.*

*- Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.*

*- Pagar como? exclamou a personagem.*

*- Contando lá fora o que existe na ilha Grande.*

*- Contando?*

*- Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel. O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:*

*- O senhor é jornalista?*

*- Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.*

*O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:*

*- A culpa é desses cavalos que mandam para aqui gente que sabe escrever.*

Há, da parte de Graciliano Ramos, o reconhecimento de que a sua prisão, mesmo sendo completamente desnecessária, teve uma serventia, provavelmente por nunca ter lhe ocorrido construir um enredo desse teor ou jamais teria pensado de escrever memórias da prisão.

Assim, podemos dizer que se abriu um pórtico para ele, com a argúcia de sua escrita, levar ao conhecimento da sociedade os meandros da existência de um lugar taciturno e infernal em cujo frontispício metaforicamente há um dístico que sinaliza: os que aqui entram vêm, quase sem outra alternativa, ao encontro do inevitável referente ao destino do ser humano.

No diálogo supracitado, a conversa não envolve Graciliano Ramos e um de seus colegas da prisão, mas sim o autor e um dos diretores da prisão. Inicia a transcrição do diálogo por confessar que naquele momento um lampejo de ameaça lhe surgiu, sem pensar no perigo que poderia daí advir ao fazê-lo e, seguramente, o fez: sentenciou para o médico diretor, com muita ironia em sua narrativa, que pretendia escrever um livro contando tudo o que aconteceu consigo na prisão e também descrevendo as minúcias e

agruras do ambiente prisional. Essa revelação, em tom oracular, tem a conotação tanto de denúncia quanto de ameaça, apresentada de forma escamoteada, aos agentes do aparato estatal.

Aqui, notamos a reação do diretor sob a perspectiva de Graciliano Ramos: olhos duros, rosto cortante e com sombras que lhe cuspiam a mensagem de que a culpa é de cavalos (quais mais especificamente?) que mandavam para a prisão pessoas que sabiam escrever e poderiam contar o que acontecia dentro de uma instituição que estava sob sua responsabilidade.

Ao fazer parte de um pequeno grupo de pessoas que tomam como ofício de vida encarregarem-se de produções literárias, Graciliano Ramos estava ciente da ameaça que provocara nos agentes que administravam a prisão. Expliquemos melhor: provavelmente, esses agentes entraram em pânico na medida em que reconheceram o poder que a arma da escrita poderia realizar, especialmente ante a ameaça de que a prisão lhe dera um rico material para a construção de uma obra.

Para os agentes administrativos, essa advertência transformou-se em uma ameaça, certamente pelo fato de que temiam que fosse de conhecimento público os horrores ali praticados, ou seja, os maus-tratos imputados aos prisioneiros, para os agentes administrativos, devem ser considerados como correções necessárias e não serem descritos como modalidades de violência.

Entretanto, não apenas essa autoridade reconheceu a veia criativa da pessoa que estava diante de si, como também não desconheceu as precárias e aviltantes condições das prisões e do encarceramento, sendo a passagem uma crítica de forma direta aos agentes de controle do Estado que não são cuidadosos em suas decisões no sentido de refletir quanto ao encarceramento de pessoas, ainda mais aquelas com reconhecidos dotes intelectuais e uma vida pública consolidada.

Há, sem dúvida, nessa postura irônica, uma espécie de intimidação de Graciliano Ramos ao evidenciar que, pela sua condição criativa, pode encontrar uma saída, ou melhor, uma fórmula de vida pela escrita. Ou seja, é como se Graciliano Ramos enunciasse ao seu interlocutor: vocês (o aparato Estatal de controle) só conseguem inibir os ritmos pulsantes do meu corpo, jamais coibirão o meu espírito, que será, para sempre, livre para criar.

Além disso, Graciliano Ramos sabia que dispunha de uma poderosa ferramenta, como também sabia que sua vida após o período de encarceramento seria sempre traçada pelas experiências na prisão, ao deixar claro que a sua interação, mesmo forçada, com os

espaços prisionais, os colegas presos e os agentes estatais teria um fim singular, visto que além do seu sofrimento, sua curiosidade o fez enveredar pelo viés da memória e dar a ver um lugar lúgubre e mortal.

Não obstante, diante dos diversos infortúnios e da incerteza em manter-se vivo, Graciliano Ramos tentou, na medida do possível, produzir suas notas, o que pode ser considerado um esforço ou mesmo uma forma de elaboração para suportar as constantes intempéries da custódia prisional e, mais ainda, conseguir viver com as imagens atormentadoras gestadas por essa experiência que dificilmente se descolaria de seu pensamento. Quer dizer, na medida em que a prisão não se justificava para Graciliano Ramos, por acreditar não ter cometido um crime, as experiências da prisão não alcançaram a dimensão de um passado, sendo um presente contínuo, provável motivo da não finalização da obra.

O tom de perplexidade de indignação transparece no fragmento a seguir:

Fragmento 18 (RAMOS, 2011, p. 661)

*O advogado sentou-se, afastou essas lamúrias com um gesto seco, abriu a pasta e começou a interrogar-me. Era o primeiro interrogatório a que me submetiam. Ouvi perguntas e dei respostas embrulhadas; maquinalmente peguei uma folha de papel e um lápis; mas achava-me tão confuso que, referindo-me à Casa de Detenção, fiquei sem saber se devia escrever detenção com s ou ç. Risquei, tornei a riscar - a incerteza permaneceu. No cipoal de questões enrasquei-me:*

*- Ora, doutor, para que tantas minúcias? Como é que o senhor vai preparar a defesa se não existe acusação?*

*O advogado estranhou a minha impertinência. Em que país vivíamos? Era preciso não sermos crianças.*

*- Não há processo.*

*- Dê graças a Deus, replicou o homem sagaz espetando-me com o olhar duro de gavião. Porque é que o senhor está preso?*

*- Sei lá! Nunca me disseram nada.*

*- São uns idiotas. Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui regularmente, com processo.*

*- Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor?*

*- Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo.*

*Não me ocorrera tal coisa. Os meus romances eram observações frágeis e honestas, valiam pouco. Absurdo julgar que histórias simples, produto de mãos débeis e inteligência débil, constituíssem arma. Não me sentia culpado.*

No fragmento acima, evidenciamos que Graciliano Ramos finalmente encontra-se com um advogado que, em sua interpretação, tinha trejeitos secos, nada simpáticos. Além dessa, notamos algumas outras nuances.

Inicialmente, notamos uma dúvida sutil que normalmente não ocorre a um escritor de sua magnificência: tinha dúvidas sobre se escrevia determinada palavra com S ou Ç. Essa dúvida evidencia que Graciliano Ramos, nessa interpelação, estava funcionando psiquicamente em dois registros, conforme aponta Freud (1976): na esfera dos processos conscientes, a escrita dessa palavra se impunha por duas vias, com S ou com Ç. Contudo, em termos da lógica inconsciente, essa distinção não tem qualquer expressão visto que o que importa é a materialidade do significante sonoro.

Provavelmente, essa dúvida seria um disfarce jocoso de surpreender um interlocutor, ou seja, como um escritor pode apresentar essa situação de dúvida? Por outro lado, mesmo diante do advogado, coloca em xeque as possibilidades do que o mesmo poderia fazer, apresentando até um desfecho possível: não há processo nem condenação. Assim, a presença de um advogado sequer seria necessária. Argutamente, o advogado lhe apresenta um argumento irrefutável: o teor de suas ideias tem um alcance que ele próprio imagina e transmitem ideais que nem sempre se coadunam com as aspirações da classe detentora do poder.

Vale salientar que essa posição conflitante e de reserva persiste pois Graciliano Ramos, pressionado por poderosas forças subjetivas, não consegue chegar a uma conclusão e mantém a palavra escrita riscada, evidenciando a permanência da incerteza no seu estado de espírito. Diríamos, assim, que essa dúvida, bem como o possível esquecimento, são propositais diante da situação que se afigurava: o encontro com um homem da lei. O próprio autor se dá conta do atravessamento com que questões de outra vertente se impuseram em sua mente, provavelmente por força de uma motivação inconsciente, ou seja, ao se valer da palavra “enrasquei-me”, Graciliano Ramos deixa claro que perdeu em parte o controle de seus pensamentos e possivelmente de suas ações. Em outras palavras, enuncia que por um momento foi dominado por uma imposição referida a um saber em relação ao qual, por pressões psíquicas, admite não saber sabê-lo.

Em seguida, há uma indagação de extremo valor: “como é que o senhor vai preparar a defesa se não existe acusação?”, considerando-se que a defesa só existe quando há uma acusação, um processo sobre alguém. Graciliano Ramos, valendo-se da compreensão que tinha acerca da interpretação de ações alocadas no teor de criminosas,

bem como movido pelas suas convicções de não ter cometido nenhum crime, questiona qual a serventia de um agente que se encarrega de defender pessoas acusadas pela prática de crimes. Diante de tal circunstância, a resposta do advogado, em caráter de alerta, traz à tona uma possível vantagem para Graciliano Ramos ao afirmar que “dê graças a Deus”. Explicando melhor: essa intervenção do advogado é uma advertência, no sentido de sugerir que Graciliano Ramos não estava considerando a vantagem de não haver um processo. Ou seja, o advogado cientifica-lhe de que está reclamando “de boca cheia”, pois em sua concepção não havia processo por provável descuido das autoridades estatais. Nessas circunstâncias, em função da ausência de um processo, sequer pode haver condenação, de modo que a custódia de Graciliano Ramos pode ser entendida como um ato completamente arbitrário, fruto de uma decisão pautada ideologicamente a partir apenas de suspeitas e desconfianças.

A essa altura, o advogado, em suas convicções, assinala que o fato de Graciliano Ramos estar preso é sugestivo de o mesmo ser responsável por alguma ação praticada, dando o desfecho de que seus romances eram a prova para incriminá-lo e, conseqüentemente, condená-lo. Porém, dado ao descaso das autoridades, a situação de condenação não ocorreu, mas o tempo de custódia foi suficiente para marcá-lo indelevelmente pelo resto da vida, fechando-o em um horizonte de amargura e dor, seja na retomada dos afazeres cotidianos da vida, seja no exercício de pai e esposo junto a sua mulher e seus filhos. Evidentemente que era cômico de que após a saída da prisão tinha deveres a cumprir, não só de escritor, mas também familiares.

Graciliano Ramos conclui, em tom de espanto, com o pensamento de que nunca havia pensado que seus frágeis escritos tinham esse poder, de influenciar pessoas no encaminhamento a ideais considerados proibidos. Em sua condição criativa, acreditava o autor que produzia romances para deleite dos leitores diversos e não um instrumento que marcasse um posicionamento político que se contrapusesse às leis vigentes do país, as quais à época expressavam um caráter autoritário de controle e segregação social.

Contudo, vale salientar que o tempo verbal utilizado na última sentença requer uma análise acurada: “não me sentia culpado”. O fato de não ter recorrido ao pretérito perfeito, para indicar que não houve culpa em momento algum, como também a não utilização do tempo presente para se desvencilhar da condição de suposta culpa, sugere, pela recorrência ao pretérito imperfeito, um posicionamento subjetivo que pode ser traduzido como ambigüidade: “não me sentia” pode indicar que no momento do diálogo não se sentia, mas no momento em que escreve, se sente. Certamente, cabe aqui uma

indagação: de onde advém a suposta culpa que se evidencia no desdobramento dessa sentença para o momento presente? Estaria então sob a mira da influência das persuasões do advogado? Ou, de certo modo, ecoou aos seus ouvidos que seus romances, em seus enredos, se constituíam uma verdadeira crítica social?

A esse respeito, no que tange aos maciços efeitos subjetivos e objetivos da prisão que se perpetuam indelevelmente naqueles que conseguem sobreviver e sair da prisão, nos valem, a título de ilustração, das ideias de Farias (2015, p. 84):

Se há, no contexto social, clareza quanto ao processo de encarceramento, o mesmo não acontece em relação ao destino daqueles que, a duras penas, conseguem sobreviver e saírem da prisão, pois o aprisionamento os transformam em seres estranhos a si próprios que uma vez colocados além do muro das instituições prisionais perambulam à deriva na busca de um sentido para a vida.

O horizonte futuro que se afigurava, para Graciliano Ramos, após a saída da prisão, encontra ressonâncias no processo de estranhamento próprio de pessoas aprisionadas que, diante da possibilidade de saída, sentem a necessidade de se desvencilhar dessa marca, sem, no entanto, conseguir com êxito, especialmente agravado pela situação em que pairava um obscuro sentimento de culpa.

Somente podemos entender essa alusão ao sentimento de culpa se considerarmos que Graciliano Ramos, apesar de ironicamente desqualificar seus escritos, era conhecedor da influência que os mesmos poderiam exercer tanto em pessoas comuns quanto se constituírem em verdadeiras ameaças diante do despotismo de autoridades insensatas e cruéis. Todavia, as mensagens que situam o deleite, bem como as possíveis ameaças, não aparecem em entrelinhas, ou seja, encontram-se no âmago de suas ideias, que tomaram corpo nas relações dos personagens de seus enredos e também na rica complexidade traçada pelas notas que confluíram para a construção de *Memórias do cárcere*.

Transpondo a situação subjetiva de Graciliano Ramos para o universo prisional, sabemos que ele não teve meios de evitar ser enquadrado na condição de prisioneiro, sem, contudo, ser enquadrado na rubrica de criminoso, o que concorreu para a imposição de um estigma com potencialidade para uma profunda mortificação do eu, haja vista o tempo em que ficou escrevendo, mas sem conseguir terminar.

Se considerarmos que após a prisão produziu outros romances, somos levados a concluir que no tocante à obra, objeto de nossa reflexão, houve, se assim podemos dizer, uma certa estagnação no seu pensamento, talvez resultado da estagnação temporal que se

vive em uma prisão que tem apenas os marcadores naturais (o pôr e o nascer do sol) para indicar o transcorrer do tempo, visto que todos os dias são exatamente iguais.

Considere-se também o fato de que mesmo tendo saído da prisão sem a culpa por um crime praticado, esse fato não o isentou de ser ex-prisioneiro. Essa marca indelével o acompanhou até seus últimos dias, sendo motivo de questionamentos sociais, quer dizer, se uma pessoa é presa por um período de quase um ano, fica no imaginário social uma pergunta: essa pessoa é culpada ou não? De forma idêntica, quando Graciliano Ramos constata para si mesmo que esteve durante um ano aprisionado sob custódia, a mesma dúvida sobressai: uma vez tendo sido preso, tem que haver um motivo; motivo esse que morreu sem ser esclarecido acerca do mesmo, pois as autoridades sequer apresentaram uma justificativa para a sua prisão.

O peso dessa incerteza sobre seus ombros, bem como a incerteza expressa no relato acima, podem ser considerados como fatores que o impediram de concluir e nomear sua obra. Explicando melhor: se conclui a obra, ficaria evidente que teria de assumir a condição de condenado, uma vez que seus percursos nas diferentes instituições prisionais o forçavam a não se distanciar dessa dura realidade. Quer dizer, se finalizasse as suas memórias, forçosamente essa ação poderia se reverter em um legado para a humanidade de que se tratava da escrita de um ex-prisioneiro. Por outro lado, em sendo condenado, essa alternativa abriria possibilidades para que fosse encontrado um crime, o que não aconteceu. Concluir o livro e dar-lhe um nome pode ter sido o grande beco sem saída em que se viu o reconhecido autor. Daí suas posturas de incerteza e ambivalência quanto ao provável destino que daria às suas notas além daquele que efetivamente aconteceu: lançou-as ao mar.

Não apenas essas incertezas tiveram cunho decisivo na vida de Graciliano Ramos, como também a inserção no universo prisional o enquadrou em um processo de seriação que, com o passar do tempo, transforma parcialmente subjetividades em sombras de vida conforme depreende-se dos seus relatos a insinuação de perdas subjetivas irrecuperáveis, ou seja, após a saída da prisão, foi obrigado a conviver com o estigma e a mortalha de uma pessoa que passou uma jornada na prisão.

Analisando a questão por esse ângulo, somos levados a admitir que a assimilação das regras e rituais impostos no universo prisional é um processo gradual que se cumpre quase que de forma espontânea: por mais que a pessoa lute com todas as suas forças, pouco pode fazer para sobreviver, a não ser assimilar as normas, rituais e procedimentos referentes à cultura prisional. É notório que, com o passar do tempo, conforme sugere

Thompson (1980, p. 23), “a pessoa adquira o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocado, a ponto de se tornar característico dela. (...) adotando, em maior ou menor grau, modo de pensar, costumes, hábitos da cultura geral da penitenciária”.

Se estamos cientes que a prisão causa danos subjetivos irreparáveis, as autoridades deviam refletir profundamente antes de decretar a prisão de uma pessoa, como no caso de Graciliano Ramos, sem uma acusação pautada em um crime cometido, principalmente pelo fato de que o transcorrer da vida em uma prisão influencia de tal modo a vida da pessoa com rituais de ambientação próprios da instituição prisional, dos quais dificilmente a pessoa pode se desvencilhar, ou seja, por mais que tente não dar continuidade aos hábitos adquiridos na prisão, a imagem dos mesmos persistem de forma contumaz no pensamento.

De certo modo, as restrições decorrentes do aprisionamento na esfera do pensamento têm contrapartida nos limites impostos ao corpo, principalmente relativos às regras apresentadas como indícios necessários para uma “boa” estadia na prisão: cabeça baixa, mãos mobilizadas na parte posterior do corpo, postura curvada, evidenciando sinais de impotência, obediência e submissão. Quase sempre, essas restrições, mesmo com o distanciamento dos muros prisionais, involuntariamente permanecem incorporadas ao pensamento e evidenciadas, de forma cabal, na dinâmica corpórea.

#### 4.5 A corporalidade da memória

Antes de adentrarmos na abordagem referida a questão da corporalidade da memória, vale circunscrever nosso entendimento sobre essa temática. Em princípio, seguimos a linha de compreensão de que a memória não se resume exclusivamente às produções narrativas, sejam elas escritas ou do campo da oralidade, visto que conforme assinala Connerton (1989), o corpo, ao longo do percurso de vida, incorpora gestos, tiques, posturas que confluem para a construção de um tipo de memória a qual se presentifica nas práticas cotidianas, nos rituais e nas comemorações. Sob esse prisma, as memórias são processos corpóreos ou incorporados que mobilizam recursos emocionais com o objetivo de propiciar uma atualização, pelo processo de construção, de eventos passados, da mesma forma que as modalidades de memória construídas são representações e inscrições do passado produzidas no presente.

Não obstante, cabe esclarecer que uma memória, mesmo construída a partir de todo um conjunto de indícios inscritos no corpo, é uma luta política de produção de

significados, visando à obtenção de reconhecimento social, reparação e, até mesmo, dignificação, como podemos aludir à obra *Memórias do cárcere*. De certo modo, diante da naturalização das agressões sofridas no que tange às restrições impostas à dinâmica corporal, as notas produzidas por Graciliano Ramos podem ser interpretadas como a instauração de limites éticos e morais contra a violência.

Do exposto, deduzimos que as transformações corpóreas que se sucedem em função das severas regras restritivas prisionais são assimiladas e convergem para a produção de uma memória que se expressa sobretudo no corpo, conforme constatamos na contraposição circunstanciada pelo autor entre a liberdade de seus filhos e o seu confinamento em um cubículo expressa no seguinte fragmento:

Fragmento 19 (RAMOS, 2011, p. 250):

*Vi um cartão, fotografia dos meus três filhos mais novos. (...) Num instante as crianças me apareceram vivas e fortes: tinham deixado a praia, a areia branca de Pajuçara, feito longa viagem, transposto diversas grades – e estavam no cubículo 35.*

Nesse excerto, o autor se vale de um argumento pictórico para tracejar uma oposição entre o *modus vivendi* em liberdade com possibilidades de deslocamentos, vislumbramento de belas paisagens, retomadas em tom de nostalgia, e o confinamento da prisão, que impõe, ao prisioneiro, ter diuturnamente o mesmo cenário de paredes escuras, odor fétido, piso disforme, e, sobretudo, falta de privacidade, visto que os agentes de vigilância e controle encarregam-se de uma visão completa da pessoa em cárcere.

Fica, assim, evidenciado por Graciliano Ramos, que o ambiente prisional não serve de parâmetro para se pensar em grandes viagens, uma vez que as limitações dos cômodos prisionais interferem tanto no modo de pensar quanto na dinâmica pulsante do corpo, que, em muitas circunstâncias, se vale de um único meio de expressão: a doença, conforme explicita o fragmento seguinte:

Fragmento 20 (RAMOS, 2011, 448):

*O funcionário passou-me a vista, rápido, e indagou:  
- Apendicite?  
O rapaz era médico, o hábito profissional se revelava no exame instantâneo.  
-Não. Psoíte. Há uma eventração.*

*-Deixe ver.*

*Abri a roupa, mostrei o pé da barriga. O homem palpou-me a cicatriz doída:*

*- Realmente. Se quiser, nós podemos operar isso.*

*-Aqui, doutor? Gaguejei num sobressalto, metendo os pés pelas mãos. Obrigado. Não estou com desejo de suicidar-me.*

Há, na passagem, uma clara alusão de que Graciliano Ramos tinha noção das limitações apresentadas em seu corpo. No entanto, sabia dos perigos em permitir qualquer intervenção em um ambiente prisional, especialmente em função das precárias condições de assistência no tocante aos problemas de saúde. No entanto, não se recusa de procurar ajuda para os padecimentos que habitavam e se agravavam em seu corpo. De forma cordial, seguia as orientações necessárias para ser examinado. Uma vez constatada uma gravidade que precisaria de uma intervenção médica, reage de forma irônica diante da proposta do médico para uma intervenção cirúrgica, dizendo que o desejo de suicídio não passava pela sua cabeça naquele momento.

No entanto, deixa entrever que seu corpo traz a marca de situações passadas ao se referir a uma cicatriz doída, provavelmente sendo, nesse caso, a construção de memória de uma situação de doença que outrora teria lhe acometido. Quer dizer, o seu corpo apresenta essa memória, de forma tal que seria impossível ser negada: a dor falou mais alto e produziu ecos para além de sua imaginação, uma vez que foi obrigado a compartilhar o seu sofrimento com o médico.

Uma vez circunscrevendo o contexto das mazelas que tomaram corporalidade no contexto de memória, nos encaminhamos para o entendimento de que Graciliano Ramos não desconhecia o fato de que a prisão, naquelas circunstâncias, seria o pórtico mais próximo para a morte, especialmente quando enuncia não ter vocação suicida. Quer dizer, a morte rondava os seus pensamentos, especialmente em razão do agravamento do seu dinamismo corpóreo.

#### 4.6 Memórias de uma morte

As alegorias as quais Graciliano Ramos recorreu para abordar as contingências do destino a que cada ser vivo está condenado, com mais evidência para o ser humano, em função da certeza de que um dia não fará mais parte da massa das pessoas vivas, conforme aponta Canetti (1995), são bastante denunciadoras dos augúrios que se perfilhavam em

sua mente no tocante às mortificações produzidas pela estadia na prisão. São evidências contundentes, conforme podemos observar no fragmento seguinte:

Fragmento 21 (RAMOS, 2011, p. 406):

*A lancha atracou. (...) Percebi alvoroço, homens agarrando embrulhos (...) e as redes sertanejas inseparáveis dos nordestinos. Eram grandes e tinham aplicações várias, essas redes. Presas nos armadores, serviam de camas, cadeiras. (...) E como no Nordeste conduzem nelas defuntos para o cemitério, não é tropo afirmar que os meus amigos do porão do Manaus levavam às costas os seus próprios caixões.*

De forma contundente, a partir do momento em que Graciliano Ramos se viu aprisionado pelas redes do despotismo estatal, os presságios de dor e de morte não só tomaram corpo, como também o acompanharam traçando um terreno sobretudo fúnebre.

A título de ilustração, se focarmos na alegoria apresentada no final do fragmento, “meus amigos do porão do Manaus levavam às costas os seus próprios caixões”, somos levados a concluir que o cenário indicava um destino bastante sombrio, pelas circunstâncias evidenciadas. Provavelmente, Graciliano Ramos imaginava que o peso que esses artefatos representavam para si não tinha a mesma repercussão para os demais prisioneiros, que facilmente entoavam cantarolas e, de bom grado, lançavam mão de formas de entorpecimento pela aguardente.

A recusa a ter sua consciência obnubilada pode ser o artifício que Graciliano Ramos encontrou para manter-se em alerta ante toda uma série de infortúnios possíveis, mas principalmente, no tocante à advertência de Vinicius de Moraes (1957, p. 79) de que: “são demais os perigos dessa vida”, o que se consubstancializa pela referência ao lugar ao qual é destinada a massa de pessoas mortas: cemitério, lugar sacralizado e temido, criado com a finalidade de realização do ritual de passagem que dá garantia aos vivos de que os mortos tiveram um outro destino e não mais convivem com os vivos. Seria uma espécie de artifício para uma acomodação no tocante à morte em razão de ser um lugar de dissolução, degradação, putrefação e, finalmente, transformação em pó.

Essa circunstância se acirra especialmente na sentença oracular que é proferida no ritual de recepção das pessoas presas e que se repetia a cada dia nos rituais para conferência conforme podemos acompanhar no fragmento seguinte:

Fragmento 22 (RAMOS, 2011, p. 429):

*Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. (...) os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm morrer.*

Em princípio, o fragmento acima transcrito revela uma modalidade de recepção das pessoas presas em um discurso de um dos agentes da administração da instituição, que se repete para os prisioneiros. É discurso agressivo e intimidador que indica para aqueles que já estão em situação degradante de que lá não teriam nenhum direito, nem ninguém para lhes ajudar. Assim, na sentença proferida, sugere-se ser a prisão a distância mais curta que separa a vida da morte. Nessa atmosfera, a morte está sendo literalmente predita.

Assim, percebemos uma mudança de função da prisão: não a de correção, mas sim a de promessa pela morte. Da forma como foi enunciada a indicação de que a prisão é um lugar onde se vem para morrer, fica evidenciada uma ameaça em relação a qual os prisioneiros devem sempre se manter em estado de alerta, pois a qualquer momento podem ser vítimas de um infortúnio fatal, ou seja, as potências malignas já se encontram à espreita, bastando um pequeno estopim para serem acionadas. Desse modo, as condições de encarceramento ressoam as propriedades do inferno da maneira como faz parte do imaginário popular, pois ao equiparar prisão ao inferno traduz-se que esse lugar terreno é o extremo da dor, do sofrimento, da humilhação, da degradação e da transformação de um ser humano em um espectro vivo que se locomove, da mesma forma que o inferno é concebido como o local de encaminhamento das almas errantes que vão arder para sempre na voracidade atroz de suas chamas.

A anunciação dessa sentença de extrema fatalidade, nesse fragmento, pode ter sido ouvida por Graciliano Ramos em ressonância à contundente enunciação do verso do canto III da Divina Comédia, que apresenta o inferno como lugar onde na entrada encontra-se um dístico com a seguinte insígnia: “vós que entrais, abandonai toda a esperança” (ALIGHIERI, 1989).

O imperativo de Dante remete ao pórtico do inferno como um lugar para o qual, uma vez que nele se adentra, não há mais retorno, o que ressoa na enunciação feita pelo agente da administração prisional: “atenção, aqui vocês vêm morrer”. O referido agente não estaria anunciando uma profética ameaça de que quem entra vivo em uma prisão tem grande probabilidade de sair morto? Essa seria a regra, visto que sobreviver ao transcurso

de diferentes instituições prisionais é uma exceção, principalmente em um país como o Brasil que, desde o processo de colonização, apostou em uma espécie de necropolítica, no entender de Mbembe (2016): nesse solo gigante pela própria natureza, matou-se e ainda matam-se índios, negros, pobres, crianças, mulheres; seja diretamente por agentes do Estado treinados para essa finalidade, seja pela adoção de políticas públicas que abertamente funcionam para propalar a miséria, a pobreza, a desigualdade e a segregação.

Por fim, então, encontramos uma alusão, nas últimas páginas do livro, sobre a transferência de Graciliano Ramos da Colônia Correccional de Dois Rios para a cidade do Rio de Janeiro já na expectativa de ser libertado. Entretanto, deparamo-nos com uma sensação de algo inacabado quando viramos as páginas e não encontramos mais nenhum capítulo que nos conte como foi finalmente libertar-se dos muros da prisão ou o que fez da vida o Graciliano Ramos de depois da prisão visto que as últimas letras são de autoria de seu filho em uma seção intitulada “Explicação Final”.

Entretanto, indagamos: o livro é realmente inacabado? Ou o que nos foi deixado para leitura foi tudo o que importava para Graciliano Ramos registrar? O fato de o autor ter levado dez anos para iniciar sua tessitura e talvez o fato de ter sido publicado por uma decisão de seu filho logo após sua morte nos indiquem uma atmosfera de incompletude.

Porém, pensamos que quase setecentas páginas de narrativas detalhadas não podem simplesmente ser consideradas dessa maneira. O fato de ter dado por terminado o livro sem ter nos contado “o final da história” tem na verdade um significado completo. Entendemos, assim, que o livro não tem um “último capítulo” nos contando o “final da história” pois tracejar o entorno do presente não seria cabível à obra. Sendo assim, concordamos com Bastos (1998) quando diz que o texto é o que é, a sensação de que falta um fim é parte dele.

Narrar, nesse caso, é resistir, e deve ser compreendida a escrita das anotações interrompidas, perdidas nas águas do mar, destruídas, mas todas refeitas pela memória não como incompletas, mas como eivadas de sentimentos, detalhes e efeitos. Além disso, inacabado não deve ser entendido no sentido de mal-acabado, de forma que a interpretação da obra em relação ao inacabamento pode ser redimensionada, ressignificada.

Não apenas a morte apareceu como temática nas linhas e entrelinhas dessa obra, como também outras situações causaram profundas devastações subjetivas no autor. Desta feita, são cenas que aludem a situações de castigo, aviltamento, tortura e, sobretudo, a circunstância de um ser humano conseguir, pelas artimanhas do poder em seu ofício,

subjulgar outro a ponto de torná-lo um mero objeto capaz apenas de sentir dor, conforme podemos ilustrar com a seguinte passagem:

Fragmento 23 (RAMOS, 2011, p. 212):

*Ao deixar a sala de tortura, Sérgio mexia-se a custo: andava nas pontas dos pés feridos, arrastando os sapatos, os calcanhares fora dos tacões, a rigidez do couro magoava-lhe a carne, viva, sangrenta.*

É digno de nota que a descrição acima esteve presente na imaginação do autor, mesmo considerando a possibilidade de não ter presenciado esses fatos. No entanto, presenciar ou produzir uma narrativa, nas condições de um prisioneiro ou de qualquer leitor que se implique com a escrita, tem um efeito especial: não se passa subjetivamente incólume à situação de sofrimento do outro. Provavelmente seja essa a constatação, de um ser em estado deplorável, ante um castigo sofrido e, Graciliano Ramos, mobilizado e sensibilizado pela expressão de sofrimento, deixa-nos um legado quando nos brinda com a imagem “carne viva sangrenta”.

As situações presenciadas ou imaginadas tomam contornos ainda mais fortes no fragmento seguinte:

Fragmento 24 (RAMOS, 2011, p. 316):

*Rebuliço, desordem, correria, gritos e um pedaço de tábua feriu uma cabeça, esmigalhando ossos, descobrindo miolos. Movimento de recuo e, na clareira aberta no rolo, a vítima apareceu a estrebuchar nas últimas convulsões. Em minutos ficou em sossego. Uma corda baixou da coberta; amarrado, o cadáver se levantou, subiu, sumiu-se na boca da escotilha. Nenhum inquérito. Indiferença, esquecimento. Na verdade, Moleque Quatro bazofiara ao condenar friamente o delator: se o tivesse liquidado, não lhe viriam pedir contas, pois a eliminação de uma vida pouco influiria no cadastro policial: uma ficha a menos e as sindicâncias não teriam resultado: o crânio partido e o cérebro exposto serviam de exemplo, atavam as línguas, a indicar as represálias em caso de traição. Ninguém se arriscaria a depor.*

A minúcia da descrição do transcorrido nos força a admitir que o produtor das notas tinha imagens de contornos bem precisos e bastante vivos em sua memória. Ou seja,

a riqueza de detalhes e minúcias com que circunscreve a cena, nauseante para grande parte dos espíritos que se sensibilizam com os infortúnios de outras vidas, nos leva a pensar em uma construção de memória evidenciada nas notas cuja temática se constitui de: aviltamento, dores, sofrimento, ferimentos, fraturas expostas, morte e tratamento profano destinado aos mortos. Dificilmente podemos imaginar que a escrita dessas notas não tenha tido o efeito provocador de um momento de pausa em Graciliano Ramos, pois a cena retratada concerne a um conjunto de rituais macabros que convergem para o fim de uma vida.

Fica patente também na passagem o questionamento da parte do autor sobre o valor de uma vida, mais uma vez, o que nos leva a transportar suas ideias para as explicações acerca do valor da vida formuladas por Mbembe (2017, p. 65) como:

Vida supérflua, portanto, cujo preço é tão baixo que não equivale a nada, nem sequer como mercadoria e, ainda menos, humana – é uma espécie de vida cujo valor está fora da economia, correspondendo ao tipo de morte que se lhe infringe.

Regra geral, trata-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a responder. Ninguém tem qualquer sentimento de responsabilidade ou de justiça no que respeita a essa espécie de vida ou a essa espécie de morte.

Considerando a passagem acima, somos levados a compreender que o processo de habituação e naturalização do sadismo, por quaisquer meios que sejam, e, principalmente, diante da postura de nada querer saber ou nada querer contar, conforme descreve o trecho do fragmento “ninguém se arriscaria a depor”, pode ser considerado como uma atitude de não envolvimento, uma indiferença e um estado de apatia em relação à vítima. Mais ainda, consiste, sobretudo, na compreensão equivocada de responsabilizar a vítima pelas atrocidades que lhe eram infringidas em relação aos abusos e danos sofridos, conforme depreendemos do trecho “nenhum inquérito. Indiferença, esquecimento. Na verdade, Moleque Quatro bazofiara ao condenar friamente o delator”. Do exposto, podemos extrair que essa era a lei da prisão: culpabilizar a vítima e desculpabilizar, quando não, naturalizar as atrocidades praticadas pelos algozes que se empunhavam das prerrogativas da lei, identificando-se patologicamente ao poder, sem sequer avaliar as consequências danosas de seus atos.

Não desconhecemos que nas andanças forçadas de Graciliano Ramos pelas instituições prisionais essas cenas compunham um cotidiano diante do qual os

prisioneiros não conseguiriam sequer escapar de presenciar os rituais de violência, mortificação, degradação, devastação e assassinato.

Por esse motivo, circunscrevemos pessoas em três posições estanques: aqueles que sofrem, aqueles que presenciam e aquelas que fazem os outros sofrerem. Essa mesma lógica vale para a situação de morte: os que morrem, os que presenciam e os que matam. Seguramente, não podemos cobrar da primeira categoria de pessoas a assunção de responsabilidade pelo sofrimento recebido. Contudo, no tocante às segunda e terceira, somos levados a admitir que enquanto uma e outra sejam incapazes de construir memórias a partir das ocorrências, ou seja, afiliar-se solidariamente aos sofrendores e mortos, será impossível imaginar um mundo verdadeiramente comum e uma humanidade verdadeiramente universal. Quer dizer, reagir com indiferença e apatia contribui para colocar ambas as categorias em um universo específico e privado.

Acreditamos que se colocarmos Graciliano Ramos na segunda dessas categorias, sabemos que, mesmo não tendo admitido ser solidário com os demais prisioneiros que sucumbiram pela dor e pela morte, de certa forma, ao produzir suas notas no sentido de apresentar ao mundo os subterrâneos da instituição prisional, posicionou-se eticamente na medida em que sua escrita deve ser entendida não só como uma postura política, mas igualmente como um tributo às vidas que foram ceifadas de forma injusta por abuso e autoridades em seus ofícios, como também de outros prisioneiros que se arvoraram na condição de semideuses, decidindo sobre o fim de vidas pelas próprias mãos.

A esse respeito, vale, mais uma vez, nos reportarmos à própria escrita de Graciliano Ramos (2011, p. 212): “somos bichos de espécies diferentes. Faço um livro, gasto meses a espremer os miolos, comendo, eliminando, consertando, fico a remoer cada frase com paciência de boi, e consumo para entender isso o duplo do tempo necessário a você. É inacreditável”.

Por fim, uma vez sensibilizados por essa passagem, várias linhas de raciocínio insurgem-se em nossa imaginação acerca, principalmente, de duas posições subjetivas relacionadas ao construtor das notas que convergiram para as *Memórias do cárcere*.

Em primeiro lugar, há indícios de um processo identitário quando o autor afirma que *somos bichos de espécies diferentes*. Embora as espécies sejam diferentes, Graciliano Ramos, homem de uma dada classe social, branco e letrado e os demais presos, quase todos analfabetos e grande parte da raça negra, eram considerados animais, seres vivos que precisavam minimamente de satisfação das necessidades vitais. Acreditamos que o traço identitário consiste, para o autor, no tocante à condição de prisioneiro pois, em

relação a outros aspectos, não havia parâmetro de reconhecimento ou mesmo de solidariedade.

Em segundo lugar, o posicionamento do autor ao indicar que “faço um livro” sugere a sua compreensão de se encontrar em um patamar social diferenciado: um homem que pensa e que gasta muito tempo na depuração de seus escritos, vislumbrando a perfeição. De certo modo, nessa virada subjetiva, Graciliano Ramos não se reconhece nos outros presos e tão pouco se identifica aos mesmos, o que de certa forma nos faz entender que, apesar de preso, se concebia, em função de suas condições pessoais, em um estatuto de superioridade que, por vezes, beirava à arrogância.

Dessa maneira, finalizamos nossas análises e interpretações de fragmentos da obra estudada, considerando que tentamos apresentar alguns sentidos dentre os vários possíveis nas interpretações de um texto no que tange a construção de memória.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Chegamos a essa altura da reflexão com o pensamento de que trataremos considerações, mas que não são finais, pois acreditamos que o conhecimento é uma teia que, à medida que se tece, mais falta para avançar. Essa é também razão pela qual esse trabalho não pode ser considerado também terminado, pois, conforme já mencionamos, em nosso percurso tentamos apresentar um sentido produzido dentre os vários possíveis, e, assim, trouxemos à tona uma nuance do processo de construção de memória que pode ser compreendida como um segundo tempo de construção, se consideramos que o primeiro tempo coube ao próprio autor ao se valer da escrita para a produção das notas, mesmo que as considere não como lembranças e sim como meras suposições.

Sem dúvida, Graciliano Ramos ocupou várias posições na elaboração dessa vastíssima obra, porém uma nos interessou particularmente: a posição de um intérprete em busca de sentido. Considerando a densidade da obra, bem como a multiplicidades de sutilezas, podemos compreendê-la como um processo constante de construção de memória, e, em nossa reflexão, acreditamos que demos mais um passo nessa direção.

Iniciamos nossas considerações enfatizando que a travessia forçada pelos pórticos das diferentes instituições prisionais representou, para Graciliano Ramos, a descoberta de novos arranjos relativos à experiência humana em situação de reclusão e confinamento, especialmente pelo fato de as prisões poderem ser consideradas como os lugares, entre outros, em que a cada um que nelas se encontra é dada a tarefa de, gradativamente, preparar um ato final cujo destino é a morte.

Curiosamente, o tangenciamento da prisão com a morte pode ser compreendido da seguinte maneira: como o cemitério que é o lugar para onde são levados os mortos, as prisões são lugares para onde são levadas as pessoas vivas. Em ambos, não há qualquer expressão de escolha por quem é, para os mesmos, conduzido.

Contudo, cabe assinalar uma particularidade relativa ao confinamento nas prisões: com devida sorte pode-se escapar à morte, mesmo que o sobrevivente tenha de carregar consigo as marcas indestrutíveis e irreversíveis do processo de mortificação.

Nesse sentido, sobreviver em uma instituição prisional não é a regra e sim a grande exceção, como também é exceção aquelas pessoas que conseguem sobreviver depois da liberdade e, além disso, conseguirem forças para deixar traçados sobre o cotidiano vivido.

A escrita da obra *Memórias do cárcere* se alinha no projeto de sobrevivência, à medida em que significa a recuperação, por seu autor, do estatuto de ser humano, devidamente abalado e destruído pela prisão, conseguido na condição de ser da palavra, que lhe foi negada, tanto no ato da prisão, quanto durante ao encarceramento.

Todavia, o texto em questão não é o resultado da produção de um enredo traçado para ser encenado por personagens ficcionais, mas sim um legado e um alerta sobre condições de injustiça, arbitrariedade, atrocidades e horrores vividos e presenciados no sistema prisional.

Enveredando por esse caminho, podemos afirmar que a motivação de Graciliano Ramos para a produção de um texto mediante o qual conseguisse dar corpo e sentido às lembranças e imagens da prisão, em uma obra de quatro volumes, consiste, em primeiro lugar, ao endereçamento, mesmo que seja na montagem de um teatro restrito, ao seu círculo familiar, mas igualmente, em segundo lugar, elaborar um passado que insiste em permanecer presente, além da necessidade de manter suas singularidades. Por isso, obedeceu a uma determinação interna bem específica: é preciso escrever para existir diante das mortificações que persistem devido ao encarceramento.

Nesse ponto reside uma grande paradoxo: enquanto que as pessoas presas são obrigatoriamente encarregadas de trabalhar a morte subjetiva, os sobreviventes, mesmo distante dos muros das prisão, no caso de Graciliano Ramos, veem-se na obrigação de trabalhar a própria vida que foi frontalmente atingida pelo processo de mortificação, regra de ouro das instituições prisionais, seja pelo adestramento dos corpos, seja pelas práticas que transformam subjetividades pulsantes em sombras de seres meio vivos, meios mortos, quer dizer, espectros que se ainda se movimentam.

A situação de prisão vivida por Graciliano Ramos escapou da possibilidade de compreensão e, portanto, situou-se em um *topos* que excede as bordas do dizível. Nesse sentido, a escrita da obra pode ser considerada como a passagem da vivência traumática<sup>9</sup> ao processo de escritura, considerando os diferentes rastros produzidos que foram organizados e trazidos a lume sob a rubrica de *Memórias do cárcere*.

Essa obra representa, no contexto da experiência traumática, uma solução de continuidade da vida, mas a partir da ruptura decorrente da prisão, situação que cria uma

---

<sup>9</sup> A esse respeito vale sinalizar que poucas situações são tão perturbantes para uma pessoa do que ser presa sem ter cometido crime algum e ser custodiada sem sentença condenatória. Por esse motivo consideramos a prisão e reclusão de Graciliano Ramos no âmbito de uma experiência traumática e traumatizante.

grande descontinuidade entre a vida antes da prisão e a vida em aprisionamento subjetivo depois da libertação.

O aprisionamento subjetivo depois da saída da prisão pode ser compreendido, em termos psíquicos, pois a angústia decorrente da situação não declinou, a partir de dois aspectos.

Em primeiro lugar, foi impossível a Graciliano Ramos fazer qualquer conexão entre os fatos relacionados à prisão e os fatos de sua vida, ou seja, a tarefa de inscrever a prisão como uma experiência de vida ficou para ser realizada em razão do motivo absurdo da prisão de uma pessoa pela suposição de que tem determinadas ideias consideradas como uma espécie de ameaça aos padrões vigentes de um país.

Em segundo lugar, a angústia o impedia de esquecer ou mesmo apagar as sequelas traumáticas decorrentes do ato de prisão e do encarceramento. Enfim, permaneceu um estado com um duplo movimento em duas correntes adversas: tentar inscrever a prisão em sua história, uma vez que essa evidência não seria jamais eliminável de sua trajetória de vida e conseguir se livrar das vivas marcas do cárcere que, em formas de imagens pregnantas, atormentaram tanto o seu sono quanto sua vida em vigília. Atormentava, sobretudo, a constatação de que não conseguia entender o motivo pelo qual foi preso e tampouco a custódia prisional sem processo e nem condenação.

Diante desse dilema, visto que a tentativa de inscrição é lembrar uma experiência que precisa minimamente ser esquecida, a alternativa que encontrou se distancia desses dois caminhos, uma vez que recorreu à escrita na esperança de encontrar um bálsamo que aplacasse os tormentos e horrores que povoavam sua mente: era-lhe impossível esquecer que foi preso e esteve encarcerado. Com a escrita, então, Graciliano Ramos realizou, por ínfimo que seja, um trabalho de recomposição, de certo modo, articulando a prisão ao *modus vivendi* e a sua história, porém com um certo distanciamento ao endereçar seus rastros e restos de uma travessia para interlocutores, além de si mesmo.

Desse modo, Graciliano Ramos pode ter conseguido a proeza de relaxar as fortes ligações que o aprisionavam, impiedosamente à experiência traumática, pois mesmo tendo decidido não compartilhar, nem nomear essa obra, produziu um sentido para essa experiência, visto que suas anotações apontam uma direção, ou seja, situam um processo de construção de memória como possibilidade de libertação.

Poderíamos conjecturar que, se Graciliano Ramos tivesse acabado e decidido publicar essa obra, então esse seria o momento em que subjetivamente teria deixado para trás a condição de pessoa aprisionada: teria se livrado da imagem recorrente

atormentadora e, transformando-a em uma lembrança para, aos poucos, distanciar-se delas, de modo a que tanto a sua potência quanto a intensidade fossem devidamente enfraquecidas. Não obstante, como não lhe foi possível esse condicionamento, a saída da prisão e o projeto de escrita das notas compõem o momento inaugural de uma nova era de sua vida que poderia amainar a angústia que lhe foi a mais fiel companheira, obrigando-o, por mais que quisesse se esquivar, a ter, em sua mente, as mais vívidas imagens da prisão: é pouco comum um escritor ficar escrevendo uma obra por uma década.

Vendo a questão por esse viés, podemos enfim admitir que a escrita, no caso particular dessa obra, tem uma estreita relação com a situação traumática a que Graciliano Ramos foi exposto em decorrência do ato de prisão e encarceramento sem condenação. Contudo, o ato da prisão, o encarceramento e a saída da prisão são circunstâncias que tangenciam a dimensão do imaginável, pois esses acontecimentos abrem uma fratura entre a experiência vivida e a impossibilidade relativa à busca de recursos para narrá-la. Desse modo, houve para Graciliano Ramos, sempre um núcleo dessas experiências que permanecerão no âmbito do indizível, como bem entendemos pelo fato de não finalizado a obra. Além do mais, a libertação trouxe uma espécie de nódoa decorrente do choque da experiência traumática da qual dificilmente se separou: a insistência em escrever é uma prova disso.

Eis a mola propulsora que faz Graciliano Ramos se encarregar da tarefa de construir, mesmo que uma suposição de fatos, os meandros da experiência vivida, não apenas com o objetivo de entender os motivos que o levaram à prisão, mas sobretudo, para indicar que existem situações de rebaixamento que alguns seres humanos impõem a outros.

Contudo, atento aos sinais dessas duas vertentes, o autor da obra em questão tinha plena consciência de que é praticamente impossível suturar as fraturas que se abrem em relação ao preenchimento da distância entre o indizível da experiência traumática e os recursos da linguagem para traduzi-lo em palavras e outras formas de simbolização, visto que as marcas do choque e de seus efeitos se incrustaram na vida subjetiva sem que seja possível ao sobrevivente se desvencilhar delas, pois são marcas também em seu corpo.

A esse respeito vale salientar que, com frequência, Graciliano Ramos se indaga acerca de como seria sua vida depois da libertação tendo que conviver com a intranquilidade de carregar as marcas de que esteve preso e, teoricamente, inserido na rubrica de criminoso. Povoava, em sua mente, um paradoxo de difícil solução: uma vez

que se encontrava preso teria que haver um motivo, mas que ele jamais conseguiu saber qual, mesmo em razão de que não lhe foram apresentadas, pelas autoridades do país à época, justificativas para a sua prisão. Eis a condição de constituição de um núcleo traumático de difícil elaboração devido à omissão, silêncio e violência.

As evidências do esforço de Graciliano Ramos da obrigatoriedade de ter que conviver com as marcas e também ter que se livrar delas concorreram para que se sentisse ainda aprisionado e bastante enredado pela situação traumática. Daí a urgência que se impunha, mesmo ainda limitado fisicamente pelos densos muros prisionais e sob vigilância contínua dos agentes que administram as prisões, de elaborar traçados para produzir sentidos de modo a se distanciar subjetivamente dos grilhões das instituições prisionais. Mas como o choque da experiência traumática irrompeu em termos de um excesso inominável, haverá sempre um resto que clama para ser significado. Talvez esse tenha sido o motivo pelo qual Graciliano Ramos não conseguiu finalizar sua obra e nem mesmo atribuir-lhe um título.

O engajamento de Graciliano Ramos na escrita da obra *Memórias do cárcere* somente pode ser entendido em função da relação com os restos indizíveis e inomináveis da experiência traumática que o acompanhavam, sendo a oportunidade em que vislumbrou poder sair da coisificação decorrente do ato da prisão e da estadia no cárcere: em certo sentido a saída da prisão tinha o significado de encontrar-se em liberdade, porém o que lhe era mais importante consistia na recuperação de sua dignidade em razão dos estragos decorrentes da imposição de condições que excedem o limite de suportabilidade impostos pelo encarceramento.

A esse respeito, vale recorrer a Bataille (2011) acerca tanto da impulsão ao processo de escrever quanto em virtude da produção de uma estratégia para resistir à engrenagem da desumanização, que representa um grande sacrifício para determinadas pessoas, em especial aquelas que são privadas de vínculo e de convivência em determinados ambientes sociais. Em algumas prisões, como a Colônia Correccional de Dois Rios, com certeza, Graciliano Ramos sequer recebeu visita da esposa, nem pode, durante seu tempo de encarceramento acompanhar do crescimento de seus filhos. A única alternativa que dispunha para interagir com seus entes queridos consistiu na escrita de cartas e lembrar de seus filhos valendo-se de um arquivo pessoal que eram as fotografias, confiscadas no momento em que chegou à Ilha Grande.

As circunstâncias mencionadas acima colaboram para dar, no caso de Graciliano Ramos, uma tonalidade mais forte à experiência traumática, a qual não somente causou

efeitos indeléveis como pode, em razão de seus desdobramentos, concorrer para reduzir as possibilidades de conservação de condições humanas necessárias para o convívio, representado assim uma queda vertiginosa a um abismo do qual poucos sobreviventes conseguem emergir. Possivelmente, Graciliano Ramos não conseguiu se desviar das incidências dessa experiência, mas sobreviveu, inclusive pela produção das notas mediante o recurso da escrita.

Em certo sentido, escrever, para Graciliano Ramos, se revestiu de um paradoxo conforme assinala Bachelard (1990, p. 45): “é preciso sempre se ligar ao passado e, sem cessar, se desligar do passado. Para se ligar ao passado, é preciso amar a memória. Para se desligar do passado, é preciso imaginar”. Certamente, foi pelo terreno da imaginação que Graciliano Ramos, ao produzir suas notas, tentou se desvencilhar do passado, porém, cada tentativa de afastamento, paradoxalmente, o aproximava cada vez mais de forma inevitável a esse passado.

Os efeitos nocivos da experiência de prisão e de encarceramento funcionaram em Graciliano Ramos para reduzir as alternativas de sobrevivência, se considerarmos os vários questionamentos pelos quais punha em xeque qual seria sua validade após a prisão. De certo modo, a potência desses efeitos confrontou o autor a situações inimagináveis e incompreensíveis que abrandam ou anulam, em um primeiro momento, as forças de resistência, mas que não foram totalmente exitosas para fazê-lo sucumbir ao pântano sombrio do marasmo e da improdutividade pois, em condições bem adversas frente às diferentes fontes de ameaças relativas à prisão, se deu como tarefa construir uma memória e destiná-las a diferentes interlocutores, inclusive aos inquietos que se aventuram em acompanhá-lo nessa difícil travessia, como nessa dissertação.

A potência dos efeitos da experiência de exposição a modalidades de violência extrema, em algumas situações, para não dizer em todas, é bastante esmagadora. Provavelmente, talvez seja esse o motivo pelo qual muitas pessoas que fazem determinadas travessias, como a prisão, precisam se distanciar espacial e temporalmente da situação para poderem refletir acerca das experiências vividas, em circunstâncias de aniquilamento.

Em muitas experiências das quais o ser humano consegue a vitória de sair com vida, é muito comum a reticência com relação à produção de qualquer relato pelo fato de, ao lançar mão dessa via, o sobrevivente afirmar para si mesmo que ainda se encontra completamente enredado na situação a partir da presença de dores e temores. Talvez, tenha sido esse o motivo que levou Graciliano Ramos a afirmar com convicção ter

esquecido detalhes e cenas das instituições prisionais, admitindo ser mera suposição algumas das evidências presentes em suas notas.

Difícil encruzilhada para o sobrevivente: é preciso produzir um relato, como modalidade de resistência, para se distanciar da situação, tentando acomodá-la em uma temporalidade circunscrita no passado quando, ao mesmo tempo, narrar a situação significa ainda se encontrar nela e ser testemunha ocular de tê-la vivido. Graciliano Ramos, ao se imbuir da tarefa de narrar, na condição de sobrevivente, as agruras pelas quais passou no cárcere, expressou aquilo que viveu e viu acerca de si mesmo e de tantos outros que sucumbiram ao peso da violência, sem sequer deixar quaisquer vestígios que possam ser significados. Em certo sentido, as narrativas dos sobreviventes, e em particular a do autor em questão, contêm os espectros de quem também foi exposto à violência da situação traumática e pereceu, passando a pertencer à massa dos mortos e ausentes.

Cabe salientar que no tocante ao autor em tela, diante do efeito da violência relativa à experiência traumática que produz rupturas, lançou mão do recurso da escrita, o que não lhe foi difícil pelo fato de ser um escritor renomado e, assim, tentou produzir uma ligação dos fragmentos dispersos em estado de descontinuidade instaurados pelo choque decorrente do encontro com o acontecimento traumático. O trabalho de ligação de fragmentos propiciados pelo recurso à narração, por ínfima parcela que seja, colabora na diluição e minimização da potência relativa ao peso das imagens recorrentes e lembranças atormentadoras concernentes à experiência traumática, relativizando, de certo modo, o seu impacto mortífero e aniquilador.

Podemos admitir que, se tratando da situação de Graciliano Ramos, a sua ação como sobrevivente exposto ao choque é sugestiva para que possamos refletir sobre a potencialidade que uma experiência dessa natureza tem para produzir uma clivagem no tempo: é imperioso ao sobrevivente que se esqueça do passado referido ao sofrimento e à impotência, mas nunca deve esquecer o presente, mesmo que essa dimensão temporal presentifique o sofrimento que se continua da experiência pelas imagens recorrentes e atormentadoras. Desse modo, cabe ao sobrevivente fixar-se ao presente, sem qualquer movimento de afastamento mediante a entrega a devaneios ou a justificativas acalentadoras pois, somente assim, pode se assegurar de que a situação não se repita da maneira como aconteceu.

Como um desfecho para nossas tessituras, podemos dizer que Graciliano Ramos foi severamente aniquilado em razão do simples fato de existir e pensar e,

curiosamente, como não há ato para responsabilizá-lo por um crime e enquadrá-lo na condição de criminoso, coube às autoridades brasileiras operar um deslocamento do ato criminoso não identificável para a esfera do ser: a existência de Graciliano Ramos foi considerada como alvo de imputação da prisão. Desse modo, o Estado brasileiro produziu um crime relativo à condição de ser e recluso Graciliano Ramos, não por ter sido agente de uma infração em decorrência da qual há um culpado perante a lei. Em certo sentido, o teor considerado subversivo de suas ideias, bem como suas próprias ideias serviram de justificativa para que a Justiça Brasileira, em uma tentativa de contenção e abafamento de uma alma inquieta, determinar o ato de prisão seguido de encarceramento.

Cabe, enfim, uma advertência: minha tarefa de lavadeira de roupas, seguindo a analogia proposta por Graciliano Ramos, para quem se entusiasma no âmbito da escrita, não é de nenhum modo conclusiva, visto que muita coisa ainda há para ser dita pois vários sentidos podem ser produzidos. Apenas, na minha longa trajetória, produzi um possível.

A produção de um sentido dessa obra teve para mim um significado bem particular: passei a conhecer o autor, narrador, personagem a partir de outras lentes, ou seja, ao adentrar, juntamente com Graciliano Ramos, nos emaranhados obscuros da instituição prisional, por várias vezes não fiquei incólume a sua dor, ao seu temor de não conseguir sobreviver às intempéries e infortúnios que decorrem de uma longa estadia, limitado por densas paredes e pesados grilhões e ameaçadores cadeados.

Nesse caminhar, não hesitei em incluir informações que extrapolassem o âmbito da descrição da trajetória nas instituições prisionais, no intuito de demonstrar como, para as autoridades brasileiras, o autor da obra publicada em 1953 ainda se constituía uma grande ameaça, conforme podemos detectar nas anotações de seu prontuário, que persistiram mesmo após a saída da prisão.

Esse estado de inquietação gestado em meu espírito deu-me o impulso para dar continuidade às escavações sobre o denso terreno ao qual dificilmente a luz alcança quando se trata do solo das prisões.

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N. et al (Orgs.) **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, v. I.
- ALIGHIERI, D. **A divina comédia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- BACHELARD, G. **Fragmentos de uma poética do fogo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins, 1992.
- BASTOS, H. **Memórias do cárcere: literatura e testemunho**. Brasília: UNB, 1998.
- BATAILLE, G. **L'anus solaire suivi de sacrifices**. Paris: Nouvelles Lignes, 2011.
- BATAILLE, G. **Sobre Nietzsche: vontade de chance**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTO, C. A. **A fissura e a verruma: corpo e escrita em Memórias do Cárcere**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- BOSI, A. **História concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOSI, Alfredo. **A escrita do testemunho em Memórias do cárcere**. Revista de Estudos Avançados da USP. Volume 9, nº 23. São Paulo: jan./abr. 1995.
- BUTLER, J. **The psychic life of power: theories in subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- BUTLER, J. **Precarious life**. Nova York: Verso, 2004.
- CANDIDO, A. **Ficção e confissão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CANETTI, E. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CONNERTON, P. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CORTI, A. P. Estado Novo (1937-1945): **A ditadura de Getúlio Vargas**. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-aditadura-de-getulio-vargas.htm>>. Acesso em 26 de janeiro de 2019.
- CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- CYPRIANO, A. **O caldeirão do Diabo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- DILTHEY, W. G. **Origines et développement de l'herméneutique**. Paris: Aubier Editions Montaigne, 1947.

EYERMAN, R. The Past in the present: culture and the transmission of memory. **Acta Sociologica**. v. 47, n. 2, 2004.

FARIAS, F. R. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M. A. (Org.). **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

FARIAS, F. R. Homens à deriva. In: FACEIRA, L. S.; FARIAS, F. R. (Orgs.). **Prisão e punição: ensaios críticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FASSIN, D. **L'ombre du monde**. Une anthropologie de la condition carcérale. Paris: Séuil, 2017.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. Presídio Frei Caneca. 28 de Setembro de 2012. Disponível em: < <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10400-presidio-frei-caneca>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. e DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979, v. III.

FREUD, S. **A psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. VI.

FREUD, S. **Recordar, repetir e elaborar**. Rio de Janeiro: Imago, 1994, v. XIV.

GADAMER, H. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GAGEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: 34, 2006.

GINZBURG, J. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

GINZBURG, J. A violência na Literatura Brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. In: SELIGMANN-SILVA, M. et al (Org.). **Escritas da violência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GONDAR, J. Memória, poder e resistência. In.: GONDAR, J; BARRENECHEA, M. (orgs.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

- HALBWACHS, M. **Memória individual e coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Antrophos, 2004.
- HEIDEGGER, M. **L'être et le temps**. Paris: Gallimard, 1964.
- HUGGINS, M.; FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: EdUnB, 2006
- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- LEVINE, R. M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LIRA NETO, J.C. **Getúlio 1945 - 1954 da volta pela consagração popular ao suicídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes e Ensaios**. n. 32, 2016.
- MESSER, S. B., SASS, L. A. & WOOLFOLK, R. L. (Orgs.). **Hermeneutics and psychological theory: interpretative perspectives on personality, psychotherapy, and psychopathology**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1990.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Prontuário n. 11.743**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), 1960?.
- MORAES, D. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- MORAES, V. **Livro de sonetos**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.
- MOTTA, M. B. **Crítica da razão punitiva**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- MUSEU PENITENCIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Acervo: Fachada da Casa de Detenção. Disponível em: < <http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/museu-penitenciario-do-estado-do-rio-de-janeiro.html>> Acesso em: 24 de agosto de 2020.
- PALMER, R. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, M. Memória e identidade nacional. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- POLLAK, M. A gestão do indizível. **Webmosaica**, v. 2, n.1, 2010.

- RAMOS, C. **Cadeia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- RAMOS, G. Linhas Tortas [artigo de março de 1915]. In: **Linhas tortas**. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- RAMOS, G. **São Bernardo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- RAMOS, G. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- RICOUER, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- RIGNEY, A. The dynamics of remembrance: texts between monumentality and morphing. In: ERLI, A.; NUNNING, A. (Eds). **A companion to cultural memory studies**. Germany: Walter de Gruyter GmbH, 2008.
- ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: EdUNESP, 2010.
- SANTAYANA, G. **The life of reason: introduction and reason in common sense**. Massachusetts: MIT Press, 2011.
- SANTIAGO, S. Mestre Graça não é piedade. **O Globo**, 20 de Julho de 2013. Prosa e Verso. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/mestre-graca-nao-piedade-504062.html>>. Acessado em: 20 de Julho de 2020.
- SANTOS, M. S. **Os porões da república**. A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894 - 1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SARDINHA, H. O. **Memórias de um médico: Ilha Grande**. Rio de Janeiro, Reper, 1969.
- SCHLEIERMACHER F. D. E. **Hermenêutica: arte e técnica da interpretação**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, M. **O testemunho: entre a ficção e o real**. In: \_\_\_\_, (Org.). História, memória, literatura. Campinas: Unicamp, 2000.
- SEMPRUN, J. **A escrita ou a vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Graphia, 2004.
- SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOFSKY, W. **La organización del terror**. Buenos Aires: Prometeo, 2016.
- TELLIER, A. **Expériences traumatiques et écriture**. Paris: Anthropos, 1998.

THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

TOTA, A. P. **A revolução de 1930**: uma introdução. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIRGÍLIO. **Eneida**. São Paulo: A Montanha, 1981.